

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR****N.º 240, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 647/2024****OF 707/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.948, de 26 de setembro de 2022, que renova a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, Estado do Pará.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 647

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 6.948, de 26 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2022, que renova, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Belém, Estado do Pará.

Brasília, 25 de julho de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE

**LUIZ INACIO LULA DA SILVA**

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>





Brasília, 13 de junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 6.948, de 26 de setembro de 2022, publicada em 13 de dezembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 40, de 2013, publicado em 4 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 13/12/2022 | Edição: 233 | Seção: 1 | Página: 15

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 6.948, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10.945/2022/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 707/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.948, de 26 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2022, que renova, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Belém, Estado do Pará.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 26/07/2024, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5932163** e o código CRC **B6508107** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.002678/2015-34

SEI nº 5932163

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: PA

Município: Belém

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
BELEM RADIODIFUSAO LTDA	Belém	10/06/2007	10/06/2017
CAMARA DOS DEPUTADOS	Belém	13/05/2013	13/05/2023
CARAJAS FM LTDA	Belém	15/04/2001	15/04/2011
EMISSORAS RADIO MARAJOARA LTDA	Belém	15/05/1987	15/05/1997
FUNDACAO CULTURAL DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA COSTA DOURADA	Belém	27/04/2006	27/04/2016
FUNDACAO DE TELECOMUNICACOES DO PARA	Belém	22/11/1984	22/11/1994
FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL AMAZONIA VIVA	Belém	07/08/2003	07/08/2013
G. C. COMUNICACAO LTDA	Belém	30/05/2007	30/05/2017
PROVINCIA FM STEREO LTDA	Belém	02/02/1994	02/02/2004
RADIO CIDADE MORENA FM LTDA	Belém	15/04/1991	15/04/2001
RADIO GUAJARA LTDA	Belém	15/02/1984	15/02/1994
RAULAND BELEM SOM LTDA	Belém	05/12/2004	05/12/2014
REDE DE RADIO E TELEVISAO TIRADENTES LTDA	Belém		
SENADO FEDERAL	Belém	27/12/2007	27/12/2017
TELEVISAO LIBERAL LTDA	Belém	19/11/1991	19/11/2001

Usuário: - Data: **16/01/2015** Hora: **17:01:29**

Registro 1 até 15 de 15 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

## Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<a href="#">14+</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA <i>Geradora: TV OMEGA LTDA</i>	PA	Belém	RTV	3	M	P
<a href="#">15</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	PA	Belém	RTVD	2	G	
<a href="#">236</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	PA	Belém	FM	3	M	
<a href="#">236</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	PA	Belém	FM	3	H	
<a href="#">14+</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	PA	Belém (Belém)	SL	3	M	

Usuário: - Data: 16/01/2015 Hora: 17:01:48

Registro 1 até 5 de 5 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**

**DESPACHO**

**Processo n. 53900.002678/2015-34**

1. De ordem do Senhor Coordenador, encaminhem-se os autos ao SDCOM, para que certifique a existência ou não do pedido de renovação da RAULAND BELEM SOM LTDA., referente ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém, estado do Pará, para o período de 05/12/2014 a 05/12/2024.
2. Após, retornem os autos para o SLPOS, para o prosseguimento da análise.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Freire Diogo de Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 19/01/2015, às 15:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0329737** e o código CRC **3E7BF9DF**.

---

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Subgrupo de Documentação e Informação Comercial**

Protocolo nº: 53900.002678/2015-34

Certifico e dou fé que até a presente data não foram localizados novos processos ou novos pedidos da Entidade aptos a serem relacionados, conforme solicitado.

Devolvo o processo para análise.

Em 20/01/2015



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto**, **Tecnico de Nivel**, em 20/01/2015, às 08:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0332133** e o código CRC **D36CAF3E**.

---

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**NOTA TÉCNICA Nº 1530/2015/SEI-MC**

**Processo n.:** 53900.002678/2015-34

**Assunto:** REVISÃO DE OUTORGA. Renovação de Outorga não requerida. Prazo Expirado.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado, de ofício, em face da RAULAND BELEM SOM LTDA., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém, estado do Pará, com vistas à perempção de outorga.

**ANÁLISE**

2. Preliminarmente, cumpre informar que a outorga da permissão para a execução do referido serviço, pelo prazo de dez anos, se materializou por meio da Portaria nº 1315, de 28/11/1974, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 05/12/1974.

3. Vale consignar que a vigência da referida outorga teve seu termo final em 05/12/2014, e que, de acordo com legislação que rege a matéria, as empresas que desejarem a renovação dos prazos de concessão ou permissão devem dirigir requerimento a esta Pasta, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término dos respectivos prazos.

4. No caso da Interessada, o período para apresentação se deu entre 05/06/2014 a 05/09/2014. Ocorre, porém, que, esgotado o prazo legal, não foi localizado nos registros mantidos nesta Pasta, o correspondente pedido de renovação, conforme se verifica dos termos da certidão 0332133. Por essa razão, constata-se que o serviço vem sendo executado de forma irregular, fazendo-se necessária, portanto, a instauração do presente Processo de Revisão de Outorga, conforme os termos do art. 3º da Portaria nº 153 de 16.3.2012 c/c art. 7º, II do Decreto nº 88.066 de 26.1.1983 e art. 10 e 11 da Portaria nº 329 de 4.7.2012.

**CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, em face do princípio do contraditório esculpido na Constituição Federal e no art. 12 da Portaria 329 de 04/07/2012, opina-se pela remessa de Ofício à Entidade, instruído com cópia desta Nota Técnica, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias, apresentando sua defesa, caso entenda necessário.

À consideração superior



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Freire Diogo de Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 26/01/2015, às 17:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 26/01/2015, às 17:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 26/01/2015, às 20:00, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0338987** e o código CRC **3A7EACEA**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF  
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 2036/2015/SEI-MC

Brasília, 26 de janeiro de 2015

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RAULAND BELÉM SOM LTDA  
Avenida Nazaré, n.º 1223, 16 andar, edifício Feliz  
66.000-000 Belém/PA

Assunto: **REVISÃO DE OUTORGA. Prazo para defesa. Processo nº 53900.002678/2015-34**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a não apresentação de pedido de Renovação de Outorga para o período de 05/12/2014 a 05/12/2024, cujo período para apresentação expirou em 05/09/2014, informamos que foi instaurado processo de Revisão de Outorga, seguindo os ditames legais do Decreto 88.066 de 26 de janeiro de 1983, da Portaria n.º 153 de 16 de março de 2012 e da Portaria 329 de 4 de julho de 2012.

2. Assim, encaminhamos anexa Nota Técnica n.º 1530/2015 com a qual, em atenção ao Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, fica Vossa Senhoria notificada a apresentar defesa, caso tenha interesse, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento deste Ofício.

3. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 26/01/2015, às 20:00, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. N° de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0339012** e o código CRC **B45CCFD1**.

OF: 2036/2015/SEI-MC/GTCO/DEOC  
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA  
RAULAND BELÉM SOM LTDA  
AV. NAZARÉ, Nº 1223, 16 ANDAR – EDFÍCIO FELIZ  
CEP: 66.000-000 BELÉM/PA  
PROC.: 53900.002678/2015  
REVISÃO DE OUTORGA

 CORREIOS		<b>REGISTRADO URGENTE</b> REGISTERED PRIORITY	
AR	MP	PESO / WEIGHT (kg)	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
JG 08952146 4 BR			
			



CORREIOS  
BRASIL

AVISO DE  
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JG 08952146 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO

RETOUR

(ETIQUETA DO CEMBO MP)

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O  
70044-900 - Brasília - DF



## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

OF: 2036/2015/SEI-MC/GTCO/DEOC  
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA  
 RAULAND BELÉM SOM LTDA  
 AV. NAZARÉ, Nº 1223, 16 ANDAR – EDÍCIO FELIZ  
 CEP: 66.000-000 BELÉM/PA  
 PROC.: 53900.002678/2015  
 REVISÃO DE OUTORGA

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

**CORREIOS****BRÉSIL****AVISO DE  
RECEBIMENTO****AR****JG 08952146 4 BR****AVIS CN07**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE L'ÉMISSION

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE POSTE

**AGÊNCIA MINICOM**

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

<div data-bbox="636 252 913 346"></div> <div data-bbox="746 387 762 408">:</div> <div data-bbox="883 387 898 408">h</div>	<div data-bbox="913 252 1189 346"></div> <div data-bbox="1028 387 1043 408">:</div> <div data-bbox="1164 387 1179 408">h</div>	<div data-bbox="1189 252 1472 346"></div> <div data-bbox="1306 387 1321 408">:</div> <div data-bbox="1442 387 1457 408">h</div>
---	--	---

**ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR**

Nome do Remetente / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Comunicações Eletrônicas

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL**

--	--	--	--	--	--	--	--

**Sistemas  
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial

Resultado da Consulta

## Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<a href="#">236</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	PA	Belém	FM	3	M	
<a href="#">236</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	PA	Belém	FM	3	H	
<a href="#">14+</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA <i>Geradora: TV OMEGA LTDA</i>	PA	Belém	RTV	3	M	P
<a href="#">15</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	PA	Belém	RTVD	2	H	

**Usuário: -**    **Data: 01/11/2016**    **Hora: 12:24:44****Registro 1 até 4 de 4 registros****Página: [1]**    **[Ir]**     **[Reg]**



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 04.963.633/0001-56

RAULAND BELEM SOM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JAIR DA SILVA FERREIRA	004.148.832-68	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
JARBAS DA SILVA FERREIRA	004.119.062-91	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR COMERCIAL FINANCEIRO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém
RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	004.148.912-87	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém

Usuário: anatel\heitor.mc - Heitor dos Santos Costa Pereira

Data: 01/11/2016

Hora: 12:24:55



**BOA TARDE**  
**Heitor dos Santos Costa Pereira**  
 Sistemas Interativos

**Menu Principal** ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda



Dados da consulta



Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 004.148.832-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JAIR DA SILVA FERREIRA	<a href="#">004.148.832-68</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém

**Usuário:** [anatel\heitor.mc](#) - Heitor dos Santos Costa Pereira

**Data:** 01/11/2016

**Hora:** 12:25:14





Agência Nacional  
de Telecomunicações

**BOA TARDE**  
**Heitor dos Santos Costa Pereira**  
Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet teia menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 004.119.062-91

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JARBAS DA SILVA FERREIRA	<a href="#">004.119.062-91</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR COMERCIAL FINANCEIRO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém

**Usuário:** [anatel\heitor.mc](#) - Heitor dos Santos Costa Pereira

**Data:** 01/11/2016

**Hora:** 12:25:20



**BOA TARDE**  
**Heitor dos Santos Costa Pereira**  
 Sistemas Interativos

**Menu Principal** ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 004.148.912-87

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	004.148.912-87	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR ADIMINISTRATIVO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém

**Usuário:** anatel\heitor.mc - Heitor dos Santos Costa Pereira

**Data:** 01/11/2016

**Hora:** 12:25:25



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** RAULAND BELEM SOM LTDA  
**CNPJ:** 04.963.633/0001-56

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:24:57 do dia 01/11/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 01/12/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.**

<b>Processo nº: 53900.002678/2015-34</b>				
<b>Entidade: RAULAND BELEM SOM LTDA</b>				
<b>Localidade:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>Serviço:</b>		
<b>Período(s):</b> 05/12/2014 a 05/12/2024				
<b>RELATIVOS À ENTIDADE</b>				
<b>DOCUMENTOS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>Fl(S).</b>
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			<b>1</b> <b>(0399040)</b>
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;		X		-
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;		X		-
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		-
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			<b>4</b> <b>(0399040)</b>
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			<b>5</b> <b>(0399040)</b>
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			<b>6</b> <b>(1466533)</b>
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			<b>6</b> <b>(0399040)</b>
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			<b>12</b> <b>(0399040)</b>
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			<b>11</b> <b>(0399040)</b>
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			<b>7/8/9</b> <b>(0399040)</b>

12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			<b>10 (0399040)</b>
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;		X		-
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		X		-
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;		X		-
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		X		-
<b>RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES</b>				
DOCUMENTOS	NOME (S)	Instâncias/docs./fls.		
		PRIMEIRA	SEGUNDA	
17. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;		PENDENTE	PENDENTE	
		PENDENTE	PENDENTE	
18. Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;		PENDENTE	PENDENTE	
		PENDENTE	PENDENTE	
19. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;		PENDENTE	PENDENTE	
		PENDENTE	PENDENTE	
20. Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;		PENDENTE	PENDENTE	
		PENDENTE	PENDENTE	
DOCUMENTOS	NOME (S)	Docs./fls.		
21- prova de cumprimento das <b>obrigações eleitorais</b> , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;		PENDENTE		
		PENDENTE		
22- certidão <b>criminal da Justiça Eleitoral</b> ;		PENDENTE		
		PENDENTE		
23- certidões de <b>protestos de títulos</b> ;		PENDENTE		
		PENDENTE		
<b>OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.</b>				

## CONCLUSÃO

A documentação apresentada **ATENDE PARCIALMENTE** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

<b>Análise:</b>
<b>Analista:</b> Heitor dos Santos Costa Pereira
<b>Cargo:</b> Analista

**NOTA TÉCNICA Nº 29132/2016/SEI-MCTIC**

**Processo n.º:** 53900.002678/2015-34

**Assunto:** **REVISÃO DE OUTORGA** Renovação de Outorga não requerida. Publicação da Medida Provisória nº 747/2016. Possibilidade de manifestação para requerer renovação da outorga.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rauland Belém Som Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém, estado do Pará, referente à Renovação de Outorga para o período de 05/12/2014 a 05/12/2024.

**ANÁLISE**

2. O presente processo administrativo fora instaurado de ofício pelo Poder Concedente, conforme se verifica do teor da Nota Técnica nº 1530/2015/SEI-MC (evento SEI nº 0338987), em razão da verificação da ausência de pedido/manifestação da Entidade para renovar a permissão a ela outorgada, por meio da Portaria nº 1315, de 28 de novembro de 1974, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. em 05/12/1974, conforme atestado pela área de documentação responsável, através do Despacho Interno SDCOM s/n.º (evento SEI nº 0332133).

3. Referida nota foi regularmente encaminhada à Entidade interessada, por intermédio do Ofício nº 2036/2015/SEI-MC para que se manifestasse no prazo de 30 (trinta) dias, apresentando sua defesa, caso entendesse necessário. Observa-se do autos que a Permissionária foi regularmente notificada, em 20/02/2015, das providências administrativas adotadas por esta Secretaria. Em resposta, a Entidade apresentou requerimento protocolado sob o nº 53900.010948/2015-81, acompanhado de documentos, sustentando, em síntese, o seguinte:

[...] dificuldade de reunir todo o conjunto de certidões e documentação necessária, a fim de aperfeiçoar a finalização do documento a contento, para análise, dada a grande burocracia especialmente de alguns órgãos estaduais e municipais.

Além de tais dificuldades, a Requerente também tentou enviar o requerimento e a documentação de renovação, enquadrando-se já no processo eletrônico - CADSEI [...]

Contudo, a soma de tais fatores, e o anseio da Requerente em já se enquadrar ao CADSEI, e de fazer tudo da melhor forma possível, acabou por retardar ainda mais [...], soube que foi aberta exceção a tal determinação, por força da Portaria 790/2015, que passou a readmitir, ou prorrogar o envio na forma física até junho deste ano, até que o CADSEI normalize.

[...] Ministério reautorizou o envio físico, e prorrogou sua admissão via portaria 790/2015, apenas em 19/02/15, autorizando na verdade o envio físico somente a partir de então.

Neste ínterim, enquanto a empresa preparava o envio, entretanto, recebeu a presente notificação a qual responde neste ato. Tanto que o Ofício deste D. Ministério chegou em 20/02/15, e mesmo tendo sido concedido prazo de 30 (trinta) dias para resposta, em menos de 05 dias, ou seja, em 25/02/2015, a Requerente enviou via sedex a resposta, posto que logo que soube da Portaria, e antes mesmo de receber a presente notificação de Revisão de Outorga, já estava finalizando seu Requerimento de Renovação, com toda a documentação, que ora acosta à presente defesa.

[...]

4. O mérito da defesa ofertada não chegou a ser apreciada por esta Pasta.

5. Independentemente disso, recentemente foi publicado no Diário Oficial da União - D.O.U., em 03 de outubro de 2016, a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, que alterada a Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, para dispor sobre os processos de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, oportunizando as Concessionárias e Permissionárias executantes do serviço público de radiodifusão que tenham deixado de apresentar pedido de renovação de outorga, a fazê-lo no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de publicação da citada medida, senão vejamos:

[...]

Art. 3º As entidades cujas concessões ou permissões se encontrem vencidas e que não tenham apresentado seus pedidos de renovação poderão fazê-lo no prazo de noventa dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, desde que não tenha havido manifestação do Congresso Nacional, na forma estabelecida no § 2º do art. 223 da Constituição.

6. Com efeito, caso as Delegatárias dos serviços de radiodifusão que não tenham apresentado pedido de renovação de outorga e que mantiverem interesse na execução do serviço a ela outorgado, deverão encaminhar ao órgão competente do Poder Executivo os documentos relacionados abaixo:

## RELATIVOS À ENTIDADE:

- 6.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;
- 6.2. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 6.3. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- 6.4. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
- 6.5. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
- 6.6. certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;
- 6.7. laudos de vistoria técnica e de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão (OBS: o modelo do laudo de vistoria técnica encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga>);

## RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES:

- 6.8. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal (1ª e 2ª instâncias) e criminal Eleitoral, de todos os sócios e administradores (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor**);
- 6.9. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores;
- 6.10. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.

**OBS:** Para efeito dos documentos pertinentes os sócios e diretores, estes serão exigidos daqueles já aprovados/conhecidos por esta Pasta. Assim, caso esteja em trâmite na Secretaria de Comunicação Eletrônica - SCE processo administrativo da Entidade, que trate de alteração contratual, prevendo a modificação societária e/ou diretiva da empresa, a documentação pessoal dos novos sócios/diretores só será exigida no processo de renovação, após a devida aprovação/homologação da alteração contratual.

## CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela remessa de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 6, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará no prosseguimento do processo de revisão de outorga, com vistas à declaração de preempção da mesma.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Chefe de Serviço**, em 24/11/2016, às 14:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 24/11/2016, às 18:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1466538** e o código CRC **40A1DCBA**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.







**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Comercial  
Coordenação-Geral de Pós-Outorga  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF  
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 42497/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RAULAND BELÉM SOM LTDA  
Avenida Nazaré, .n 1223, 16 andar, Edifício Feliz  
66.000-000 Belém/PA

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.002678/2015-34**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 29.132/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 24/11/2016, às 18:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1466564** e o código CRC **20811EA3**.

**Data de Envio:**

25/11/2016 15:39:10

**De:**

MCTIC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

fabiorauland@gmail.com  
fabio@rauland.com.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53900.002678/2015-34

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_1466564.html  
Nota\_Tecnica\_1466538.html



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RAULAND BELEM SOM LTDA**

**CNPJ:**           **04.963.633/0001-56**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:13:52 do dia 10/01/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/02/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Perfil das Empresas - RAULAND BELEM SOM LTDA

**CNPJ:** 04963633000156**Presidente:****Endereço:** AVENIDA NAZARE - NAZARE**E-mail:****Capital Social:** 1.500.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 1.500.000,00

### Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
004.119.062-91	JARBAS DA SILVA FERREIRA	500	500.000,00
004.148.832-68	JAIR DA SILVA FERREIRA	500	500.000,00
004.148.912-87	RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	500	500.000,00

### Conselho

### Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
004.119.062-91	JARBAS DA SILVA FERREIRA	DIRETOR COMERCIAL FINANCEIRO	
004.148.832-68	JAIR DA SILVA FERREIRA	DIRETOR TECNICO	
004.148.912-87	RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	DIRETOR ADIMINISTRATIVO	

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Voltar

Imprimir

Exportar Excel

**BOM DIA**  
Riclele MilaniSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ**CNPJ:** 04.963.633/0001-56

RAULAND BELEM SOM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JAIR DA SILVA FERREIRA	004.148.832-68	RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
JARBAS DA SILVA FERREIRA	004.119.062-91	RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Diretor (DIRETOR COMERCIAL FINANCEIRO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém
RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	004.148.912-87	RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Diretor (DIRETOR ADIMINISTRATIVO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém

**Usuário:** riclele.mc - Riclele Milani**Data:** 10/01/2017**Hora:** 10:15:24

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | menu ajuda

## Consulta Geral - FM

## Identificação do Canal PB

UF: PA  
Município: Belém  
Frequência: 95,1 MHz  
Classe: A4  
Canal: 236

Distrito:  
Sub Distrito:  
Local Específico:  
Fase: 3 - Licenciada

## Dados da Entidade

Entidade: RAULAND BELEM SOM LTDA  
Nome Fantasia: RADIO RAULAND  
Nº Estação: 322766834  
Primeiro  
Licenciamento:

Fistel: 08008005750  
CNPJ: 04.963.633/0001-56  
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)  
Último  
Licenciamento: 01/01/1994

☒ Dados do Plano Básico☒ Dados da Outorga☒ Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	01/03/1984	Multa	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	18/10/1985	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Multa	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Multa	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	26/11/1997	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	ER	<input type="text"/>	29/03/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	25/11/2008	Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência	Jur.

<input type="text"/>	<input type="text"/>	◀ - Selecione - ▶	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="09/04/2010"/>	Renovação ▶	<input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	<input type="text"/>	◀ - Selecione - ▶	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Substituição de Equipamento ▶	<input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	<input type="text"/>	◀ - Selecione - ▶	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="04/01/2013"/>	Deliber. do C. Nacional ▶	<input type="text" value="Jur."/> ▶

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

 Tela Inicial

 Imprimir

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: PA

Município: Belém

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
BELEM RADIODIFUSAO LTDA	Belém	10/06/2007	10/06/2017
CAMARA DOS DEPUTADOS	Belém	13/05/2013	13/05/2023
CARAJAS FM LTDA	Belém	15/04/2001	15/04/2011
EMISSORAS RADIO MARAJOARA LTDA	Belém	15/05/1987	15/05/1997
FUNDACAO CULTURAL DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA COSTA DOURADA	Belém	27/04/2006	27/04/2016
FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL AMAZONIA VIVA	Belém	07/08/2003	07/08/2013
FUNDACAO PARAENSE DE RADIODIFUSAO - FUNTELPA	Belém	22/11/1984	22/11/1994
G. C. COMUNICACAO LTDA	Belém	30/05/2007	30/05/2017
PROVINCIA FM STEREO LTDA	Belém	02/02/1994	02/02/2004
RADIO CIDADE MORENA FM LTDA	Belém	15/04/1991	15/04/2001
RADIO GUAJARA LTDA	Belém	15/02/1984	15/02/1994
RAULAND BELEM SOM LTDA	Belém	05/12/2004	05/12/2014
REDE DE RADIO E TELEVISAO TIRADENTES LTDA	Belém		
SENADO FEDERAL	Belém	27/12/2007	27/12/2017
TELEVISAO LIBERAL LTDA	Belém	19/11/1991	19/11/2001

Usuário: - Data: **10/01/2017** Hora: **10:19:14**

Registro 1 até 15 de 15 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

### DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0014818-12.1998.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** JULGADO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 30/10/1998  
**Vara:** 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Magistrado:** SANDRA MARIA ARAGAO KLAUTAU  
**Competência:** CÍVEL E COMÉRCIO  
**Classe:** Procedimento Comum  
**Assunto:** NÃO INFORMADO  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 100.000,00  
**Data de Autuação:** 09/03/2009  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

### PARTES E ADVOGADOS

HAYLTON DE SOUZA REIS	ADVOGADO
HERNANI DA COSTA CONCEICAO	AUTOR
LUIZ CARLOS DE CARVALHO	ADVOGADO
LUIZ CARLOS DE CARVALHO.	ADVOGADO
JORGE LUIZ RIBEIRO COSTA	ADVOGADO
EMPRESA RAULAND BELEM SOM LTDA	REU
FILIPPE CHARONE TAVARES LOPES	ADVOGADO
MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO	ADVOGADO
TAMARA FAGURY VIDEIRA SECCO	ADVOGADO
NAYARA ARAUJO CURVELO	ADVOGADO
ELSON JOSE SOARES COELHO	ADVOGADO

### DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 13/11/2013      **Tipo:** DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

LibreOffice R.H.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Processo Cível Nº: 1998.1023875-6.

- Despacho -

Intime-se, pois, o (s) (a) devedor(es)(a) na pessoa do(a) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da condenação, sob pena de ser acrescida da multa de 10% (dez por cento).

¿ Após a baixa dos autos à origem e aposição do `cumpra-se¿ pelo juízo processante da execução, a imposição da cominação de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, prevista no art. 475-J do CPC, depende do trânsito em julgado da sentença e da respectiva intimação da parte, na pessoa do seu advogado¿ (STJ, REsp nº 940.274/MS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, DJ 31/5/2010).

O(s)(a) devedor(es)(a) poderá(ão) oferecer(em) bens à penhora e avaliação, na forma do art. 475-J, §1º do Código de Processo Civil.

Eventual impugnação somente poderá ser feita após a penhora.

Arbitro os honorários advocatícios em favor do(a) patrono(a) do(a) requerente em 10% sobre o valor do total devido.

Intimar e cumprir.

Belém, \_\_\_\_ de novem bro de 2013.

JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA

Juiz de Direito Titular da

2ª Vara Cível da Comarca da Capital

**Data: 02/08/2010**      **Tipo: DESPACHO**

R.H.

Processo Cível Nº: 1998.1023875-6.

- Despacho -



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

Considerando que o cumprimento de sentença foi requerido no ano de 2007, apresente o exequente memória atualizada de cálculo do valor devido. Após, conclusos.  
Belém, 29 de julho de 2010.

**PATRÍCIA DE OLIVEIRA SÁ MOREIRA**  
Juíza de Direito respondendo pela  
2ª Vara Cível da Comarca da Capital

**Data: 17/07/2009**                      **Tipo: DESPACHO**  
RH, no estado.

Diante do tempo decorrido e nos moldes do art. 1º, II, do Provimento 010/2009 CJRMB, intimo as partes para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), manifestar(em) interesse no prosseguimento do feito, inclusive efetuando o pagamento de custas judiciais pendentes, se houver, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 267, II do CP, considerando o seu tempo de paralisação sem provocação ou ato da parte.

Belém, 17 de julho de 2009.

Andréa Lopes Miralha  
Juíza de Direito, respondendo pela 2ª Vara Cível da Capital.

**Data: 08/10/2007**                      **Tipo: DESPACHO**

Ante a edição da Resolução nº 023/2007 da Presidência deste Egrégio Tribunal, publicada no Diário da Justiça edição do dia 14/06/2007, que redefiniu as competências das Varas Cíveis desta Capital, inclusive a desta 4ª Vara Cível, Comércio e Família, que passou ter a competência exclusiva para processar e julgar somente os feitos da Família, passando a chamar-se 1ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL; Determino a redistribuição do presente feito, face as considerações acima expendidas. Diligencie-se.

**Data: 14/08/2007**                      **Tipo: DESPACHO**

Nos termos do §2º do Provimento nº 006/06 da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém e os termos da Resolução nº 023/06, INTIMO o(a) Advogado(a) ELSAN SOARES a proceder à devolução dos autos que se encontram em seu poder, no prazo de 24 horas.

**Data: 05/06/2001**                      **Tipo: DESPACHO**

477/98 - 1) RECEBE-SE A APELACAO EM SEUS DOIS EFEI  
TOS.  
2) A PARTE APELADA PODERA OFERECER CONTRA  
RAZOES NO PRAZO DE LEI.  
3) DECORRIDO O PRAZO LEGAL, COM OU SEM  
MANIFESTACAO, SUBAM OS AUTOS AO EGREGIO TRIBUNAL  
TERESINHA NUNES MOURA  
JUIZA DE DIREITO

**Data: 17/02/2000**                      **Tipo: SENTENÇA**

477/98 - VISTOS, ETC... (PARTE FINAL) ANTE O EXPO-  
TO, DECLARA-SE A DECADENCIA DO DIREITO DO AUTOR EM  
RAZAO DO DISPOSTO NO ART. 56 DA LEI DE IMPRENSA E,  
COM BASE NO ART. 269, INCISO IV, JULGA-SE EXTINTO  
O PROCESSO, COM JULGAMENTO DO MERITO, CONDENANDO -  
SE O AUTOR NO PAGAMENTO DAS DESPESAS E CUSTAS PRO-  
CESSUAIS, BEM COMO HONORARIOS ADVOCATICIOS, QUE, EM  
RAZAO DO DISPOSTO NO ART. 20, PARAGRAFO 4º, ARBI -  
TRA-SE EM R\$2.000,00 (DOIS MIL REAIS), UMA VEZ QUE  
INIXISTE CONDENACAO QUANTO AO MERITO. P.R.I.  
DRA. TERESINHA NUNES MOURA  
JUIZA DE DIREITO

**Data: 25/10/1999**                      **Tipo: DESPACHO**

477/98 - DESIGNA-SE O DIA 15/02/2000, AS 10:00 HO  
RAS, PARA A AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO. DILIGENCIE -SE



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

NA FORMA DA LEI (ART.331 CPC).  
INTIME-SE.  
DRA.TERESINHA NUNES MOURA.  
JUIZA DE DIREITO.

**Data: 14/09/1999** Tipo: **DESPACHO**

PROC. 477/98 - EM PROVAS.  
DRA. TERESINHA NUNES MOURA  
JUIZA DE DIREITO EM EXERCICIO

**Data: 15/03/1999** Tipo: **DESPACHO**

477/98 - MANIFESTE-SE A PARTE AUTORA, CONSIDERANDO  
OS TERMOS DA CONTESTACAO, PRELIMINARES E DOCUMEN-  
TOS OFERECIDOS. INT.  
CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO  
JUIZ DE DIREITO

**Data: 17/01/1999** Tipo: **DESPACHO**

PROC. N.º 477/98 - RH. AGUARDE-SE O DECURSO DO PRA-  
ZO PARA CONTESTACAO.  
DR. CONSTANTINO A. GUERREIRO  
JUIZ DE DIREITO

**Data: 04/11/1998** Tipo: **DESPACHO**

PROC. 477/98 - CITE-SE COM AS CAUTELAS DE LEI.  
DR. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO  
JUIZ DE DIREITO

## TRAMITAÇÕES

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	27/06/2014	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	20/11/2013	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	21/11/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	13/11/2013	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	20/11/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	21/05/2012	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	13/11/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	08/05/2012	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		17/05/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	02/08/2010	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	16/08/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	03/11/2009	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	03/11/2009



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	17/07/2009	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	24/07/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	09/06/2009	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	09/06/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	28/05/2009	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	02/06/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	09/03/2009	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	27/05/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	09/10/2007	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	09/03/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	08/10/2007	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	09/10/2007
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	29/09/2004	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	AO ADVOGADO	05/09/2007
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	30/10/2001	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	TRIBUNAL	14/06/2006
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	24/05/2001	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	11/06/2001
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	22/02/2001	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	22/02/2001
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	22/01/2001	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	20/02/2001
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	22/01/2001	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	20/02/2001
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	01/03/2000	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	AO ADVOGADO	10/03/2000
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	01/02/2000	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	12/07/2000
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	25/11/1999	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	AO ADVOGADO	14/12/1999
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	26/10/1999	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	27/10/1999
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	14/09/1999	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	15/09/1999



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	08/06/1999	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	AO ADVOGADO	15/07/1999
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	15/03/1999	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	16/03/1999
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	18/01/1999	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	18/01/1999
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	11/12/1998	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	22/02/1999
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19980016940828	05/11/1998	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	06/11/1998

### **MANDADOS**

Não existem mandados cadastrados para este processo.

### **PROTOCOLOS**

Documento	Data	Situação
20130341243588	13/11/2013	JUNTADO
20120105066582	10/05/2012	JUNTADO
20090123226584	29/07/2009	JUNTADO
20070084546574	29/08/2007	JUNTADO
20000005919008	10/03/2000	JUNTADO
19990030612735	14/12/1999	JUNTADO
19990023812841	05/10/1999	JUNTADO
19990001145590	22/01/1999	JUNTADO
19990000474641	12/01/1999	JUNTADO

### **CUSTAS**

Não existem custas cadastradas para este processo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

## DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0006488-28.1997.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** SUSPENSO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 02/06/1997  
**Vara:** 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Magistrado:** ALVARO JOSE NORAT DE VASCONCELOS  
**Competência:** CÍVEL E COMÉRCIO  
**Classe:** Procedimento Comum  
**Assunto:** NÃO INFORMADO  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 48.000,00  
**Data de Autuação:**  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

## PARTES E ADVOGADOS

ELSON SOARES	ADVOGADO
CLAUDIO LOPES BUENO	ADVOGADO
RADIO RAULAND BELEM SOM FM LTDA	REU
FILIFE CHARONE TAVARES LOPES	ADVOGADO
MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO	ADVOGADO
LUIZ FURTADO REBELO	AUTOR
NESTOR FERREIRA FILHO	ADVOGADO

## DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 02/08/2016      **Tipo:** DESPACHO

Manifestem-se as Partes sobre os cálculos realizados às fls.514/517, no prazo de 10 (dez) dias.

Após, volte-me conclusos.

Int.

Belém, 2 de agosto de 2016.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS

Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital

**Data: 29/03/2016** Tipo: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

1- Em atenção à Impugnação ao cumprimento de sentença interposta às fls. 448/493 nos autos, observa-se que a parte Impugnante suscita matéria de ordem pública, articulando a prescrição do direito de cobrança dos valores oriundos da condenação, dizendo que o prazo prescricional de cinco anos transcorreu tendo em vista que a execução dos valores foi postulada em 29/01/21008, mas a parte ora Impugnante somente foi intimada para pagar em 26/03/2014.

Analisando os autos, bem pode se observar que os atos jurídicos vem sendo praticados de forma contínua, sendo importante frisar que o reinício do prazo prescricional dá-se a partir do último ato do processo para a interromper. Assim é que não se observando nos autos, a desídia da parte Exequente, uma vez que esta vem praticando os atos que lhe incumbem, é que deixo de acolher a prescrição arguida;

2- Encaminhem-se os autos ao Contador do Juízo para a efetivação dos cálculos devidos, devendo ser demonstrado se o cálculo de fls.370/371, relativo aos honorários advocatícios, foi realizado na conformidade da Sentença de fls.151/162;

3- Deixo para me reportar sobre o pedido de alienação do bem penhorado após a efetivação dos devidos cálculos.

Int.

Belém, 29 de agosto de 2016.

ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS

Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital

**Data: 24/11/2015** Tipo: **DESPACHO**

Manifeste-se o Exequente sobre a Impugnação ao Cumprimento de Sentença interposta às fls.448/493 nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Int.

Belém, 24 de novembro de 2015.

ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS

Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital

**Data: 22/10/2014** Tipo: **DESPACHO**

LibreOffice DESPACHO

Defiro a penhora do bem indicado às fls.432/434, devendo ser expedido o competente mandado de penhora e avaliação, intimando-se, em seguida, o Executado.

Int.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Belém, 22 de outubro de 2014.

ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS

Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital

**Data:** 30/07/2014      **Tipo:** DESPACHO

LibreOffice DESPACHO

Intime-se o Exequente, por meio de seu procurador para se manifestar sobre o detalhamento da ordem judicial constante em anexo, devendo indicar outros bens de propriedade do Executado, passíveis de penhora ou requerer a suspensão do feito, na forma do art.791, III, do CPC.

Bel\* 30 de julho de 2014.

ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS

Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital

**Data:** 24/03/2014      **Tipo:** DESPACHO

LibreOffice DESPACHO

Nos termos do que dispõe o art. 475-J do CPC, intime-se a parte Executada, por meio de seu Procurador, para no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante da condenação relativa aos honorários advocatícios, cujo valor está disposto às fls. 370 nos autos, advertindo-a de que caso a obrigação não seja cumprida no prazo determinado, o valor será acrescido de multa na ordem de 10%



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

sobre o débito, procedendo-se à seguir, na conformidade do que dispõe o art.614, II do CPC.

Belém, 24 de março de 2014.

ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS

Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital

**Data:** 08/10/2008      **Tipo:** DESPACHO

R.H

Aguarde-se com o feito em Secretaria a decisão do juízo ad quem, quanto ao recebimento do Agravo de Instrumento nº.2008.3.003.656-0, para posterior posicionamento deste juízo quanto ao prosseguimento do feito, tudo em razão do pedido de efeito suspensivo formulado pelo Agravante, até então não apreciado.

Belém, 08 de outubro de 2008.

ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS

Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital

**Data:** 23/04/2008      **Tipo:** DESPACHO

R.H

Incabível o requerido às fls. 302/309 nos autos, que embasa a sua pretensão no art. 475-J do CPC, pois em momento algum articulamos que o Procurador do Requerente, Dr. Nestor Ferreira Filho, não teria poderes para executar os honorários de sucumbência dispostos na Ação movida contra Rádio Rauland FM, direito este amplamente discutido e confirmado pelo juízo ad quem, através dos Acórdãos nº.58.491 e 60.469.

Contudo, o constituinte do ora Requerente, Dr. Nestor Ferreira Filho, após a prolação da sentença, ou seja, às fls. 178 nos autos, veio a firmar declaração na qual declinava a extinção do feito, situação esta enfocada nos Embargos de Declaração interpostos pela Apelante, com Termo de Renúncia firmado às fls. 227 nos autos, pedido este desconsiderado através do Acórdão nº. 60.469, juntado nos autos, vindo posteriormente o ora Requerente a formular o pedido de cumprimento de sentença às fls. 286/292 nos autos, momento em que intenta tal pedido em nome próprio, tendo como Executada a Rádio Rauland FM e na planilha dos cálculos faz inserir a título de valores que lhe são devidos, no item "1º", 50% da condenação para o advogado, fazendo referência às fls. 194 dos autos, relativamente a um contrato de honorários advocatícios que firmou com Luis Furtado Rebelo.

Ora, é de se perguntar: a presente demanda relativa à previsão contratual de honorários mencionada não deveria ser formulada contra Luis Furtado Rebelo? Sim, pois mencionado contrato de honorários foi firmado entre o Requerente e seu constituinte, à época, então, deve o mesmo reivindicar tal direito junto a Luis Furtado Rebelo, que indevidamente renunciou aos direitos que lhe foram assegurados na lide. Relativamente ao item "3º" da mencionada Planilha de cálculo constante às fls. 292, o ora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

Requerente também processa a cobrança de custas processuais na ordem de R\$1.569,59, quando, na verdade, ditas verbas pertencem à Parte, e não ao Procurador, assistindo-lhe sim a parcela concernente aos honorários de sucumbência pleiteada no item "2º" da Planilha mencionada, na ordem de R\$36.471,33.

Assim, deve o Requerente adequar seu pedido tão somente aos honorários de sucumbência dispostos na R. sentença de fls. 151/162 nos autos, sem prejuízo da intimação da cobrança das demais verbas através de Ação própria contra Luis Furtado Rebelo, se assim entender.

Intime-se.

Belém, 23 de abril de 2008.

ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS  
Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital

**Data:** 24/03/2008      **Tipo:** DESPACHO  
R.H

Conforme pode se observar às fls. 03 nos autos, a Ação foi intentada por Luiz Furtado Rebelo, o qual outorgou poderes de representação ao Dr. Nestor Ferreira Filho, conforme Procuração inclusa às fls. 12 nos autos. Contudo, às fls. 286 nos autos, observa-se o procurador do Requerente requerendo o cumprimento da sentença, incorretamente, em nome próprio, devendo, desta forma, o mesmo ser intimado para corrigir o pedido, suprimindo a falha relativa ao requerimento que deve ser formulado em nome de seu constituinte, bem como para formular os cálculos tão somente na conformidade da sentença prolatada às fls. 151/162 nos autos.

Belém, 24 de março de 2008.

ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS  
Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital

**Data:** 13/02/2008      **Tipo:** DESPACHO

R.H. Atendendo os termos da Resolução nº 023/07, do Eg. TJE/PA, publicada no DJ de 04/06/2007, com a alteração que fez a Resolução nº 025/07, e ainda o calendário de redistribuição dos feitos desta Vara estabelecido pela Portaria nº 2467/2007, prorrogado através da Portaria nº 0051/2008, em se tratando de feito que doravante foge a competência deste juízo para processar e julgar, encaminhe-se à Redistribuição. Diligencie-se a Secretaria no sentido de fazer juntada nos autos de toda e qualquer peça pendente referente ao presente processo, antes da redistribuição. Ezilda Pastana Mutran

**Data:** 02/04/2003      **Tipo:** DESPACHO

P. 3681 - 1 - EM RAZÃO DA CERTIDÃO RETRO, RECEBO A APELAÇÃO EM AMBOS OS EFEITOS, A TEOR DO ART. 520, CAPUT DO CPC;  
2 - EM RAZÃO DE JÁ TER SIDO APRESENTADO CONTRA-RAZÕES, REMETAM-SE OS AUTOS À SUPERIOR INSTANCIA.  
RICARDO F NUNES

**Data:** 02/05/2002      **Tipo:** DESPACHO

P. 3681 - PRELIMINARMENTE, CERTIFIQUE O SR. ESCRI-  
VAO A TEMPESTIVIDADE OU NAO DO RECURSO DE APELACAO  
RICARDO F NUNES

**Data:** 10/08/2001      **Tipo:** SENTENÇA

Processo sentenciado.

**Data:** 09/08/2001      **Tipo:** DESPACHO

P. 3681 - ... DIANTE DO EXPOSTO E MAIS QUE DOS AU-  
TOS CONSTAM, RESOLVO, COMO RESOLVIDO TENHO, JULGAR  
PROCEDENTE EM PARTE A PRESENTE ACAO, UMA VEZ QUE



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

NAO FICOU COMPROVADO O DANO MATERIAL. TODAVIA, O DANO MORAL RESTOU PROVADO. EM SENDO ASSIM, CONDENO A EMPRESA REQUERIDA A PAGAR A TITULO DE INDENIZACAO E REPARACAO MORAL AO REQUERIDO EM 100 SALARIOS MINIMOS, ACRESCIDO DE JUROS E CORRECAO MONETARIA, A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA PRESENTE ACAO. CONDENO AINDA AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORARIOS ADVC QUE ARBITRO EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENACAO. CUSTAS DE LEI. P.R.I.  
RICARDO F NUNES

**Data:** 05/10/1999      **Tipo:** DESPACHO  
P. 3681 - CONTADOS, PREPARADOS, CONCLUSOS.  
RICARDO F NUNES

**Data:** 22/04/1999      **Tipo:** DESPACHO  
P. 3681 - AUDIENCIA DE INSTRUCAO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O PROXIMO DIA 13 DE MAIO DO CORRENTE ANO, AS 09:00 HORAS. PS. AUDIENCIA DESIGNADA NA AUDIENCIA DE CONCILIAAO REALIZADA NO DIA 23/5/99.  
A ESCRIVANIA.

**Data:** 08/03/1999      **Tipo:** DESPACHO  
P. 3681 - DESIGN AUDIENCIA DE CONCILIAAO, A TEOR DO ART 331 DO CPC PARA O DIA 23/04/99, AS 09:00 HS PRIMEIRA DATA DESIMPEDIDA. EXPECA-SE O SR ESCRIVAO O QUE FOR NECESSARIO.  
RICARDO F NUNES

## TRAMITAÇÕES

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	02/08/2016	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	02/08/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	23/05/2016	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	23/05/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	15/04/2016	CONTADORIA DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	15/04/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	06/04/2016	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	CONTADORIA DE BELÉM	06/04/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	29/03/2016	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	30/03/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	01/02/2016	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	01/02/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	27/11/2015	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE		10/12/2015



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

BELÉM

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	25/11/2015	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	25/11/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	16/11/2015	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	17/11/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	15/10/2015	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		05/11/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	23/10/2014	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	23/10/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	03/10/2014	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	06/10/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	01/08/2014	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		18/08/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	30/07/2014	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	31/07/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	11/06/2014	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	11/06/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	25/03/2014	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	25/03/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	19/03/2014	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	20/03/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	30/04/2010	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	30/04/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	21/01/2010	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	22/01/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	19/01/2010	GABINETE MUTIRAO META2	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	21/01/2010



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	19/01/2010	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE MUTIRAO META2	19/01/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	15/10/2009	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	15/10/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	05/10/2009	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	07/10/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	15/10/2008	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	UNAJ DE BELEM	03/09/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	09/10/2008	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	09/10/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	03/10/2008	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	06/10/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	08/07/2008	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	08/07/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	07/07/2008	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	10/10/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	28/04/2008	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	AO ADVOGADO	07/05/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	24/04/2008	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	24/04/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	11/04/2008	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	14/04/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	26/03/2008	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	AO ADVOGADO	01/04/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	24/03/2008	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	24/03/2008



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	24/03/2008	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	24/03/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	04/03/2008	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	06/03/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	26/02/2008	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	03/09/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	21/01/2008	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	AO ADVOGADO	29/01/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	28/05/2004	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	TRIBUNAL	12/09/2006
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	02/04/2003	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	02/04/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	02/05/2002	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	03/05/2002
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	08/04/2002	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	AO ADVOGADO	29/04/2002
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	24/09/2001	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	AO ADVOGADO	02/10/2001
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	25/06/2001	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	13/08/2001
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	11/09/2000	GABINETE DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	11/09/2000
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	14/10/1999	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	CONTADORIA DE BELÉM	31/03/2000
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	06/10/1999	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	06/10/1999
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	10/06/1999	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	AO ADVOGADO	22/06/1999
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	01/06/1999	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	AO ADVOGADO	04/06/1999
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	23/04/1999	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	28/04/1999
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19970008058490	09/03/1999	SECRETARIA DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	09/03/1999





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

**MANDADOS**

Não existem mandados cadastrados para este processo.

**PROTOCOLOS**

Documento	Data	Situação
20160331613281	17/08/2016	JUNTADO
20160315479174	08/08/2016	JUNTADO
20150470731021	10/12/2015	JUNTADO
20150414849030	03/11/2015	JUNTADO
20150408519974	28/10/2015	JUNTADO
20150391166189	15/10/2015	JUNTADO
20140398683641	14/11/2014	JUNTADO
20140324089574	19/09/2014	JUNTADO
20140276742225	18/08/2014	JUNTADO
20140134968189	28/04/2014	JUNTADO
20140075760941	11/03/2014	JUNTADO
20080055466798	07/05/2008	JUNTADO
20080037709590	01/04/2008	JUNTADO
20080009579202	29/01/2008	JUNTADO
20020014285160	12/04/2002	JUNTADO
20010034423185	01/10/2001	JUNTADO
20010034135580	28/09/2001	JUNTADO
20010008549308	21/03/2001	JUNTADO
19990025131168	20/10/1999	JUNTADO
19990013708836	21/06/1999	JUNTADO
19990011848667	04/06/1999	JUNTADO

**CUSTAS**

Código	Tipo	Valor	Data/Hora	Situação
1	INTERMEDIÁRIA	R\$ 62,74	30/10/2014	QUITADO





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

## DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0033421-67.2012.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM ANDAMENTO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 01/08/2012  
**Vara:** 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Magistrado:** AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES  
**Competência:** CÍVEL E COMÉRCIO  
**Classe:** Procedimento Comum  
**Assunto:** Direito de Imagem  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 50.000,00  
**Data de Autuação:** 06/08/2012  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

## PARTES E ADVOGADOS

RADIO RAULAND BELEM SOM LTDA	REU
FABIO BRITO GUIMARAES	ADVOGADO
MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO	ADVOGADO
CLAUDIO LUCIANO MONTEIRO DE OLIVEIRA	AUTOR
ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA	ADVOGADO
REJANE SOTAO CALDERARO	ADVOGADO
FERNANDO LUIZ DA SILVA RAIOL	REU
DANILO CORREA BELEM	ADVOGADO
DORIVALDO DE ALMEIDA BELEM	ADVOGADO
JEFFERSON ELY VALE DE LIMA	DENUNCIADO
SERGIO GUIMARAES MARTINS	ADVOGADO

## DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 15/02/2017 **Tipo:** DESPACHO

ATA DE AUDIÊNCIA



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

Aos 15 dias do mês de fevereiro de 2017, às 10:00, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, na sala de audiência do Juízo da 8ª Vara Cível, onde se encontrava o MM. Juiz de Direito, MARCO ANTÔNIO LOBO CASTELO BRANCO, titular, foi procedida à abertura da audiência de conciliação observadas as formalidades legais, na AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, em que são partes, como AUTOR, CLAUDIO LUCIANO MONTEIRO DE OLIVEIRA (Adv. ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA, OAB/PA9083) e, como RÉU: FERNANDO LUIZ DA SILVA RAIOL (Adv. OAB/PA ), RAULAND BELÉM SOM LTDA (Preposto NAYRA DAYANA DE ARAÚJO VELASCO VIOT RG: 3553819) (Adv. MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVÃO, OAB/PA 13312) e JEFFERSON ELY VALE DE LIMA (Adv., OAB/PA.). Estiveram presentes os alunos do curso de Direito: Maria Luiza Chaves de Araújo - RG: 5690627; Fernando Monteiro Costa, RG: 6652142; Beatriz de Souza Pinto RG: 68944; Arthur Cavalcanti Saraiva RG: 6935547; Tatiane Ferreira Moraes RG: 6906736; Jean Bruno Daniel de Vasconcelos RG: 7794526 e Evelin Sousa Cardoso RG: 7298136. Apregoadas as partes, as quais as partes Réu, FERNANDO LUIZ DA SILVA RAIOL e JEFFERSON ELY VALE DE LIMA não compareceram, restando infrutífera a tentativa de conciliação. Os advogados presentes neste ato informam que já constam nos autos as contestações e replicas, desta forma pedem para apresentar prova testemunhal assim como que seja marcado uma audiência de Instrução e julgamento. O advogado da parte autora pede que seja intimado o réu FERNANDO LUIZ DA SILVA RAIOL, para constituir novo advogado tendo em vista a renúncia apresentada as folhas 202 e 203 dos autos. DELIBERAÇÃO: Defiro o pedido para a apresentação de prova testemunhal. Assim como determino a intimação pessoal do réu FERNANDO LUIZ DA SILVA RAIOL para que regularize a situação de seu patrono. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17/04/2017 às 10:00h. Saem as partes presentes intimadas. Expeçam-se os referidos mandados. Desse modo, acautelem-se os autos em secretaria até a data da audiência. Cumpra-se com o necessário. Nada mais \_\_\_\_\_ (Franklin B. Felizardo), Assessor do Juiz - Mat.74039, o digitei, conferi e subscrevo.

JUIZ

AUTOR

ADVOGADO (A)

RÉU

ADVOGADO (A)

RÉU

ADVOGADO (A)

RÉU

ADVOGADO (A)

**Data: 09/06/2016**      **Tipo: DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 09 dias do mês de junho de 2016, às 15h40, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, na sala de audiência do Juízo da 8ª Vara Cível, onde se encontrava o MM. Juiz de Direito, MARCO ANTÔNIO LOBO CASTELO BRANCO, titular, foi procedida à abertura da audiência de conciliação observadas as formalidades legais, na AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, em que são partes, como AUTOR, CLAUDIO LUCIANO MONTEIRO DE OLIVEIRA (Adv. ...., OAB/PA ..... ) e, como RÉU: FERNANDO LUIZ DA SILVA RAIOL (Adv....., OAB/PA .....), RAULAND BELÉM SOM LTDA. (Adv. MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVÃO, OAB/PA 13312) E JEFFERSON ELY VALE DE LIMA (Adv. SERGIO GUIMARÃES MARTINS, OAB/PA 3442).

Apregoadas as partes, a parte autora e a parte Ré FERNANDO LUIZ DA SILVA RAIOL não compareceram, comparecendo as duas outras requeridas, restando infrutífera a tentativa de conciliação.

DELIBERAÇÃO: Designo audiência de conciliação para o dia 15/02/2017 às 10:20h. Saem as partes presentes intimadas. Expeçam-se os referidos mandados. Desse modo, acautelem-se os autos em secretaria até a data da audiência. Cumpra-se com o necessário. Nada mais \_\_\_\_\_ (Franklin B. Felizardo), Assessor do Juiz - Mat.74039, o digitei, conferi e subscrevo.

JUIZ

AUTOR



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

ADVOGADO (A)

RÉU/PREPOSTO

ADVOGADO (A)

**Data: 18/05/2016** Tipo: **DESPACHO**

Vistos, etc.

Em atenção ao Ofício Circular nº 055/2016-GP, que trata da Semana Estadual de Conciliação 2016, designo audiência de conciliação para o dia 09 de junho de 2016, às 15h40min.

Intimem-se ambas as partes por diário da justiça, exceto quando esteja representada pela Defensoria Pública ou não houver patrono habilitado nos autos, hipóteses nas quais deverão ser intimadas pessoalmente, a se fazerem presentes à audiência acima referida, visando à colaboração para uma Justiça que atenda aos anseios dos jurisdicionados na busca da solução de seus conflitos de forma mais célere.

Caso necessário, servirá o presente, por cópia digitalizada, como mandado de citação, nos termos do Provimento n.º 003/2009 ¿ CJRMB.

Cumpra-se com o necessário

Belém, 18 de maio de 2016.

Lailce Ana Marron da Silva Cardoso

Juíza de Direito respondendo pela 8ª Vara Cível e Empresarial

**Data: 28/07/2015** Tipo: **DESPACHO**

R. H.

Manifeste-se o requerido sobre a petição de fls. 201 e providencie no prazo legal novo procurador.

Na oportunidade, efetua o pagamento das custas processuais para citação do litisdenunciado, sob pena de desentranhamento do pedido dos autos.

Cumprindo a determinação, expeça mandado de citação, nos termos da lei.

Com a contestação do litisconsorte, manifeste-se o autor.

Após, cumprida as diligências, manifestem as partes, sobre a possibilidade de conciliação.

Intimem-se.

Belém, 03 de agosto de 2015.

Marco Antonio Lobo Castelo Branco

Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial.

**Data: 04/11/2014** Tipo: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

R. H.

Acolho o pedido de denunciação a lide requerido pela ré em face de JEFFERSON ELY VAL DE LIMA, com base no disposto no art. 70, III, do CPC

para figurar no pólo passivo.

Em face desta decisão, suspenda a realização de audiência preliminar, até a réplica da contestação do denunciado.

Cite-se o denunciado.

Servirá o presente despacho como mandado, nos termos do Provimento 03/2009 da CJRMB TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. nº 11/2009 daquele órgão correccional, a ser cumprido pelo Oficial de Justiça no endereço do réu, constante da petição de fls.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

148.  
Belém, 04 de novembro de 2014.

Marco Antonio Lobo Castelo Branco  
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível

**Data: 08/05/2014** Tipo: **DESPACHO**  
R.H.

Em face de compromisso junto ao TRE na data marcada para realização de audiência, e para evitar prejuízo as partes e ao bom andamento do processo, determino a remarcação da audiência para o dia 01/09/2014, às 11h.  
Em atenção ao petítório de fls. 189, oficie-se a SUSIPE informando da data da realização da audiência, e para que tome as devidas providências para apresentação de CLAUDIO LUCIANO DE OLIVEIRA para sua oitiva .  
Oficie-se. Intimem-se.  
Belém, 08 de maio de 2014.

Marco Antonio Lobo Castelo Branco  
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível

**Data: 16/09/2013** Tipo: **DESPACHO**  
ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de setembro de 2013, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, na sala de audiências do Juízo da 8ª Vara Cível, onde se encontrava a MM. Juíza de Direito, Marielma Ferreira Bonfim Tavares, e o Auxiliar Judiciário, ao final assinado, às 08:30 horas, foi procedida a abertura da audiência observadas as formalidades legais, na AÇÃO ORDINÁRIA em que são partes, como REQUERENTE, CLÁUDIO LUCIANO MONTEIRO DE OLIVEIRA, como REQUERIDOS, FERNANDO LUIZ DA SILVA RAIOL (Adv. BRUNO RAFAEL LIMA BRASIL; OAB/PA n.º 19041) e RADIO RAULAND BELÉM SOM LTDA (Adv. FELIPE CHARONE TAVARES LOPES; OAB/PA n.º 12480). Apregoadas as partes, ausente o autor e seu advogado. Presente os requeridos. Iniciada a audiência este Juízo verificou que o autor requereu que a presente audiência fosse remarcada, justificando a impossibilidade de comparecer. Deliberação em audiência: 2. Defiro o pedido de fls. 175. Remarco a presente audiência para o dia 10/02/2014, às 09:30. 3. Nada mais havendo dou por encerrado o presente ato. Eu, \_\_\_\_\_ (Anderson Vinícius), Auxiliar Judiciário da Secretaria da 8ª Vara Cível, com os poderes que me foram outorgados, o digitei, conferi e subscrevo.

JUIZ(A)

REQUERIDOS

ADVOGADOS

**Data: 05/06/2013** Tipo: **DESPACHO**  
LibreOffice DESPACHO

Sobre a contestação de fls. 93/102 e 132/148, diga a parte autora.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Intimar e cumprir.

Belém, 05 de junho de 2013.

Cláudio Hernandes Silva Lima

Juiz de Direito

**Data: 19/02/2013**      **Tipo: DESPACHO**

DESPACHO

Cite-se o réu Rádio Rauland no endereço indicado à fl.57.

Intimar e cumprir.

Belém, 19 de fevereiro de 2013.

Cláudio Hernandes Silva Lima

Juiz de Direito

**Data: 30/10/2012**      **Tipo: DESPACHO**

DESPACHO

Às partes para especificar em 5 dias as provas que pretendem produzir, individualizando e justificando a finalidade de cada uma delas, sob pena de preclusão, conforme já decidiram o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça: DIREITO INSTRUMENTAL . A organicidade e a dinâmica inerentes ao Direito Instrumental obstaculizam o retorno a fase ultrapassada.

PROVA ¿ PROTESTO ¿ REQUERIMENTO. Descabe confundir o protesto pela produção de prova com o requerimento específico, quando a parte interessada deve justificar a necessidade da prova pretendida.

PROCESSO ¿ SANEAMENTO ¿ OPORTUNIDADE. O saneamento do processo ocorre de forma permanente, considerada a tramitação própria. Não se há de cogitar de ato único e solene, a ser procedido em fase exclusiva. (AGRAVO REG. EM AÇÃO CIVIL ORIGINÁRIA N. 445-4/ES. TRIBUNAL PLENO. RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO. J. 04/6/1998.)

PROCESSUAL CIVIL - PROVA - MOMENTO DE PRODUÇÃO - AUTOR - PETIÇÃO INICIAL E ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS - PRECLUSÃO.

- O requerimento de provas divide-se em duas fases: na primeira, vale o protesto genérico para futura especificação probatória (CPC,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

Art. 282, VI); na segunda, após a eventual contestação, o Juiz chama à especificação das provas, que será guiada pelos pontos controvertidos na defesa (CPC, Art. 324).

- O silêncio da parte, em responder ao despacho de especificação de provas faz precluir do direito à produção probatória, implicando desistência do pedido genérico formulado na inicial. (REsp. 329.034 - MG (2001/0071265-9), rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, julgado em 14/02/2006).

Intimar e cumprir  
Belém, 30 de outubro de 2012.

Claudio Hernandes da Silva Lima  
Juiz de Direito

**Data: 11/09/2012**      **Tipo: DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Vistos etc.

Defiro os benefícios da assistência judiciária.

Trata-se de Ação de Danos Morais c/c Tutela Antecipada, movida por Claudio Luciano Monteiro de Oliveira em face de Fernando Luiz da Silva Raiol.

Requer o autor a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional para que o réu seja entrevistado, na Rádio Rauland-FM, na frequência 95,1 Mhz, pelo locutor Jeferson Lima, devendo o réu mencionar o nome do autor como profissional competente, honrado, honesto, possuidor de conduta e comportamento ilibados, bem como seja o réu impedido de promover toda e qualquer manifestação e divulgação, sobre a pessoa do autor, de qualquer forma que seja, sob pena de multa por manifestação.

DECIDO.

A ação proposta contém em sua inicial descrição de fato que recomenda em parte a concessão da liminar para os fins pretendidos, seja pelo fato de não representar qualquer prejuízo à parte requerida, seja pela potencialidade de danos ao requerente, pela possível divulgação de seu nome nos veículos de comunicação, com repercussão extremamente negativa, e que não poderia ser contornada.

Quando as notícias veiculadas no rádio ou na televisão apenas retratam informações reais e sobre fatos de interesse público, não ultrapassando o órgão de imprensa o direito de liberdade de informação e manifestação de pensamento, não há como se impedir a veiculação do nome e imagem de quem quer que seja na imprensa, desde que essas informações tenham interesse ou conveniência para a vida social, o que não é o caso dos autos.

Em caso de agir com dolo, com vontade dirigida a atingir a honra ou a personalidade do indivíduo, estará sujeita a responder pela conduta.

Candido Rangel Dinamarco leciona que "A técnica engendrada pelo novo art. 273 consiste em oferecer rapidamente a quem veio ao processo pedir determinada solução para a situação que descreve, precisamente aquela solução para situação que descreve, precisamente aquela solução que ele veio ao processo pedir. Não se trata de obter medida que impeça o perecimento do direito, ou que assegure ao titular a possibilidade de exercê-lo no futuro. A medida antecipatória conceder-lhe-á o exercício do próprio direito afirmado pelo autor. Na prática, a decisão com que o juiz concede a tutela terá, no máximo, o mesmo conteúdo do dispositivo da sentença que concede a definitiva e a sua concessão equivale, mutatis mutandis, à procedência da demanda inicial, com a diferença fundamental representada pela provisoriedade."

Oportuna as palavras de Luiz Guilherme Marinoni e Arenhart:

¿A verossimilhança a ser exigida pelo juiz, contudo, deve observar: (I) o valor do bem jurídico ameaçado, (II) a dificuldade de o autor provar sua alegação, (III) a credibilidade da alegação, de acordo com as regras de experiência, e (IV) a própria urgência descrita (...).¿

A antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, repito, reclama o convencimento do juiz acerca da verossimilhança da alegação, ou juízo plausível de certa e ¿ conjunção aditiva ¿ existência de dano de difícil ou impossível reparação.

Vislumbrando, assim, os requisitos do art. 273, I, do Código de Processo Civil, nos termos da fundamentação, antecipo os efeitos da tutela jurisdicional para determinar que o requerido se abstenha de promover toda e qualquer manifestação e divulgação, sobre a pessoa do autor, de qualquer forma que seja, publicar qualquer escrito, referência, foto ou notícia, que tenha cunho injurioso, difamatório ou de achincalhe, sob pena de multa de R\$ 500,00,00 (quinhentos reais) por manifestação, para o caso de descumprimento desta decisão.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Intime-se o requerido desta decisão, citando-o por via postal, com aviso de recebimento, para contestar o pedido, querendo, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, nos termos dos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil, podendo ser utilizada a cópia desta decisão como mandado de intimação e citação, conforme Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém.

Intimar e cumprir.

Belém, 11 de setembro de 2012 .

Mairton Marques Carneiro  
Juiz de Direito

**Data:** 22/08/2012      **Tipo:** DESPACHO  
DESPACHO

Emende o autor a inicial no prazo de 10 dias, adequando o polo passivo da demanda, uma vez que pretende em sede de tutela antecipada direito de resposta junto a terceiro que não figura na demanda, sob pena de indeferimento da inicial.

Intimar e cumprir.

Belém, 22 de agosto de 2012.

Mairton Marques Carneiro  
Juiz de Direito

### **TRAMITAÇÕES**

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	19/05/2016	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	20/05/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	30/11/2015	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	04/12/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	10/11/2015	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		17/11/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	13/08/2015	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		21/08/2015





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	07/08/2015	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	11/08/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	28/07/2015	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	07/08/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	17/11/2014	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	18/11/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	03/09/2014	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	17/11/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	21/05/2014	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	26/05/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	09/05/2014	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	13/05/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	06/03/2014	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	14/03/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	08/10/2013	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	16/10/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	20/09/2013	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		30/09/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	11/06/2013	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		19/06/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	06/06/2013	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	06/06/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	06/06/2013	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	06/06/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	04/06/2013	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	04/06/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	04/06/2013	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	04/06/2013





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	05/04/2013	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		30/04/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	21/02/2013	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	22/02/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	18/01/2013	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	18/01/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	31/10/2012	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	05/11/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	29/10/2012	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	29/10/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	16/10/2012	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		19/10/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	11/09/2012	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	12/09/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	11/09/2012	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	11/09/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	05/09/2012	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	05/09/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	23/08/2012	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	27/08/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	08/08/2012	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	08/08/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120177284343	01/08/2012	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	07/08/2012

## MANDADOS

Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
09/09/2015	CITACAO	14/10/2015	CUMPRIDO
Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
15/03/2013	CITACAO	20/03/2013	CUMPRIDO
Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
17/09/2012	LIMINAR	26/09/2012	CUMPRIDO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

**PROTOCOLOS**

Documento	Data	Situação
20160226084265	08/06/2016	JUNTADO
20150435550188	16/11/2015	JUNTADO
20150375481871	05/10/2015	JUNTADO
20150297765956	14/08/2015	JUNTADO
20150237901630	03/07/2015	JUNTADO
20150121977997	13/04/2015	JUNTADO
20140046664239	13/02/2014	JUNTADO
20130283957425	30/09/2013	JUNTADO
20130215411405	01/08/2013	JUNTADO
20130169444269	18/06/2013	JUNTADO
20130169442523	18/06/2013	JUNTADO
20130110666246	29/04/2013	JUNTADO
20130083934889	05/04/2013	JUNTADO
20120310365530	19/12/2012	JUNTADO
20120270437323	08/11/2012	JUNTADO
20120263845979	30/10/2012	JUNTADO
20120248005394	16/10/2012	JUNTADO
20120203373948	29/08/2012	JUNTADO

**CUSTAS**

Código	Tipo	Valor	Data/Hora	Situação
1	INTERMEDIÁRIA	R\$ 67,67	18/08/2015	QUITADO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

## DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0029928-19.2011.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM ANDAMENTO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 31/08/2011  
**Vara:** 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Magistrado:** AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES  
**Competência:** CÍVEL E COMÉRCIO  
**Classe:** Procedimento Comum  
**Assunto:** Liminar  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 326.988,10  
**Data de Autuação:**  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

## PARTES E ADVOGADOS

RADIO RAULAND BELEM SOM LTDA	REU
FRANCISCO CLEBER DE ARAUJO	ADVOGADO
ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD	AUTOR
EVELYN CRISTINA DUARTE	ADVOGADO
AMAURY SOARES MARQUES JR	ADVOGADO

## DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 11/04/2014      **Tipo:** DESPACHO

Intime-se a autor a para providenciar o recolhimento das custas iniciais , no prazo de cinco dias , sob pena de extinção do feito.

Belém, 07 de abril de 2014.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

CLAUDIO HERNANDES SILVA LIMA  
Juiz de Direito da 13ª Vara Cível, em exercício.

CERTIDÃO

Certifico que o despacho acima foi resenhado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014 e publicado no DJE no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014 para efeito da intimação dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido é verdade e dou fé.  
Belém (PA), \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**Data: 11/07/2012**      **Tipo: DESPACHO**

Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Fórum Prof. Dr. Daniel Coelho de Souza  
13ª Vara Cível da Capital  
Endereço: Praça Felipe Patroni, s/n, sala 246, bairro Cidade Velha, CEP: 66015-260, Belém/PA

Telefone: (91) 3205 2808 e Endereço de Correio Eletrônico: 13civelbelem@tjpa.jus.br

Vistos etc.

I ☒ Juntem-se as petições porventura pendentes.

II ☒ Certifique-se o cumprimento da determinação anterior.

III ☒ Após, conclusos.

INT.

Belém (PA), Fórum Cível, 10 de julho de 2012.

MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE  
Juíza de Direito da 13ª Vara Cível

CERTIDÃO

Certifico que o despacho acima foi resenhado em 10/07/2012 e publicado no DJE no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012 para efeito da intimação dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido é verdade e dou fé.  
Belém (PA), \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Data: 09/09/2011 Tipo: DESPACHO  
RH

Inclua-se os patronos das partes no sistema processual

ÀUNAJ para o calculo das custas

Int.

Belém, 09 de setembro de 2011, às 12:37horas.

Maria Filomena de Almeida Buarque  
Juíza de Direito da 13ª Vara Cível

### TRAMITAÇÕES

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110174398351	22/04/2014	GABINETE DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	24/04/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110174398351	17/01/2014	SECRETARIA DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	27/01/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110174398351	11/07/2012	GABINETE DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	29/08/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110174398351	15/10/2011	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	18/10/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110174398351	12/09/2011	SECRETARIA DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	UNAJ DE BELEM	14/09/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110174398351	12/09/2011	GABINETE DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	12/09/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110174398351	06/09/2011	SECRETARIA DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	12/09/2011



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110174398351	31/08/2011	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	06/09/2011

**MANDADOS**

Não existem mandados cadastrados para este processo.

**PROTOCOLOS**

Não existem protocolos cadastrados para este processo.

**CUSTAS**

Código	Tipo	Valor	Data/Hora	Situação
1	INICIAL	R\$ 1.437,80	14/10/2011	ABERTA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

### DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0024271-02.2008.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM ANDAMENTO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 10/07/2008  
**Vara:** 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Magistrado:** SANDRA MARIA ARAGAO KLAUTAU  
**Competência:** CÍVEL E COMÉRCIO  
**Classe:** Processo Cautelar  
**Assunto:** NÃO INFORMADO  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 100,00  
**Data de Autuação:** 31/08/2016  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

### PARTES E ADVOGADOS

IMAGEM COMUNICACAO VISUAL LTDA.	AUTOR
PEDRO DALLAGNOL	ADVOGADO
RADIO RAULAND BELEM SOM LTDA	REU
FILIPPE CHARONE TAVARES LOPES	ADVOGADO
MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO	ADVOGADO
TAMARA FAGURY VIDEIRA SECCO	ADVOGADO
NAYARA ARAUJO CURVELO	ADVOGADO

### DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 23/03/2012      **Tipo:** DESPACHO

Processo nº 20081075962-9



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Apense-se aos autos do processo n. 20081107965-4.

Após, conclusos.

Belém, 23 de março de 2012.

PATRICIA DE OLIVEIRA SÁ MOREIRA  
Juíza de Direito Respondendo pela  
2ª Vara Cível da Comarca da Capital

**Data: 31/03/2010**      **Tipo: DESPACHO**  
DESPACHO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao provimento 10/2009-CJRM, pelo presente ficam as partes intimadas a se manifestarem, no prazo de 48 horas, sobre o seu interesse no prosseguimento feito, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do art. 267, II, do Código de Processo Civil.

Belém, 31/03/2010.

Renata Carolina Corrêa Vieira  
Diretora de Secretaria respondendo pela 2ª Vara Cível da Capital

**Data: 16/07/2008**      **Tipo: DESPACHO**  
R.H.  
Processo Cível Nº 20081075962-9.

D.R.A. Defiro a medida liminar por estarem presentes os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora e determino que a requerida exiba nos autos as gravações de seus programas no período de 04 a 07 de julho de 2008 conforme solicitado na inicial, dentro do prazo de 05 (cinco) dias (CPC, artigo 357), sob pena de crime de desobediência e de multa diária de R\$1.000,00 (hum mil reais), que reverterá em favor da requerente. Cite-se também, a ré, através de seu representante legal, para contestar o pedido, se assim o desejar, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, indicando provas (CPC, artigo 802) sendo que, deve constar no mandado que, não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos pela ré, como verdadeiros, os fatos alegados pela autora (artigos 285, 319 e 803, todos do CPC). Conste também no mandado que, se a ré não efetuar a exibição, nem fizer qualquer declaração no prazo de 05 (cinco) dias, serão admitidos como verdadeiros os fatos que, por meio dos documentos ou coisa, a autora pretendia provar (CPC, artigo 359). Intime-se. Cumpra-se.  
Belém, 16 de julho de 2008.

Dra. RUBILENE SILVA ROSÁRIO  
Juíza de Direito Respondendo pela





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

2ª Vara Cível da Comarca da Capital

**TRAMITAÇÕES**

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080087686124	22/11/2016	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080087686124	23/03/2012	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080087686124	30/08/2011	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	23/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080087686124	07/04/2010	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SETOR DE CORRESPONDENCIA F. CIVIL DE BELEM	19/05/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080087686124	07/04/2010	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SETOR DE CORRESPONDENCIA F. CIVIL DE BELEM	26/04/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080087686124	30/07/2008	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	AO ADVOGADO	02/09/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080087686124	17/07/2008	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	24/07/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080087686124	16/07/2008	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	24/07/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080087686124	15/07/2008	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	16/07/2008

**MANDADOS**

Não existem mandados cadastrados para este processo.

**PROTOCOLOS**

Documento	Data	Situação
20130341254840	13/11/2013	JUNTADO
20100042273148	13/04/2010	JUNTADO
20100039807990	06/04/2010	JUNTADO
20080093863569	24/07/2008	JUNTADO

**CUSTAS**

Código	Tipo	Valor	Data/Hora	Situação
--------	------	-------	-----------	----------



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

2	INTERMEDIÁRIA	R\$ 3,20	10/06/2010	QUITADO
1	INICIAL	R\$ 213,10	10/07/2008	QUITADO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

### DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0014754-62.1999.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM LIQUIDAÇÃO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 23/08/1999  
**Vara:** 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Magistrado:** MARIA DO CARMO ARAUJO E SILVA  
**Competência:** CÍVEL E COMÉRCIO  
**Classe:** Procedimento Comum  
**Assunto:** NÃO INFORMADO  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 100.000,00  
**Data de Autuação:**  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

### PARTES E ADVOGADOS

RAUL MEIRELES DO VALE	AUTOR
JOAO SA	ADVOGADO
RAUL MEIRELES DO VALE	ADVOGADO
RAFAEL FONTES DO VALE	ADVOGADO
ANA LAURA MACEDO SA	ADVOGADO
WLADIMIR AFONSO DA COSTA RABELO	REU
ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES	ADVOGADO
RADIO RAULAND BELEM SOM LTDA	REU
JORGE LUIZ RIBEIRO COSTA	ADVOGADO
ELSON JOSE SOARES COELHO	ADVOGADO

### DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 10/02/2014      **Tipo:** DESPACHO  
Processo nº: 0014754-62.1999.8.14.0301



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

DESPACHO

R.h.,

1. Considerando que, passados mais de 06 (seis) meses da decisão de fls. 507, não foi requerida a execução;
2. Certificado às fls. 508, o trânsito em julgado da referida decisão, intimada a parte autora às fls. 512 para o pagamento das custas finais, e certificado às fls. 517 que as custas permanecem em aberto, determino a inscrição na dívida ativa do Estado.
2. Após, arquivem-se os autos . Intimem-se.  
P. R. I. C.

Belém, 22 de janeiro de 2014.

ALESSANDRO OZANAN  
Juiz de Direito

**Data:** 16/11/2011      **Tipo:** SENTENÇA  
00147546219998140301

DECISÃO

O requerido WLADIMIR AFONSO DA COSTA RABELO, devidamente qualificado nos autos, por intermédio de advogado legalmente constituído, ut instrumento de mandato incluso, apresentou OBJEÇÃO DE EXECUTIVIDADE em desfavor de RAUL MEIRELES DO VALE, também identificado.

Alega, em síntese, que o título executivo judicial padece de exigibilidade, vez que, as Câmaras Cíveis Reunidas julgaram parcialmente procedente o pedido da ação rescisória no sentido de desconstituir a decisão que negou seguimento do recurso de apelação, extinguindo-se por conta disso todos os atos expropriatórios já praticados e esta fase de cumprimento definitiva do julgado (ler f. 483/491).

O requerente ofereceu resposta alegando que o requerido repisa argumento de que não existe título executivo a sustentar a presente ação, pois tal matéria já foi objeto de decisão quando do julgamento da exceção de pré-executividade da qual não houve interposição de recurso adequado, tratando-se, portanto, de coisa julgada.

Assevera, entretanto, que na hipótese de ser aceita a tese do requerido de que inexistente título judicial em razão da respeitável sentença encontrar-se atacada por recurso de apelação deve ser aplicado quando do recebimento deste recurso a regra do art. 518, § 1º, do Código Processo Civil.

Com razão o requerido.

O título executivo judicial (sentença de mérito), base deste cumprimento definitivo do julgado, apresenta-se inexigível porque as



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

Câmaras Cíveis Reunidas julgaram parcialmente procedente o pedido da ação rescisória vindo a rescindir a decisão que negou seguimento ao recurso de apelação por restar configurado violação ao art. 485, V, do Código Processo Civil (ler f. 435/444), cuja decisão transitou livremente em julgado (ler f. 433).

O referido julgamento trouxe como consequência o efeito dominó, pois o V. Acórdão nº 64.824 ao rescindir a decisão que negou seguimento ao recurso de apelação tornou inexigível o título executivo judicial que deu suporte a prática dos atos expropriatórios que seguiram e, por conseguinte, a presente fase de cumprimento definitivo do julgado.

O argumento do requerente de que a matéria encontra-se abrangida pelo instituto da coisa julgada ante o julgamento da exceção de pré-executividade não merece prosperar, pois com o julgamento da Ação Rescisória pelas Egrégias Câmaras Cíveis Reunidas os atos expropriatórios e incidentes que se seguiram perderam a validade, devendo, por isso, ser declarados nulos.

O argumento do requerente de que o recurso de apelação não deve ser conhecido porque a respeitável sentença encontra-se em conformidade com Súmula do STJ também não merece acatamento, porque não é o momento oportuno para tratar dessa matéria, além do que, é de bom tom destacar que o Desembargador-Relator da ação rescisória determinou, em seu voto, que o recurso de apelação seja recebido e processado (ler f. 435).

Ante o exposto, julgo procedente o pedido da objeção executiva e, por consequente, declaro extinta a execução do julgado ante a inexigibilidade do título executivo judicial, nos termos da fundamentação. Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais apurada nesta fase de cumprimento do julgado e da verba honorária em favor do patrono do requerido que estabeleço em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), nos moldes estabelecidos no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, devidamente atualizada até o efetivo pagamento, porquanto se levou em consideração que o profissional atuou com zelo, a pouca complexidade da matéria discutida, o processo se desenrolou na sede de sua advocacia, o trabalho realizado por este exigiu esforço médio, além do que, o valor estabelecido aqui atende o tempo de duração do processo. Declaro insubsistentes as penhoras realizadas à f. 296, 298 e 300 a 301 e, por conseguinte, libero o Depositário Público do 1º Ofício do encargo de fiel depositário. Comunique-se. Declaro insubsistente a penhora dos bens móveis realizada à f. 304 e, por conseguinte, libero o senhor Jarbas da Silva Ferreira do encargo de fiel depositário. Anote-se como sentença de mérito. Comunique-se. Com o trânsito em julgado desta sentença, neste caso devidamente certificado, voltem-me conclusos os autos para prosseguimento do feito.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Belém, 16 de novembro de 2.011

Dr. Raimundo das Chagas Filho

Juiz de Direito

**Data: 28/06/2011**                      **Tipo: DESPACHO**

00147546219998140301

**DESPACHO**

I - Intime-se o requerente, RAUL MEIRELES DO VALE, na forma do art. 236 do Código Processo Civil, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça manifestação acerca do pedido de objeção de executividade (ler f. 483/491);

II - Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação neste último caso devidamente certificado, voltem-me conclusos;

III - Cumpra-se.

Belém, 28 de junho de 2.011

Dr. Raimundo das Chagas Filho

Juiz de Direito

**Data: 17/05/2011**                      **Tipo: DESPACHO**

00147546219998140301

**DESPACHO**

Conheço do pedido contido na manifestação de f. 475/478, razão pela qual resolvo o seguinte:

I - Defiro o pedido de habilitação de novo patrono do 1º litisconsorte, Wladimir Afonso da Costa Rabelo (ler f. 480/481), devendo à senhora Diretora de Secretaria fazer as devidas retificações no registro e autuação, para efeito de publicação, no Diário de Justiça, dos atos processuais;

II - Intimem-se os requeridos, RÁDIO RAULAND LTDA. e WLADIMIR AFONSA DA COSTA RABELO, na forma do art. 236 do Código de Processo Civil, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuem o pagamento do montante da condenação, conforme memória discriminada e atualizada do débito anexa, sob pena de ser acrescida de multa de 10% (dez por cento), consoante regra prevista no art. 475-B, c/c o art. 475-J, ambos do Código de Processo Civil;

III - Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação neste último caso devidamente certificado, voltem-me conclusos;

IV - Diligencie sucessivamente;

V - Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

Belém, 17 de maio de 2.011

Dr. Raimundo das Chagas Filho



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Juiz de Direito

**Data: 14/03/2011** Tipo: **DESPACHO**

00147546219998140301

DESPACHO

I - Cumpra-se a respeitável sentença exarada nos autos dos embargos à execução (autos apensados);

II - Intime-se.

Belém, 14 de março de 2.011

Dr. Raimundo das Chagas Filho

Juiz de Direito

**Data: 04/11/2008** Tipo: **DESPACHO**

DESPACHO

A exceção de pré-executividade é uma invenção doutrinária aplicada quando latente a inexigibilidade do título que aparelha a execução, por isso não requer garantia do juízo (quando era obrigatório pela legislação revogada), registro, autuação e pagamento de custas. O pedido de exceção de pré-executividade é apenas vinculado ao processo como simples petição. Ante o exposto, resolvo o seguinte: I Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a decisão que mandou registrar e autuar em apenso a presente exceção de pré-executividade; II Determino o desapensamento e a desautuação da exceção de pré-executividade, juntando, em definitivo, suas peças e documentos, aos autos do processo de execução, cancelando-se o respectivo registro; III - Forme-se o segundo volume a partir da f. 292; IV Após voltem-me conclusos; V Intimem-se. Belém, 04 de novembro de 2.008

Dr. Raimundo das Chagas Filho

Juiz de Direito

**Data: 30/07/2008** Tipo: **DESPACHO**

Em cumprimento ao disposto no inciso XXIV do art. 1º do Provimento nº 006/2006, da CRMB, intime-se o advogado LILIANE LOPES DE ARAÚJO PONTES (OAB/PA Nº 8523) a devolver os autos de Ação Ordinária movida por Raul Meireles do vale contra Rádio Rauland Ltda., o qual se encontra em seu poder desde o dia 28/02/2007, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, sob as penas da lei e respectiva comunicação à OAB/PA. Belém, 30 de julho de 2008.

Thayanne Vianna da Silva

Diretora de Secretaria da 4ª Vara Cível, em exercício

**Data: 28/09/2005** Tipo: **DESPACHO**

DESPACHO

Diga o Autor sobre o requerimento de f. 388/389. Belém, 28 de setembro de 2.005

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva

Juíza de Direito

**Data: 13/09/2005** Tipo: **DESPACHO**

DESPACHO

Dê-se ciência. Cumpra-se. Belém, 13 de setembro de 2.005

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva

Juíza de Direito

**Data: 05/09/2005** Tipo: **DESPACHO**

DESPACHO

Haja vista decisão do Exmo. Sr. Dr. Enivaldo da Gama Ferreira, conforme cópia à f. 384, hei por bem prosseguir no feito. Defiro o pedido de f. 310/312 na forma requerida. Intime-se. Belém, 01 de setembro de 2.005

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva

Juíza de Direito

**Data: 01/09/2005** Tipo: **DESPACHO**

DESPACHO

Haja vista decisão do Exmo. Sr. Dr. Enivaldo da Gama Ferreira, conforme cópia à f. 384, hei por bem prosseguir no feito. Defiro o pedido de f. 310/312 na forma requerida. Intime-se. Belém, 01 de setembro de 2.005

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva

Juíza de Direito



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

**Data: 24/09/2004**      Tipo: **DESPACHO**

DESPACHO

Defiro o requerido na petição retro. Intime-se o advogado aludido, através de mandado, a restituir os autos ao Cartório, dentro do prazo de 24h00 (vinte e quatro horas), sob as penas da Lei, de acordo com o estatuído no artigo 196 do Código de Processo Civil. Intime-se e cumpra-se. Belém, 23 de setembro de 2.004

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva  
Juíza de Direito

**Data: 26/04/2004**      Tipo: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

DECISÃO

Parte final ...

Assim, não pode a exceção de pré-executividade transformar-se em verdadeiros pré-embargos, sob qualquer alegação, apenas como instrumento protelatório. A matéria esboçada pode ser claramente averiguada nos autos de embargos quando a parte excipiente poderá questionar os cálculos apresentados, estando resguardado o princípio da ampla defesa, constitucionalmente consagrado. Isto posto, rejeito liminarmente a interposição da presente exceção, determinando o prosseguimento da ação de execução. Intime-se. Belém, 26 de abril de 2.004

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva  
Juíza de Direito

**Data: 30/03/2004**      Tipo: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

DECISÃO

Homologo o cálculo apresentado pelo contador para que o mesmo produza seus jurídicos e legais efeitos. Expeça-se mandado de citação e penhora, nos termos dos artigos 646 e seguintes do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Belém, 30 de março de 2.004

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva  
Juíza de Direito

**Data: 30/03/2004**      Tipo: **DESPACHO**

DECISÃO

Homologo o cálculo apresentado pelo contador para que o mesmo produza seus jurídicos e legais efeitos. Expeça-se mandado de citação e penhora, nos termos dos artigos 646 e seguintes do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Belém, 30 de março de 2.004

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva  
Juíza de Direito

**Data: 22/03/2004**      Tipo: **DESPACHO**

DESPACHO

À conta para cálculo do valor da execução de sentença. Intime-se. Belém, 22 de março de 2.004

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva  
Juíza de Direito

**Data: 22/03/2004**      Tipo: **DESPACHO**

DESPACHO

À conta para cálculo do valor da execução de sentença. Intime-se. Belém, 22 de março de 2.004

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva  
Juíza de Direito

**Data: 02/10/2001**      Tipo: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

DECISÃO

Parte final ...

Assim, pelo exposto, indefiro o pedido de aditamento (f. 276/272), e determino, de imediato, o desentranhamento das peças de f. 276/279 e entregues a quem de direito. Em relação à interposição do recurso em si, hei por bem julgá-lo deserto, de ofício, haja vista o não cumprimento do determinado na Lei nº 5.250/67, artigo 57, § 6º, ou seja, o depósito da quantia ao qual foram os requeridos condenados. Disposição esta expressa da Lei de Imprensa. Assim sendo, deixo de endereçar o presente recurso, pelo fato do mesmo não estar revestido dos pressupostos legais para sua tramitação. Intime-se. Belém, 02 de outubro de 2.001

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva  
Juíza de Direito





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

**Data: 01/10/2001**      **Tipo: DESPACHO**

DECISÃO

Parte final ...

Assim, pelo exposto, indefiro o pedido de aditamento (f. 276/272), e determino, de imediato, o desentranhamento das peças de f. 276/279 e entregues a quem de direito. Em relação à interposição do recurso em si, hei por bem julgá-lo deserto, de ofício, haja vista o não cumprimento do determinado na Lei nº 5.250/67, artigo 57, § 6º, ou seja, o depósito da quantia ao qual foram os requeridos condenados. Disposição esta expressa da Lei de Imprensa. Assim sendo, deixo de endereçar o presente recurso, pelo fato do mesmo não estar revestido dos pressupostos legais para sua tramitação. Intime-se. Belém, 02 de outubro de 2.001

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva

Juíza de Direito

**Data: 04/09/2001**      **Tipo: SENTENÇA**

DECISÃO

Parte final ...

Isto posto, e com base nos fundamentos descritos acima, julgo parcialmente procedente a presente ação e condeno, solidariamente, a Rádio Rauland e o senhor Wladimir Costa a pagarem a título de indenização pelos danos morais sofridos pelo Autor a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com o artigo 53 da Lei nº 5.250/67, a serem corrigidos da data de interposição da ação, com juros e correção monetária, ficando eximido de qualquer responsabilidade o senhor Hélio Dória que figurou como litisconsorte passivo no presente feito. Na mesma oportunidade julgo improcedente a reconvenção, com base no artigo 57, § 5º, da Lei nº 5.250/67. Em virtude da sucumbência, condeno, ainda, os suplicados ao pagamento de custas e honorários advocatícios que arbitro em 20% (vinte por cento). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 04 de setembro de 2.001

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva

Juíza de Direito

**Data: 03/09/2001**      **Tipo: DESPACHO**

DECISÃO

Parte final ...

Isto posto, e com base nos fundamentos descritos acima, julgo parcialmente procedente a presente ação e condeno, solidariamente, a Rádio Rauland e o senhor Wladimir Costa a pagarem a título de indenização pelos danos morais sofridos pelo Autor a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com o artigo 53 da Lei nº 5.250/67, a serem corrigidos da data de interposição da ação, com juros e correção monetária, ficando eximido de qualquer responsabilidade o senhor Hélio Dória que figurou como litisconsorte passivo no presente feito. Na mesma oportunidade julgo improcedente a reconvenção, com base no artigo 57, § 5º, da Lei nº 5.250/67. Em virtude da sucumbência, condeno, ainda, os suplicados ao pagamento de custas e honorários advocatícios que arbitro em 20% (vinte por cento). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 04 de setembro de 2.001

Dra. Maria do Carmo Araújo e Silva

Juíza de Direito

**Data: 28/08/2000**      **Tipo: DESPACHO**

DESPACHO

Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de dezembro de 2.000, às 10h00. Intimem-se pessoalmente as partes tudo de acordo com o artigo 343, § 1º e 2º do Código de Processo Civil. Belém, 28 de agosto de 2.000

Dra. Maria do Carmo Sarmento Araújo

Juíza de Direito

**Data: 07/06/2000**      **Tipo: DESPACHO**

DESPACHO

Manifeste-se o Autor acerca da petição de f. 130/132 e documentos que a acompanham. Intime-se. Belém, 07 de junho de 2.000

Dra. Maria do Carmo Sarmento Araújo

Juíza de Direito

**Data: 28/03/2000**      **Tipo: DESPACHO**

DESPACHO

Designo o dia 23 de maio de 2.000, às 10h00 para audiência de conciliação. Intimem-se. Belém, 28 de março de 2.000

Dra. Maria do Carmo Sarmento Araújo

Juíza de Direito

**Data: 15/12/1999**      **Tipo: DESPACHO**

DESPACHO

Manifeste-se a respeito da contestação, reconvenção e documentos. Belém, 15 de dezembro de 1.999

Dr. Ricardo Ferreira Nunes





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Juiz de Direito

Data: 27/08/1999 Tipo: DESPACHO

DESPACHO

Cite-se na forma da lei. Belém, 23 de agosto de 1.999

Dra. Maria do Carmo Sarmiento Araújo

Juíza de Direito

**TRAMITAÇÕES**

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	18/02/2014	MUTIRÃO DA CORREGEDORIA DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	24/02/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	25/11/2013	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	MUTIRÃO DA CORREGEDORIA DE BELÉM	02/12/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	03/05/2013	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	27/05/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/03/2012	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	02/02/2012	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	UNAJ DE BELEM	03/02/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	16/11/2011	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	24/11/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	16/11/2011	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	16/11/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	09/08/2011	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	09/08/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	06/07/2011	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		13/07/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/06/2011	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	30/06/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	22/06/2011	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	22/06/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	17/05/2011	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	18/05/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	15/04/2011	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	18/04/2011



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	23/03/2011	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		28/03/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	14/03/2011	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	15/03/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	05/11/2008	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	29/04/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	04/11/2008	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	05/11/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	04/11/2008	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	04/11/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	28/02/2007	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	AO ADVOGADO	01/08/2008
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
19990019220473	23/02/2007	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/02/2007

## **MANDADOS**

Não existem mandados cadastrados para este processo.

## **PROTOCOLOS**

Documento	Data	Situação
20130341248923	13/11/2013	JUNTADO
20120150564529	28/06/2012	JUNTADO
20110136503652	13/07/2011	JUNTADO
20110117005876	13/06/2011	JUNTADO
20110105006782	08/06/2011	JUNTADO
20110051439696	29/04/2011	JUNTADO
20110042991093	12/04/2011	JUNTADO
20110034706808	28/03/2011	JUNTADO
20110029115825	16/03/2011	JUNTADO
20070073317175	02/08/2007	JUNTADO

## **CUSTAS**

Código	Tipo	Valor	Data/Hora	Situação
2	FINAL	R\$ 1.217,90	27/03/2012	ABERTA
3	INTERMEDIÁRIA	R\$ 42,40	07/03/2013	QUITADO
1	INTERMEDIÁRIA	R\$ 427,50	23/03/2004	QUITADO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

## DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0016967-12.2012.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM ANDAMENTO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 20/04/2012  
**Vara:** 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Magistrado:** MAIRTON MARQUES CARNEIRO  
**Competência:** REGISTROS PÚBLICOS  
**Classe:** Procedimento Comum  
**Assunto:** Direito de Imagem  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 200.000,00  
**Data de Autuação:** 23/04/2012  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

## PARTES E ADVOGADOS

DUCIOMAR GOMES DA COSTA	AUTOR
LEONARDO DO AMARAL MAROJA	ADVOGADO
JEFFERSON LIMA	REU
SERGIO GUIMARAES MARTINS	ADVOGADO
AMANDA HOUAT MARTINS	ADVOGADO
RADIO RAULAND BELEM SOM LTDA	REU
FILIFE CHARONE TAVARES LOPES	ADVOGADO
FABIO BRITO GUIMARAES	ADVOGADO
MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO	ADVOGADO
TAMARA FAGURY VIDEIRA SECCO	ADVOGADO
NAYARA ARAUJO CURVELO	ADVOGADO

## DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 16/12/2016 **Tipo:** DESPACHO

0016967-12.2012.8.14.0301



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

I - Considerando o teor da certidão de fls. 170, é que redesigno a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, fls. 155, para o dia: 02 DE AGOSTO DE 2017 às 09H, neste gabinete.

II - Intime-se;

III - Cumpra-se.

Belém, 16 de dezembro de 2016.

ALESSANDRO OSANAN

Juiz de Direito

**Data: 04/02/2015**      Tipo: **DESPACHO**

LibreOffice R.H

I - Em razão da ausência do magistrado face ao acúmulo de competência de varas do magistrado, renovo as diligências acerca da audiência preliminar, sendo remarcada para o dia 24 /0 2 /2015 às 11:30 horas;

II - Intime-se;

III - Cumpra-se.

Belém, 04 de fevereiro de 2015

ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Juiz de Direito da 6ª vara cível e empresarial da capital, em exercício.

**Data: 25/04/2014** Tipo: **DESPACHO**

LibreOffice Processo nº0016967-12.2012.814.0301

R.H.

I - Designo Audiência preliminar para o dia 04/02/2015 às 11:00 hs. conforme previsão do

art. 331 do CPC, por ocasião em que se tentará a conciliação e caso não haja, se ordenará o processo, com fixação, inclusive dos pontos controvertidos e designação de audiência de Instrução e Julgamento;

II - Intime-se;

III - Cumpra-se:

Belém, 25 de abril de 2014.

MAÍRTON MARQUES CARNEIRO

Juiz de Direito Titular da 6ª Vara Cível da Capital

**Data: 15/06/2012** Tipo: **DESPACHO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
PODER JUDICIÁRIO

GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

I - Manifeste-se o requerente sobre as contestações e os documentos juntados aos autos, no prazo legal ;

II - Intime-se;

III - Cumpra-se.

Belém, 15 de junho de 2012.

MAIRTON MARQUES CARNEIRO

Juiz de Direito Titular da 6ª Vara Cível da Capital

**Data: 24/04/2012** Tipo: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

1

1



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Processo nº. 00169671220128140301.  
Ação: AÇÃO DE DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA INIBITÓRIA.  
Requerente: DUCIOMAR GOMES DA COSTA.  
Requeridos: JEFFERSON LIMA E RÁDIO RAULAND BELÉM SOM LTDA.

VISTOS, ETC.

DUCIOMAR GOMES DA COSTA, ajuizou AÇÃO DE DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA INIBITÓRIA, em desfavor de JEFFERSON LIMA E RÁDIO RAULAND BELÉM SOM LTDA, todos qualificados na exordial, alegando em síntese que: No dia 04.01.2012, em seu programa diário "Show da Manhã", o primeiro requerido teceu comentários maliciosos sobre a pessoa do requerente, sugestionando que teria ocorrido um beneficiamento da empresa vencedora da licitação para implantação do Sistema BRT e propo n do fatos que não condizem com a verdade. Afirma que o requerente, que o primeiro requerido em seu programa utilizou-se de suposições para alegar que existe suposta armação entre o requerente e grande empresa, utilizando expressões como "cara dura" e "se o Duciomar fazer a barba não cai cabelo, cai serragem", com o fito de insuflar a opinião pública e impedir que esta obra seja realizada pela única empresa inscrita e notadamente que venceu a licitação de acesso rápido para ônibus. Alega ainda, o requerente, que o requerido sugere em seu programa que a empresa vencedora da licitação estaria dando agrados à Prefeitura Municipal de Belém, bancando a vinda de diversos entretenimentos para comemoração do aniversário da Cidade de Belém. Afirma o requerente que o requerido em seu programa "Show da Manhã", vem utilizando de palavras com conotação pejorativas, induzindo os ouvintes de que o requerente estaria querendo passar a perna no povo, utilizando-se da máquina pública para enriquecer. Aduz ainda o requerente que tais acusações são de cunho político, pois o requerido é pré candidato a Prefeito de Belém. Segundo o requerente as palavras do requerido atingem a figura pessoal do mesmo, posto que o requerido supõe que o requerente pratica ilegalidades com o objetivo de angariar fundos para cam p a nha política, sendo que o requerente sequer pode ser mais reeleito. Ao final, requereu concessão de tutela inibitória para determinar que os requeridos não mencionem mais o nome e nem façam juízo de valor algum pejorativo em relação as ações do requerente, muito menos venham a citar o nome do postulante seja nesta ou em outras situações jurídicas e por atos de gestão sob pena de multa diária no valor de R\$ 10.000,00, até efetiva retratação, além de conceder ao requerente, no programa diário com alcunha "Show da manhã", o correspondente ao dobro de minutos utilizados pelo requerido para que o requerente possa falar. Bem como requereu segredo de justiça. E a citação dos requeridos nos termos da lei. Como julgamento final requereu a procedência da ação para condenar cada um dos requeridos em danos morais a serem arbitrados pelo magistrado. Juntou documentos as fls. 10/19. Vieram-me os autos conclusos.

É a síntese do feito.

DECIDO:

Trata-se de AÇÃO DE DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA INIBITÓRIA interposta por DUCIOMAR GOMES DA COSTA contra JEFFERSON LIMA E RÁDIO RAULAND BELÉM SOM LTDA, pelos motivos já expostos, em que passo a decidir sobre o pedido da TUTELA INIBITÓRIA. Vieram-me os autos conclusos para apreciação do pedido de tutela inibitória. A tutela inibitória segundo Luiz Guilherme Marinoni é prestada por meio de um provimento, o qual pode ser provisório ou definitivo. Em sendo assim, a tutela inibitória será antecipada quando o provimento foi provisório e final quando o provimento foi definitivo. Portanto, a tutela inibitória não perde a característica de inibitória simplesmente por ser concedida antecipadamente. O deferimento da tutela inibitória antecipada, deve o autor demonstrar a relevância do fundamento e o justificado receio de ineficácia





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

do provimento final.

A relevância do fundamento, requisito autorizador da tutela inibitória, segundo Luiz Guilherme Marinoni, o requerente deve demonstrar a fumaça do bom direito, o que aproxima a tutela inibitória do provimento cautelar.

A tutela inibitória insurge contra possibilidade de ilícito, ainda que se trate de repetição ou continuação. Assim, é utilizada para evento futuro e não para passado. Desta forma, nada tem haver com ressarcimento de dano.

A ação inibitória não se preocupa com a probabilidade do dano, contentando-se com a simples probabilidade de ilícito.

É válido ressaltar, que no presente caso é cabível a tutela inibitória, não mais para reprimir o suposto dano causado, mas sim para evitar danos futuros. Quando se pensa em repetição do ilícito, presume-se um intervalo entre um ato e outro, e sendo assim há a possibilidade de se impedir a prática de um novo ato ilícito, independente do primeiro.

O direito processual civil brasileiro possui normas que autorizam o juiz não apenas a impor um fazer ou um não fazer, como também impor um fazer quando houver sido pedido um não fazer, desde que o fazer seja mais adequado à proteção do direito no caso concreto.

Ao analisar o caso em epígrafe, verifica-se que a parte requerente encontra-se amparada pela garantia inibitória, uma vez que teme sofrer novamente um ilícito que pode ocasionar danos.

O art. 461, §3º do CPC, interpretado pela doutrina visa inibir a prática, a repetição ou a continuação de um ilícito. Sendo considerada uma tutela genuinamente preventiva, possuindo como pressuposto a probabilidade da prática repetição ou da continuação de ato contrário ao direito.

Veja-se a íntegra do artigo 461, §3º do CPC:

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

Em sendo assim, levando em consideração a proteção à imagem e à moral, tenho por conceder a tutela inibitória, com a finalidade de prevenir a prática de um ato ilícito que possa posteriormente ocasionar danos.

Levando em consideração as provas constantes dos autos, tanto escritas quanto auditivas, verifica-se a priori a ocorrência de possíveis danos, uma vez que são sugeridas situações que não possuem comprovação judicial ou administrativa.

Diante do que foi exposto e levando em consideração os argumentos expendidos na inicial, assim como os documentos juntados, os quais, me leva a concluir que encontram-se presentes os requisitos insculpidos no art. 461, §3º do Código de Processo Civil, à vista das provas documentais apresentadas, consubstanciando-se assim o fundado receio de dano de difícil reparação, e ainda, não existindo perigo de irreversibilidade da antecipação deste provimento, **CONCEDO ANTECIPADAMENTE A TUTELA INIBITÓRIA** e em consequência determino que os requeridos se abstenham de citar o nome do requerente no seu programa de rádio, no sentido de tecer qualquer juízo de valor que tente macular a imagem do requerente, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Com relação ao pedido de direito de resposta, defiro, para que o requerente possa apresentar, perante a sociedade, a sua resposta no horário do programa *„Show da Manhã“*, com base no art. 5º, V da CF.

Defiro o segredo de justiça, tendo em vista que as partes são pessoas públicas, e com a finalidade de evitar exposição que possa ferir a intimidade das partes.

Citem-se os requeridos, para que apresente contestação, no prazo legal, com as advertências dos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.

PRI.Cumpra-se.

Belém, 24 de abril de 2012.

MAIRTON MARQUES CARNEIRO  
Juiz de Direito Titular da 6ª Vara Cível da Capital





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

**TRAMITAÇÕES**

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	19/12/2016	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	19/12/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	19/12/2016	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	19/12/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	24/02/2016	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	26/02/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	04/02/2015	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	04/02/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	04/02/2015	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	04/02/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	04/02/2015	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	04/02/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	04/02/2015	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	04/02/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	04/02/2015	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	04/02/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	25/04/2014	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/04/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	25/04/2014	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	25/04/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	25/04/2014	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	25/04/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	02/05/2013	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	25/04/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	24/09/2012	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	02/05/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	19/06/2012	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		25/06/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	15/06/2012	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	15/06/2012



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	15/06/2012	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	15/06/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	15/06/2012	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	15/06/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	24/04/2012	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	24/04/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	24/04/2012	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	24/04/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	23/04/2012	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	24/04/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20120068914391	20/04/2012	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	23/04/2012

## MANDADOS

Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
	MANDADO DE INTIMACAO		CADASTRADO
Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
25/01/2016	MANDADO DE INTIMACAO	27/01/2016	CUMPRIDO
Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
02/05/2012	LIMINAR	04/05/2012	CUMPRIDO
Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
27/04/2012	LIMINAR	16/05/2012	CUMPRIDO

## PROTOCOLOS

Documento	Data	Situação
20160055133114	18/02/2016	JUNTADO
20150075346217	06/03/2015	JUNTADO
20150036465028	04/02/2015	JUNTADO
20140106558829	02/04/2014	JUNTADO
20140097870539	26/03/2014	JUNTADO
20130341250863	13/11/2013	JUNTADO
20130021569806	30/01/2013	JUNTADO
20120266933489	05/11/2012	JUNTADO
20120145536922	25/06/2012	JUNTADO
20120137061644	14/06/2012	JUNTADO
20120135456973	13/06/2012	JUNTADO
20120126894880	04/06/2012	JUNTADO
20120122162250	29/05/2012	JUNTADO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

20120112650236	18/05/2012	JUNTADO
20120102769913	08/05/2012	JUNTADO

**CUSTAS**

Código	Tipo	Valor	Data/Hora	Situação
1	INICIAL	R\$ 1.489,60	29/03/2012	QUITADO
2	INTERMEDIÁRIA	R\$ 42,40	22/05/2012	QUITADO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

### DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0035522-75.2002.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM RECURSO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 21/10/2002  
**Vara:** 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Magistrado:** MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO  
**Competência:** CÍVEL E COMÉRCIO  
**Classe:** Procedimento Comum  
**Assunto:** NÃO INFORMADO  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 500,00  
**Data de Autuação:** 06/08/2007  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

### PARTES E ADVOGADOS

EDMILSON BRITO RODRIGUES	AUTOR
VALERIA DE NAZARE SANTANA FIDELLIS	ADVOGADO
RADIO RAULAND BELEM SOM LTDA	REU
ELSON SOARES	ADVOGADO
BRUNO BRASIL DE CARVALHO	ADVOGADO
THEO SALES REDIG	ADVOGADO

### DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 11/10/2013      **Tipo:** DESPACHO

LibreOffice Encaminhem-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Intime-se.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Belém, 11 de outubro de 2013.

Marielma Ferreira Bonfim Tavares

Juíza de Direito

**Data: 26/08/2013**      Tipo: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Recebo o recurso de apelação interposto às fls. 0154/0165 no efeito devolutivo e suspensivo, na forma do art. 520, caput, do Código de Processo Civil, haja vista que apresentado no prazo legal e comprovado seu preparo, conforme certidão de fls. 0164 verso.

Vista ao apelado para responder no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 518 do Código de Processo Civil.

Após voltem conclusos.

Intime-se.

Belém, 26 de agosto de 2013

Marielma Ferreira Bonfim Tavares  
Juíza de Direito



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

**Data:** 29/04/2013

**Tipo:** SENTENÇA

Vistos etc.

EDMILSON BRITO RODRIGUES, devidamente qualificado nos autos, por intermédio de procurador judicial, ajuizou a presente Ação de Conhecimento pelo rito ordinário em face de RÁDIO RAULAND BELÉM SOM LTDA, igualmente identificada nos autos, com fundamento no art. 5º, inciso V da Constituição Federal de 1988.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 022/028.

Após diversos juízes terem se julgado suspeito por motivo de foro íntimo, o réu foi regularmente citado e apresentou contestação, que foi anexada às fls. 045/050, acompanhada dos documentos de fls. 051/053.

Os presentes autos, então, vieram redistribuídos para a 10ª Vara Cível em agosto de 2007.

O autor, então, manifestou-se acerca da contestação às fls. 065.

Realizada a audiência prevista no art. 331 do Código de Processo Civil, restou infrutífera a conciliação, entretanto, foi rejeitada a denúncia à lide do Sr. Vladimir Costa e fixados os pontos controvertidos da lide, além de deferida a prova requerida pelo réu.

O réu comunicou a interposição do recurso de agravo de instrumento da decisão que indeferiu a denúncia à lide (fls. 083/088), sendo que a desembargadora relatora concedeu efeito suspensivo e determinou que o radialista Vladimir Costa integrasse a lide.

O réu/denunciante foi regularmente intimado para providenciar a citação do denunciado, no prazo de 10 dias, sob pena da ação prosseguir unicamente em relação ao denunciante (art. 72, parágrafo segundo do CPC), no entanto, o denunciante manteve-se inerte.

Em seguida, a desembargadora comunicou que o agravo de instrumento foi conhecido e improvido (fls.0102/0106).

Por fim, realizada a audiência de instrução e julgamento, o advogado do réu desistiu da produção das provas requeridas e as partes apresentaram memoriais finais, sendo que o do réu foi anexado às fls. 0129/0130 e o do autor às fls. 0131/0135.

É o relatório.

Decido.

Trata-se de Ação de Conhecimento pelo rito ordinário, em que o autor pretende que o réu seja condenado a lhe pagar uma indenização por dano moral, em decorrência das acusações que lhe foi feitas num programa da emissora de radiodifusão ré.

O autor afirmou ser prefeito de Belém, eleito e reeleito nos anos de 1997 e 2000, além de professor universitário concursado da Faculdade de Ciências Agrárias do Estado do Pará e da Escola Técnica do Estado do Pará. Observa, ainda, que é arquiteto inscrito no CREA-PA, com mestrado em Planejamento e Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Por outro lado, relata sua vida acadêmica e política. Anotando, ter sido surpreendido, no dia 23 de julho de 2002, com uma série de afirmações feitas pelos senhores Wladimir Afonso da Costa Rabelo e Élson Soares que atingiram sua honra, dignidade.

Neste ponto, afirma que as pretensas acusações foram veiculadas no Programa Chamada Geral, transmitido pela Radio Rauland, que possui grande audiência no nosso Estado. Destacando que as supostas notícias são ofensivas a sua honra e tiveram como único objetivo denegrir a imagem do autor perante a comunidade.

Cita, então, trechos do programa transmitido, mencionando que as críticas feitas não se restringiram a sua atuação política, ou seja, não foram referentes à sua gestão junto à Prefeitura de Belém e, sim, foram afirmações levianas, com o objetivo de atingir a sua honra e denegrir a sua imagem política.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

Assim sendo, cita artigos da Constituição Federal e do Código Civil Brasileiro, além de jurisprudências, pugnado pela condenação do réu a lhe pagar uma indenização por danos morais.

De sua parte, o réu arguiu, preliminarmente, a litispendência, a inépcia da inicial e a ausência de responsabilidade da ré, uma vez que a ré firmou contrato com o radialista de arrendamento, no qual o radialista se responsabiliza por todas as divulgações feitas no programa.

No mérito, sustenta que o radialista e deputado Wladimir Costa apenas divulgava e discutia a atuação do prefeito municipal de Belém, portanto, ante a liberdade de expressão e pensamento inexistente ato ilícito.

Inicialmente, cumpre rejeitar a preliminar a inépcia da inicial, uma vez que a petição inicial somente deve ser indeferida, por inépcia, quando o vício impossibilita a defesa do réu, senão vejamos:

PROCESSO CIVIL. PETIÇÃO INICIAL. INÉPCIA AFASTADA. A petição inicial só deve ser indeferida, por inépcia, quando o vício apresenta tal gravidade que impossibilite a defesa do réu, ou a própria prestação jurisdicional. Recurso especial não conhecido (REsp 193100/RS, T3, STJ, Rel. Min. Ari Pargendler, j. 15/10/2001, DJ 04/02/2002 p. 345).

Ademais, a ré, como emissora de rádio, possui legitimidade para figurar no pólo passivo de demanda indenizatória proposta em virtude de informação divulgada em sua programação, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ALEGAÇÕES INVERÍDICAS FEITAS EM RÁDIO. DIVULGAÇÃO DOS NÚMEROS TELEFÔNICOS DOS AUTORES. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO. 1. A emissora de rádio possui legitimidade passiva para responder à demanda indenizatória proposta em razão de informações divulgadas por seu preposto. Inteligência do art. 49, §2º, da Lei de Imprensa. 2. A prática da ação imputada aos demandados, além de ficar comprovada, consistiu em alegações inverídicas amplamente divulgadas em programa de rádio, razão pela qual cabível a indenização por dano moral postulada. 3. Resta mantido o valor arbitrado a título de danos morais, pois atende às peculiaridades do caso concreto, bem como à dupla finalidade a que se destina, qual seja, profilática aos lesantes e compensatória aos lesados. PRELIMINAR REJEITADA. APELO IMPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70023598568, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Ary Vessini de Lima, Julgado em 28/08/2008)

DANO MORAL. PROGRAMA DE RÁDIO. ILEGITIMIDADE DO DIRETOR-PRESIDENTE. LEGITIMIDADE DO RADIALISTA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 221.

- Tanto o radialista quanto o proprietário do veículo de divulgação (rádio-programa) são civilmente responsáveis pelo ressarcimento do dano moral, decorrente de manifestação radiofônica. (REsp 125696/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/10/2004, DJ 21/03/2005 p. 360)

Nesse sentido é o entendimento do Eg. Superior Tribunal de Justiça, que, inclusive, editou a Súmula 221 a respeito do tema:

São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação. (Súmula 221, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/05/1999, DJ 26/05/1999 p. 68)

Note-se que a alegação de litispendência e a denunciação à lide já foram decididas durante a audiência prevista no art. 331 do





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

Código de Processo Civil.

Verifica-se dos autos que o autor pretende receber uma indenização por dano moral, em razão de ofensas proferidas pelo radialista Wladimir Costa ao autor no programa Chamada Geral transmitido pela Radio Rauland.

O programa transmitido pela rádio foi transcrito na inicial, constando-se da sua leitura que o radialista afirma, dentre outras coisas: - que o então Prefeito de Belém teria dito que as mulheres de Mosqueiro tinham corrimento; - que foi agredido por cerca de cem seguranças, alguns armados, contratados pelo Prefeito Edmilson Rodrigues. Foi juntada uma fita cassete com a gravação do programa.

O réu não nega as palavras divulgadas, restringindo-se a defender que as críticas foram feitas em razão de falhas na administração pública, conseqüentemente, inexistiu ato ilícito, em razão do princípio constitucional da liberdade de expressão e pensamento.

Assim, a lide que ora se apresenta tem, como pano de fundo, um conflito de direitos constitucionalmente assegurados.

O autor invoca o seu direito à reputação, à honra e à imagem, bem como, o direito à indenização pelos danos morais e materiais que pretensamente lhes foram causados pela transmissão do programa (art. 5º, X da Constituição Federal).

No entanto, o réu defende-se afirmando que a mesma Constituição assegura a todos os indivíduos a liberdade de pensamento (art. 5º, IV da CF), além da livre manifestação deste pensamento (art. 5º, IX da CF).

Sabe-se que a solução deste conflito não se dará pela negação de quaisquer desses direitos, mas buscando-se o ponto de equilíbrio onde os princípios acima mencionados possam conviver em harmonia.

Portanto, a presente questão merece ser vista com cautela, esclarecendo-se os limites da liberdade de expressão, sendo certo, que na busca da harmonização, é essencial o manejo correto das regras de responsabilidade civil, para que fique claro onde há abuso de liberdade e lesão injustamente causada.

Percebe-se após a leitura e oitiva da fita cassete, que as palavras proferidas pelo radialista não se limitaram a criticar a atuação do autor como pessoa pública, isto é, a contestar sua gestão. Ao contrário, as gravações mostram crítica de natureza pessoal, sem qualquer neutralidade.

Neste ponto, oportuno ressaltar que o radialista acusa o prefeito de ter dito que as mulheres de Mosqueiro tinham corrimento e que seus cem seguranças bateram num rapaz e o algemaram. Em todo programa, em nenhum momento, o radialista critica a atuação do autor enquanto gestor público, limitando-se a ofender deliberadamente a imagem do autor.

Desta forma, restou claramente demonstrada a conduta ilícita do réu, se traduzindo em verdadeira prática atentatória aos direitos da personalidade do autor, que sofreu evidente prejuízo nas esferas social e afetiva de seu patrimônio moral.

Consoante observa Antonio Jeová Santos, “O óbice intransponível, em que esbarra o direito de informação, é a dignidade da pessoa humana. A dignidade está ligada a valores da personalidade, como o direito à imagem, à honra, ao direito de professar religião, de ter idéias políticas e outras convicções da forma que mais aprouver ao ser humano. Diante de agressão arbitrária a essa faceta da dignidade humana, o Estado-juiz deve interferir para pôr cobro a invasões desnecessárias que podem tornar o homem indigno.

Logo, percebe-se que o réu extrapolou sua constitucional liberdade de pensamento, bem como, a garantia de expressão deste pensamento, pois o programa publicou reportagem com o intuito deliberado de denegrir a honra e a imagem do autor.

Neste sentido, nossos tribunais têm reiteradamente decidido que o abuso no exercício a liberdade de expressão e informação, impõe





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

a reparação do dano a personalidade, in verbis:

RESPONSABILIDADE CIVIL. ENTREVISTA OFENSIVA DIVULGADA EM PROGRAMA DE RÁDIO "AO VIVO. EMISSORA DE RÁDIO. LEGITIMIDADE PASSIVA. DIREITOS DA PERSONALIDADE. DIREITO DE INFORMAÇÃO. DESPROPORCIONALIDADE. DEVER DE INDENIZAR. A emissora de rádio possui legitimidade passiva para responder à demanda indenizatória proposta em virtude de informações divulgadas em sua programação. Inteligência do art. 49, § 2º, da Lei de Imprensa e da Súmula 221 do Superior Tribunal de Justiça. Na solução de conflitos entre a liberdade de comunicação e os direitos da personalidade deve-se aplicar o princípio da proporcionalidade, segundo o qual, "no processo de ponderação desenvolvido para a solução do conflito o direito de noticiar há de ceder espaço sempre que o seu exercício importar sacrifício da intimidade, da honra e da imagem das pessoas. No caso sub judice o autor teve sacrificada sua honra, sua intimidade, durante o programa "Trajeto Verdade, conduzido pelo radialista Cláudio e transmitido pela rádio Portal. Presente a violação a direito de personalidade, causada por abuso no exercício da liberdade de expressão e informação, a reparação do dano correspondente mostra-se imperativa. DANO MORAL. FIXAÇÃO. Fixação do montante indenizatório considerando o equívoco da ré, o aborrecimento e o transtorno sofridos pela demandante, além do caráter punitivo-compensatório da reparação. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS. DEFERIMENTO. Impõe-se o deferimento da gratuidade da justiça a Rádio que desenvolve atividades sem fins lucrativos, com objetivos unicamente culturais. Precedentes desta Corte de Justiça e do STJ. APELAÇÃO DE CLÁUDIO DESPROVIDA. APELO DA RÁDIO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70027820091, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Túlio de Oliveira Martins, Julgado em 26/11/2009)

RESPONSABILIDADE CIVIL. PROGRAMA DE RÁDIO. DIVULGAÇÃO DE CRIME. EXCESSO. DANO MORAL. A petição inicial da ação deve ser instruída com os documentos indispensáveis, a teor do art. 283 do CPC. No caso, os pedidos podem ser examinados de modo seguro, diante da prova colhida na instrução do processo. A imprensa possui direito de divulgar as informações, de acordo com a liberdade de comunicação e expressão, consoante a regra do art. 220 da CF. Na hipótese, houve excesso por parte da rádio, em virtude das ofensas perpetradas contra os autores, o que foi devidamente demonstrado nos autos. Com a prática do abuso, deve ser reparado o dano moral sofrido pela vítima. Preliminar rejeitada. Negado seguimento ao recurso de apelação. (Apelação Cível Nº 70052194370, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Cezar Muller, Julgado em 03/01/2013)

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PUBLICAÇÃO DE REPORTAGEM JORNALÍSTICA DE CUNHO ACUSATÓRIO COM FOTO DO DEMANDANTE. ATO ILÍCITO E DANOS MORAIS CONFIGURADOS. MINORAÇÃO DO VALOR. DANOS MATERIAIS AFASTADOS. - A liberdade de imprensa e de expressão, conquanto direitos fundamentais, não são absolutas, porquanto de forma recorrente esbarram noutros direitos fundamentais: intimidade e imagem. Aquelas podem ser restringidas - consideradas ilícitas, quando comprovado abuso de direito, caso dos autos. - Danos morais. In re ipsa, na hipótese, eis que a veiculação abusiva atingiu a esfera moral pessoal e profissional do autor. Não havendo limites quantitativos legais para o arbitramento do valor devido a título de indenização por danos morais, deve esta ser fixada ao livre arbítrio do juiz, observando, por óbvio, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. - Indispensável também a fixação da quantia de forma compatível com a reprovabilidade da conduta, gravidade do dano por ela ocasionado e com as condições econômicas e sociais das partes. Minoração do valor fixado na sentença, também atendendo aos parâmetros da Câmara. Correção monetária e juros moratórios na condenação por danos morais com termo inicial de incidência a contar da data da fixação. - Danos materiais. Valores advindos de contratos prestação de serviços de consultoria de segurança privada. Além de não comprovados cabalmente, são indevidos pela vedação do exercício de atividade privada ao policial militar. - Honorários advocatícios sucumbenciais. Redistribuição e redimensionamento (Art. 20, §3º, CPC). APELO DA RÉ PARCIALMENTE PROVIDO. APELO DO AUTOR DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70047013362, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, Julgado em 30/05/2012)

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PUBLICAÇÃO DE REPORTAGEM JORNALÍSTICA EQUIVOCADA. VENDA DE MEDICAMENTOS FALSIFICADOS EM LICITAÇÃO MUNICIPAL. TITULARIDADE DA EMPRESA EQUIVOCADA, INCLUINDO OS AUTORES, QUE NÃO MAIS DETINHAM ESSA CONDIÇÃO HÁ MUITOS ANOS. CONDUTA CULPOSA. - A liberdade de imprensa e de expressão, conquanto direitos fundamentais, não são absolutas, porquanto de forma recorrente esbarram noutros direitos fundamentais: intimidade e imagem. Aquelas podem ser restringidas - consideradas ilícitas, quando comprovado abuso de direito, caso dos autos. Caso em que o jornal demandado, na matéria com o título "Prefeitura paga remédio pirata com dinheiro público, noticiou serem os autores os responsáveis pela empresa que praticara o ilícito, situação inverídica, pois haviam vendido regularmente a empresa muito tempo antes. - VALOR DA INDENIZAÇÃO. QUANTUM. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO. MAJORAÇÃO. Não havendo limites quantitativos legais para o arbitramento do valor devido a título de indenização por danos morais, deve esta ser fixada ao livre arbítrio do juiz, observando, por óbvio, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Indispensável também a fixação da quantia de forma compatível com a reprovabilidade da conduta, gravidade do dano por ela ocasionado e com as condições econômicas e sociais das partes. - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS NA CONDENÇÃO POR DANOS MORAIS. TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA. DATA DA FIXAÇÃO. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70046133377, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, Julgado em 21/03/2012)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça, também, tem reconhecido que não é absoluta a liberdade de pensamento e expressão e que configura dano a personalidade do ofendido o seu excesso e abuso, in verbis :

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. MATÉRIA JORNALÍSTICA CONSIDERADA LESIVA À HONRA DO AUTOR BASEADA EM INFORMAÇÃO PRESTADA PELOS RECORRIDOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA NÃO DEMONSTRADA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. ART. 186 DO CC/02. ELEMENTOS. AÇÃO OU OMISSÃO E NEXO CAUSAL INCONTROVERSOS. POTENCIALIDADE OFENSIVA DOS FATOS. VALORAÇÃO DA PROVA. AUSÊNCIA DO OBSTÁCULO DA SÚMULA 7/STJ.

1. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
2. Da hermenêutica do art. 186 do CC/02 extraem-se os seguintes pressupostos da responsabilidade civil, a saber: conduta ou ato humano (ação ou omissão); a culpa do autor do dano, a relação de causalidade e o dano experimentado pela vítima.
3. Com exceção das hipóteses de responsabilidade objetiva previstas no sistema de responsabilidade civil, nosso direito civil consagra o princípio da culpa para a responsabilidade decorrente de ato ilícito, não se concebendo, em regra, o dever de indenização se ausente o dolo, a culpa ou o abuso de direito.
4. Cingindo-se a controvérsia à valoração da potencialidade ofensiva dos fatos tidos como certos e inquestionáveis, ou seja, matéria jurídica de interpretação do alcance dos arts. 186 do CC/02 e art. 159 CC/16, não há que se falar em óbice da Súmula 7/STJ.
5. Da simples matéria que é tendenciosa, por apontar o recorrente como principal acionista de empresa acusada de desvio milionário de instituição financeira da qual o recorrente foi presidente por anos, que traz excesso nas chamadas e destaques, objetivando direcionar o foco para depreciar a pessoa do recorrente e que confere sentido pejorativo e desproporcional ao fato de ser o recorrente o sócio majoritário, deriva o dano moral.
6. A ofensa à honra por meio da imprensa, por sua maior divulgação, acaba repercutindo mais largamente na coletividade, mormente quando se considera que o veículo de comunicação é de grande circulação e que o caderno onde a matéria foi veiculada é específico da área de atuação do recorrente.
7. A fixação do valor da compensação pelos danos morais deve balizar-se entre a justa composição e a vedação do enriquecimento ilícito, levando-se em consideração o critério da proporcionalidade, bem como as peculiaridades de cada espécie. Precedente.
8. Indenização por danos morais fixada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), valor a ser corrigido monetariamente, a contar dessa data, e acrescidos de juros moratórios no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês na vigência do CC/16 e de 1% (um por cento) ao mês na vigência do CC/02, a contar da data do evento danoso. Honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação.

9. Recurso especial provido (REsp 884009/RJ, T3, STJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 10/05/2011, DJe 24/05/2011).

AGRAVO REGIMENTAL. DANO MORAL. IMPRENSA. VALOR INDENIZATÓRIO. EXCESSO. INEXISTÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO-PROVIDO.

1. A revisão de indenização por danos morais só é possível em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for ínfimo ou exorbitante.
2. No caso, trata-se de indenização por danos morais decorrentes de injustificadas ofensas dirigidas a membro do Ministério Público, publicadas por empresa de radiodifusão líder de audiência na área territorial de atuação da ofendida, que veiculou, segundo o acórdão recorrido, "ataque à honra pessoal e funcional da recorrida, mais ainda potencializada pelo expressivo percentual de audiência local da Rádio Paranaíba, frente à condição de Promotora de Justiça da Comarca, com reflexos negativos à credibilidade." O valor fora reduzido pelo acórdão, passando de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), não se mostrando exorbitante a ponto de merecer a intervenção nesta via especial.

3. Agravo regimental não-provido (AgRg no REsp 950499/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 26/10/2010, DJe 04/11/2010).

CIVIL. DANOS MORAIS. A liberdade de imprensa assegura o direito de informar; não justifica a mentira e a injúria. Recurso especial não conhecido (REsp 264580/RJ, T3, STJ, Rel. Min. Ari Pargendler, j. 04/04/2006, DJ 08/05/2006, p. 193).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

No caso concreto, concluo que houve excesso na liberdade de expressão e de informação, pois a reportagem não teve o intuito apenas de informar a população acerca de determinado fato, ou seja, transmitir informação obtida através de investigação e pesquisa, mas vontade deliberada de ofender e denegrir a imagem e a honra do autor.

Por outro lado, a indenização por danos morais *in re ipsa*, na hipótese, deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, orientado-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso. Ademais, deve desestimular o ofensor a repetir o ato.

O Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente decidido acerca da razoabilidade do quantum devido em ações de indenizações e considerando que alguns juízes estariam extrapolando o limite do razoável na fixação do quantum indenizatório do dano moral, fato, aliás, amplamente divulgado pela imprensa, mudou sua orientação, afirmando: “ser possível, em tese, rever o valor da indenização em recurso especial, quando o quantum se mostrar evidentemente exagerado, distanciando-se das finalidades da lei que não deseja o enriquecimento ilícito de quem sofreu.”

Percebe-se, assim, que a vítima deve receber uma soma que lhe compense a dor ou sofrimento, atendendo às circunstâncias de cada caso, e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido.

A prudência consistirá em punir moderadamente o ofensor, para que o ilícito não se torne, a este título, causa de ruína completa. Mas em nenhuma hipótese, deverá se mostrar complacente com o ofensor contumaz, que amiúde reitera ilícitos análogos.

Como visto, o valor da indenização por danos morais deve atender ao seu caráter duplice: compensatório da dor da vítima e punitivo do causador do dano, pelo que fixo o valor de R\$50.000,00 (cinquenta reais), como suficiente para reparar os danos morais suportados pelo autor, pois as acusações feitas ao autor eram constantes no programa de rádio.

Ante o exposto, julgo totalmente procedente o pedido do autor, ante a existência de excesso a liberdade constitucional de expressão prevista no art. 5º, inciso IX da Constituição Federal de 1988, caracterizado pela vontade deliberada de ofender a imagem do autor. Consequentemente, condeno o réu a pagar ao autor uma indenização por dano moral no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) acrescida de correção monetária a partir da fixação e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a citação (constituição em mora) para extinguir o presente processo com resolução de mérito, na forma do art. 269, inciso I do Código de Processo Civil.

Condeno o autor a pagar as despesas e custas processuais, assim como os honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação, com fundamento no art. 20 do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Belém, 29 de abril de 2013

Marielma Ferreira Bonfim Tavares

Juíza de Direito

**Data: 13/06/2012** Tipo: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Trata-se de Ação de Indenização por dano moral, em que somente o réu compareceu a audiência preliminar designada e requereu como provas o depoimento pessoal do autor, a oitiva de testemunhas e a juntada de novos documentos.

Assim sendo, designo o dia 27 de setembro de 2012 às 10 h para audiência de instrução e julgamento.

Intime-se o réu para arrolar testemunhas no prazo de 10 (dez) dias contado da presente publicação, bem como, no mesmo prazo, recolher as custas para intimá-las, sob pena de desistência implícita da prova.

Por outro lado, intime-se o autor, pessoalmente, para comparecer a audiência, sob pena de confissão, ou seja, que caso não compareça presumir-se-ão verdadeiros os fatos contra ele alegados (art. 343, §1º do CPC).

Por fim, anote-se que cabe ao réu recolher as custas de intimação do autor, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de desistência implícita da prova.

Belém, 13 de junho de 2012

Marielma Ferreira Bonfim Tavares

Juíza de Direito

**Data: 17/10/2011** Tipo: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Trata-se de Ação de Indenização por danos morais, em que foi concedido efeito suspensivo ao agravo de instrumento nº 2009.3.014209-3 para ser chamado a compor a lide o denunciado Wladimir Afonso da Costa Rabelo.

Assim sendo, suspendo o presente processo para determinar que o denunciante providencie a citação do Sr. Wladimir Afonso da Costa Rabelo, no prazo de 10 (dez) dias, inclusive informando o endereço do denunciado.

Ressalto que, não se procedendo a citação no prazo marcado, a ação prosseguirá unicamente em relação ao denunciante, na forma do §2º do art. 72 do Código de Processo Civil.

Intime-se.

Belém, 17 de outubro de 2011.

Marielma Ferreira Bonfim Tavares

Juíza de Direito

**Data: 15/03/2010** Tipo: **DESPACHO**

Intime-se o autor pessoalmente por AR no último endereço fornecido, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar expresso interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito na forma do artigo 267, inciso III do Código de Processo Civil.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

**Data: 17/11/2009**                      Tipo: **DESPACHO**

Ato Ordinatório do sr. Diretor de Secretaria. Com fundamento no provimento nº 006/2006, Art. 1º, parágrafo 2º, inciso XI c/c o provimento 005/2002, artigo 10, ambos da CJRMB, tomo a seguinte providência: Considerando que a parte requerida não é beneficiária da Justiça Gratuita, fica a mesma intimada a recolher as custas judiciais para fins de cumprimento do ordenado na deliberação proferida em audiência às fls. 66. - Belém, 17 de novembro de 2009. ALEXANDRE DÍGER DE OLIVEIRA. Diretor de Secretaria da 10ª Vara Cível da Capital

**Data: 01/10/2009**                      Tipo: **DESPACHO**

Defiro as provas requeridas pelas partes quais sejam: oitiva de testemunhas e das partes, sendo que deverão arrolar as testemunhas oportunamente, sob pena de desistência. Designo o dia 4/2/2010 às 9h para audiência de instrução e julgamento. Ficando desde já cientes os presentes. Intime-se pessoalmente o autor, sob pena de confesso.

**Data: 02/09/2009**                      Tipo: **DESPACHO**

Manifeste-se o autor acerca da contestação de fls. 045/050. Designo o dia 1º de outubro de 2009 às 09:30 horas para audiência preliminar prevista no art. 331 do CPC. Intime-se.

**Data: 01/08/2007**                      Tipo: **DESPACHO**

Ante a edição da Resolução nº 023/2007 da Presidência deste Egrégio Tribunal, publicada no Diário da Justiça edição do dia 14/06/2007, que redefiniu as competências das Varas Cíveis desta Capital, inclusive a desta 4ª Vara Cível, Comércio e Família, que passou ter a competência exclusiva para processar e julgar somente os feitos da Família, passando a chamar-se 1ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL; Determino a redistribuição do presente feito, face as considerações acima expendidas. Diligencie-se.

**Data: 17/10/2003**                      Tipo: **DESPACHO**

173/03

Oficie-se a 10ª Vara Cível solicitando informações sobre os autos de processo a que se refere a contestação, em especial a preliminar oferecida, em especial a data do ajuizamento, data da citação e sua ocorrência.

CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO  
Juiz de Direito

**Data: 10/06/2003**                      Tipo: **DESPACHO**

173/03.

RH.

Necessário que o Sr. Advogado do demandante assine o substabelecimento de fls. 36. Int.

CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO  
Juiz de Direito 4ª Vara Cível

**Data: 23/04/2003**                      Tipo: **DESPACHO**

173/03

Cite-se na forma requerida no pedido inicial.

Constantino Augusto Guerreiro

Juiz de Direito

**Data: 26/03/2003**                      Tipo: **DESPACHO**

R. H.

Por motivo de foro íntimo, julgo-me suspeita para processar e julgar o presente feito.

À Corregedoria, para redistribuição.

Belém, 26 de março de 2003.

DRª MARNEIDE MERABET.

Juiza de Direito da 6ª Vara Cível da Capital.

**Data: 11/03/2003**                      Tipo: **DESPACHO**

R.H.

Por motivo de foro íntimo, alego suspeição para processar e julgar o presente feito.

À Corregedoria, para fins de redistribuição.

Belém, 11 de março de 2003





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

YVETTE LÚCIA PINHEIRO  
Juíza da 19a. Vara Cível

**Data:** 12/02/2003      **Tipo:** DESPACHO

Declaro-me suspeita por motivo de foro íntimo, para instruir e julgar o presente feito. remeta-se o processo para a CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, para os fins de direito. procedam-se as baixas necessárias intime-se cumpra-se.  
Dra. SANDRA MARIA ARAGÃO KLAUTAU

**Data:** 22/10/2002      **Tipo:** DESPACHO

DECLARO-ME SUSPEITO POR MOTIVO DE FORO ÍNTIMO,  
PARA INSTRUIR E JULGAR O PRESENTE FEITO. ASSIM  
SENDO, AGUARDE-SE O RETORNO DA TITULAR. INTIME-SE.  
JOAO AUGUSTO F DE OLIVEIRA JR.

**TRAMITAÇÕES**

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	07/02/2014	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	TRIBUNAL	
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	18/10/2013	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	22/10/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	11/10/2013	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	11/10/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	16/09/2013	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		30/09/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	30/08/2013	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	05/09/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	14/08/2013	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	21/08/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	29/04/2013	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	07/05/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	26/04/2013	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	29/04/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	15/06/2012	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	20/06/2012



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	24/05/2012	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	28/05/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	26/10/2011	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		07/11/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	20/10/2011	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	21/10/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	15/09/2011	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	15/09/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	16/03/2010	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	16/03/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	23/02/2010	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	16/03/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	19/01/2010	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	27/01/2010
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	18/09/2009	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	AO ADVOGADO	22/09/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	04/09/2009	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	08/09/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	21/08/2009	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	22/09/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	01/08/2007	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	08/08/2007
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	01/08/2007	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	01/08/2007
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	17/10/2003	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	17/10/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	08/10/2003	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	AO ADVOGADO	10/10/2003



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	10/06/2003	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	10/06/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	07/05/2003	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	28/05/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	23/04/2003	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	25/04/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	08/04/2003	SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	25/04/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	26/03/2003	SECRETARIA DA 3ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	GABINETE DA 3ª VARA DE FAMILIA DE BELEM	26/03/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	11/03/2003	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	12/03/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	10/03/2003	SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	10/03/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	10/03/2003	DESCONHECIDO (MIGRACAO)	GABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	25/04/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	24/02/2003	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	CORREGEDORIA	12/03/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	24/02/2003	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	AO ADVOGADO	24/02/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	12/02/2003	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	12/02/2003
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20020043797895	23/10/2002	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	23/10/2002

## MANDADOS

Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
23/10/2012	MANDADO DE INTIMACAO	07/11/2012	CUMPRIDO
Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
04/07/2012	MANDADO DE INTIMACAO	17/07/2012	NÃO CUMPRIDO

## PROTOCOLOS

Documento	Data	Situação
20130281908979	26/09/2013	JUNTADO





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

20130137420010	21/05/2013	JUNTADO
20130091092228	12/04/2013	JUNTADO
20120293249395	03/12/2012	JUNTADO
20120290801891	29/11/2012	JUNTADO
20120184108681	08/08/2012	JUNTADO
20120153452122	02/07/2012	JUNTADO
20110048186219	25/04/2011	JUNTADO
20100039808184	06/04/2010	JUNTADO
20100022384462	18/02/2010	JUNTADO
20090170551235	13/10/2009	JUNTADO
20090154513352	21/09/2009	JUNTADO
20030023011037	09/06/2003	JUNTADO
20030022892988	06/06/2003	JUNTADO
20030021714923	02/06/2003	JUNTADO

**CUSTAS**

Código	Tipo	Valor	Data/Hora	Situação
3	INTERMEDIÁRIA	R\$ 42,40	26/10/2011	FINALIZADA
4	INTERMEDIÁRIA	R\$ 42,40	02/07/2012	QUITADO
5	FINAL	R\$ 84,80	03/04/2013	QUITADO
6	APELAÇÃO	R\$ 108,60	08/05/2013	QUITADO
1	INTERMEDIÁRIA	R\$ 143,44	02/06/2003	QUITADO
2	INTERMEDIÁRIA	R\$ 42,40	02/10/2009	QUITADO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

## DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0055415-83.2014.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM ANDAMENTO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 03/11/2014  
**Vara:** 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Magistrado:** ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS  
**Competência:** EXECUÇÃO FISCAL  
**Classe:** Execução Fiscal  
**Assunto:** IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano, Municipais  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 1.230,92  
**Data de Autuação:** 19/03/2015  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

## PARTES E ADVOGADOS

RAULAND BELEM SOM LTDA	EXECUTADO
MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL	EXEQUENTE
CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO	PROCURADOR

## DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 15/04/2015      **Tipo:** DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

R. H.

I ¿ Sem custas, devido isenção prevista no art. 39 da Lei nº 6.830/80.

II ¿ No caso dos autos, constata-se que o valor do débito engloba diversos tributos (IPTU e TAXAS), devidamente discriminados na CDA, com as respectivas incidências (correção, juros e multa), em cumprimento ao disposto no art. 202 do CTN e art. 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, sendo admissível a cobrança de mais de um tributo no mesmo título executivo, desde que devidamente discriminados, conforme jurisprudência pátria (Apelação Cível nº 70019753441, TJ/RS, 1ª Câ. Cível, Rel. Des. Irineu Mariani, j. em 27.06.2007).

III ¿ Assim, face a presença dos requisitos de admissibilidade da exordial, cite-se o(a) executado(a) ou seu representante legal, para no prazo de 05 dias, pagar a dívida inscrita na Certidão de Dívida Ativa, com os acréscimos legais, ou garantir a execução com oferecimento de bens à penhora, devendo a citação ser feita pelo Correio através de Carta de Citação ou pelas sucessivas



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

modalidades previstas no art. 8º, incisos III e IV, da LEF.

IV - O presente despacho inicial importa em ordem para: a) citação do(a) executado(a) ou ocupante do imóvel, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei de Execução Fiscal c/c o art. 34 do Código Tributário Nacional; b) penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, na forma dos arts. 7º, II, 10 e 11 da Lei 6.830/80, devendo ser observado que a obrigação tributária real é propter rem, incidindo sobre o imóvel objeto da execução (CTN, art. 130); c) arresto, se o(a) executado(a) não tiver domicílio ou dele se ocultar, na forma do art. 7º, III, da Lei nº 6.830/80; d) registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas, com intimação do Oficial de Registro de Imóveis competente, para que proceda ao registro da penhora, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou do auto de penhora, na forma do art. 7º, IV, e 14, I, da Lei 6.830/80; e) avaliação do bem imóvel penhorado ou arrestado, nos termos do art. 7º, inciso V, da Lei nº 6.830/80; f) nomeação de depositário público e sua intimação para não abrir mão do depósito, sem prévia autorização do juízo; g) intimação da penhora ao executado e seu cônjuge, se casado for, cientificando-o de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor embargos à execução, contados da intimação da penhora, nos termos do art. 16 da Lei de Execução Fiscal.

V - Caso não haja interposição de embargos, certifique a Secretaria, retornando os autos para ulteriores de direito.

VI - Para a hipótese de pagamento ou de não oferecimento de embargos, fixe os honorários advocatícios em 10% do débito. Int. e Dil.

Belém/PA, 15 de abril de 2015 .

Dra. Eliane dos Santos Figueiredo  
Juíza de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal, em exercício

### **TRAMITAÇÕES**

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883241	15/04/2015	GABINETE DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	17/04/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883241	14/04/2015	SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	15/04/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883241	10/11/2014	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	14/04/2015

### **MANDADOS**

Não existem mandados cadastrados para este processo.

### **PROTOCOLOS**

Não existem protocolos cadastrados para este processo.

### **CUSTAS**

Não existem custas cadastradas para este processo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

**DADOS DO PROCESSO**

**Número do Processo:** 0055417-53.2014.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM ANDAMENTO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 03/11/2014  
**Vara:** 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Magistrado:** ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS  
**Competência:** EXECUÇÃO FISCAL  
**Classe:** Execução Fiscal  
**Assunto:** IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano, Municipais  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 1.230,92  
**Data de Autuação:** 19/03/2015  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

**PARTES E ADVOGADOS**

RAULAND BELEM SOM LTDA	EXECUTADO
MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL	EXEQUENTE
CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO	PROCURADOR

**DESPACHOS E DECISÕES**

**Data:** 15/04/2015      **Tipo:** DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

R. H.

I ¿ Sem custas, devido isenção prevista no art. 39 da Lei nº 6.830/80.

II ¿ No caso dos autos, constata-se que o valor do débito engloba diversos tributos (IPTU e TAXAS), devidamente discriminados na CDA, com as respectivas incidências (correção, juros e multa), em cumprimento ao disposto no art. 202 do CTN e art. 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, sendo admissível a cobrança de mais de um tributo no mesmo título executivo, desde que devidamente discriminados, conforme jurisprudência pátria (Apelação Cível nº 70019753441, TJ/RS, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Irineu Mariani, j. em 27.06.2007).

III ¿ Assim, face a presença dos requisitos de admissibilidade da exordial, cite-se o(a) executado(a) ou seu representante legal, para no prazo de 05 dias, pagar a dívida inscrita na Certidão de Dívida Ativa, com os acréscimos legais, ou garantir a execução com oferecimento de bens à penhora, devendo a citação ser feita pelo Correio através de Carta de Citação ou pelas sucessivas



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

modalidades previstas no art. 8º, incisos III e IV, da LEF.

IV - O presente despacho inicial importa em ordem para: a) citação do(a) executado(a) ou ocupante do imóvel, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei de Execução Fiscal c/c o art. 34 do Código Tributário Nacional; b) penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, na forma dos arts. 7º, II, 10 e 11 da Lei 6.830/80, devendo ser observado que a obrigação tributária real é propter rem, incidindo sobre o imóvel objeto da execução (CTN, art. 130); c) arresto, se o(a) executado(a) não tiver domicílio ou dele se ocultar, na forma do art. 7º, III, da Lei nº 6.830/80; d) registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas, com intimação do Oficial de Registro de Imóveis competente, para que proceda ao registro da penhora, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou do auto de penhora, na forma do art. 7º, IV, e 14, I, da Lei 6.830/80; e) avaliação do bem imóvel penhorado ou arrestado, nos termos do art. 7º, inciso V, da Lei nº 6.830/80; f) nomeação de depositário público e sua intimação para não abrir mão do depósito, sem prévia autorização do juízo; g) intimação da penhora ao executado e seu cônjuge, se casado for, cientificando-o de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor embargos à execução, contados da intimação da penhora, nos termos do art. 16 da Lei de Execução Fiscal.

V - Caso não haja interposição de embargos, certifique a Secretaria, retornando os autos para ulteriores de direito.

VI - Para a hipótese de pagamento ou de não oferecimento de embargos, fixe os honorários advocatícios em 10% do débito.

Int. e Dil.

Belém/PA, 15 de abril de 2015 .

Dra. Eliane dos Santos Figueiredo

Juíza de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal, em exercício

### **TRAMITAÇÕES**

<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Data Baixa</b>
20140381883629	15/04/2015	GABINETE DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	17/04/2015
<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Data Baixa</b>
20140381883629	14/04/2015	SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	15/04/2015
<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Data Baixa</b>
20140381883629	10/11/2014	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	14/04/2015

### **MANDADOS**

Não existem mandados cadastrados para este processo.

### **PROTOCOLOS**

Não existem protocolos cadastrados para este processo.

### **CUSTAS**

Não existem custas cadastradas para este processo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

### DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0022651-17.2011.8.14.0301  
**Processo Prevento:** 0010643-14.2011.8.14.0301  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM ANDAMENTO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 06/07/2011  
**Vara:** 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Magistrado:** RAIMUNDO DAS CHAGAS FILHO  
**Competência:** CÍVEL E COMÉRCIO  
**Classe:** Procedimento Comum  
**Assunto:** Direito de Imagem  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 1.000,00  
**Data de Autuação:** 11/08/2011  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

### PARTES E ADVOGADOS

MARIA DO PERPETUO SOCORRO SABBA GUIMARAES	AUTOR
JEFERSON LIMA	REU
SERGIO GUIMARAES MARTINS	ADVOGADO
RAULAND BELEM SOM LTDA	REU
FILIPPE CHARONE TAVARES LOPES	ADVOGADO
ALBANO HENRIQUES MARTINS JUNIOR	ADVOGADO
FABIO BRITO GUIMARAES	ADVOGADO
MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO	ADVOGADO
SCE - MEDICOS S/S LTDA	AUTOR
JEAN CARLOS DIAS	ADVOGADO
JULIANA LIRA DA SILVA E CUNHA	ADVOGADO
ANA TEREZA WALDEMAR DA SILVA	ADVOGADO

### DESPACHOS E DECISÕES



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

**Data:** 12/12/2013      **Tipo:** DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

LibreOffice Processo nº 0022651-17.2011 .814.0301.

I - Diante do agravo de instrumento interposto pela parte Requerida RAULAND BELÉM SOM LTDA , verifico que não foram apresentadas alegações ou elementos probatórios capazes de alterar o convencimento deste Juízo, razão pela qual deixo de utilizar o juízo de retratação e mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos.

II - Aguarde-se em secretaria a data da audiência instrutória já designada, promovendo as diligências necessárias para a regular realização do ato.

Belém, 12 de dezembro de 2013.

ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS

Juíza de Direito Titular da

4ª Vara Cível da Capital

**Data:** 30/04/2013      **Tipo:** DESPACHO

R. hoje.

Nos termos do Art. 331 do Código de Processo Civil, designo Audiência Preliminar para o dia 19 de setembro de 2013, às 09:30h.

1. Intimem-se as partes pessoalmente a comparecer ao ato processual, podendo fazer-se representar por procurador ou preposto, com poderes para transigir.
2. Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença. Caso contrário, far-se-á o saneamento e a organização da instrução.

Belém, 30 de Abril de 2013.

ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS  
Juíza de Direito Titular





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

4ª Vara Cível da Capital

Em Exercício

Data: 31/08/2011 Tipo: DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

00226511720118140301

DECISÃO

Passo a análise do pedido de tutela antecipada.

Alegam, em síntese, que a la requerente é empresa especializada em medicina do trânsito, havendo por desenvolver métodos, modelos de capacitação, processo de seleção, sistemas de informatização e gestão, situação que a colocou na condição de clínica de referência nacional nesse campo de atividade.

Relatam que a la requerente, no exercício de sua atividade comercial, participou de licitações organizadas pelo DETRAN/PA, das quais sucessivamente obteve êxito mesmo concorrendo em igualdade de condições com empresas locais e de outros Estados. Asseveram que durante a relação contratual nunca houve, por parte da direção do DETRAN/PA, qualquer questionamento quanto a adequação, correção e lisura dos serviços prestados, nem tampouco qualquer reclamação formal por parte dos usuários.

Revelam que nas últimas semanas a 1ª requerida manteve no ar o programa apresentado pelo 2º requerido que repetidamente lhes fez acusações levianas e infundadas.

Narram que as declarações veiculadas, no ar, pelo 2º requerido, foram direcionadas aos fatos seguintes: a um, que a contratação da 1ª requerente emanou de atos ilícitos, bem como, atribuíram a 2ª requerente, a responsabilidade; a dois, a existência de irregularidade nos serviços prestados decorrentes de pagamentos ilegais feitos aos médicos avaliadores por usuários; e a três, que a prestação dos serviços não se adéqua aquilo que foi planejado pelo órgão licitante.

Diante de tais fatos não lhes restaram alternativa senão os meios judiciais para decidirem a respeito.

Destarte, pretendem as requerentes, além da indenização pelos danos morais causados, compelir os requeridos a se absterem de divulgar quaisquer tipos de comentários que venham a denegrir sua imagem, bem como propalar fatos descritos na presente demanda.

A concessão da tutela específica, na forma do art. 461, §§ 1º ao 6º, do Código de Processo Civil, exige a conjugação dos seguintes requisitos: a) a relevância do fundamento da demanda; b) o injustificado receio de ineficácia do provimento final; e c) reversibilidade da medida.

A relevância do fundamento da demanda encontra-se presente, uma vez que o ato praticado pelos requeridos é totalmente ilegal, porquanto em se tratando de programa de rádio, todas as informações e declarações veiculadas são ouvidas pelo público em geral, daí a extensão do dano.

O injustificado receio de ineficácia do provimento final, também se faz presente, posto que seja aceitável o receio das requerentes de que a ausência de tutela jurídica possibilita a ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação.

O caráter de reversibilidade impõe que seja possível no mundo fático a reversão da medida antecipada.

Entendo que as razões de fato e de direito invocadas pelas requerentes são relevantes. A prova documental produzida até aqui revela a existência dos contratos firmados com o Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN (Ier f. 66/132). Portanto, afiguram-se presentes todos os requisitos de admissibilidade.

Ante o exposto, resolvo o seguinte:

I - Determino inicial que os autos da ação cautelar, noticiados na exordial, sejam apensados nestes autos;

II - Concedo o pedido de tutela específica de obrigação de não fazer para determinar que os requeridos se abstenham de divulgar quaisquer tipos de comentários que venham a denegrir a imagem das requerentes, bem como propalar fatos descritos na presente demanda, sob pena de pagar multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sem prejuízo da aplicação de outras medidas de caráter coercitivas. Intime-se;

III - Citem-se os requeridos, RAULAND BELÉM SOM LTDA. e JEFERSON LIMA, por mandado, sendo o 1º requerido na pessoa de seu representante legal, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, ofereçam contestação à ação proposta, enviando-se-lhes cópia da exordial, ficando, desde logo, advertidos que a ausência de contestação (defesa) implicará na decretação de revelia e a imposição da pena de confesso quanta a matéria de fato, admitindo-se como verdadeiro os fatos articulados na peça vestibular, com arrimo no art. 285, 2ª parte, e art. 319, ambos do Código de Processo Civil;

IV - Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, neste último caso devidamente certificado, voltem-me conclusos;

V - Diligencie sucessivamente;

VI - Servirá o presente, por cópia digitalizada, como mandado de citação e de intimação, nos termos do Provimento nº 003/2009 - CJRMB;

VII - Cumpra-se.

Belém, 31 de agosto de 2011

Dr. Raimundo das Chagas Filho

Juiz de Direito





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

**TRAMITAÇÕES**

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	07/01/2015	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	08/01/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	03/06/2014	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	03/06/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	28/05/2014	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	UNAJ DE BELEM	03/06/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	09/05/2014	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		13/05/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	22/04/2014	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		29/04/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	04/04/2014	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	09/04/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	27/03/2014	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	04/04/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	17/12/2013	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	17/12/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	20/09/2013	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		25/09/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	20/09/2013	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	20/09/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	17/09/2013	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	19/09/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	30/04/2013	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	16/05/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	16/03/2012	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	16/03/2012
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	31/08/2011	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	06/09/2011



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	17/08/2011	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	17/08/2011

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110130914706	06/07/2011	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	17/08/2011

### **MANDADOS**

Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
03/10/2011	CITACAO	06/10/2011	CUMPRIDO

Data da Distribuição	Tipo de Mandado	Data Devolução	Situação
03/10/2011	CITACAO	25/10/2011	CUMPRIDO

### **PROTOCOLOS**

Documento	Data	Situação
20140154804689	13/05/2014	JUNTADO
20140136399036	28/04/2014	JUNTADO
20140126366520	16/04/2014	JUNTADO
20140106547577	02/04/2014	JUNTADO
20140097867338	26/03/2014	JUNTADO
20140097182227	26/03/2014	JUNTADO
20140087683017	19/03/2014	JUNTADO
20140084612191	17/03/2014	JUNTADO
20140084611997	17/03/2014	JUNTADO
20140084552051	17/03/2014	JUNTADO
20140000094151	03/01/2014	JUNTADO
20130368400096	05/12/2013	JUNTADO
20130285374498	30/09/2013	JUNTADO
20130283966252	30/09/2013	JUNTADO
20130277675414	24/09/2013	JUNTADO
20120266938533	05/11/2012	JUNTADO
20120106810642	14/05/2012	JUNTADO
20120038252788	27/02/2012	JUNTADO
20120038248326	27/02/2012	JUNTADO
20110236917858	17/11/2011	JUNTADO
20110236559637	17/11/2011	JUNTADO
20110224726122	04/11/2011	JUNTADO

### **CUSTAS**

Código	Tipo	Valor	Data/Hora	Situação
1	INICIAL	R\$ 333,20	04/07/2011	QUITADO
2	INTERMEDIÁRIA	R\$ 42,40	25/10/2011	QUITADO
3	INTERMEDIÁRIA	R\$ 42,40	26/09/2013	QUITADO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

### DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0055414-98.2014.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM ANDAMENTO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 03/11/2014  
**Vara:** 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Magistrado:** KEDIMA PACIFICO LYRA  
**Competência:** EXECUÇÃO FISCAL  
**Classe:** Execução Fiscal  
**Assunto:** IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano, Municipais  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 1.250,35  
**Data de Autuação:** 25/11/2014  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

### PARTES E ADVOGADOS

RAULAND BELEM SOM LTDA	EXECUTADO
MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL	EXEQUENTE
BRENDA QUEIROZ JATENE	PROCURADOR

### DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 07/04/2016      **Tipo:** DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COMARCA DE BELÉM

1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL

Classe: EXECUÇÃO FISCAL - MUNICÍPIO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

R. Hoje.

Face o decurso do prazo de suspensão do processo executivo fiscal, intime-se o exeqüente para manifestar-se sobre o cumprimento da obrigação ou conclusão do procedimento administrativo, no prazo de 10 dias, requerendo o que for de direito, bem como informando, na hipótese de descumprimento do parcelamento, o valor atualizado do débito tributário, para fins de prosseguimento do feito.

Decorrido o prazo, retornem conclusos para ulteriores de direito.

Int. e Dil.

Belém/PA, 7 de abril de 2016.

Dra. Kédima Pacífico Lyra

Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém

**Data: 04/08/2015**      **Tipo: DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Vistos, etc.

Face o parcelamento do débito fiscal perante à SEFIN, defiro o pedido de suspensão do processo executivo fiscal pelo prazo requerido pela Municipalidade, a fim de que o(a) executado(a) cumpra voluntariamente a obrigação, nos termos do art. 792 do CPC.

Como o parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário, conforme disposição contida no art. 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional, caso tenha havido expedição de mandado de penhora e avaliação, providencie a Secretaria o recolhimento junto a Central de Mandados.

Proceda a Secretaria a anotação do período de suspensão do processo, identificado no petitório retro ou na consulta em anexo, no Sistema Libra.

Após o decurso do prazo de suspensão, retornem os autos conclusos para ulteriores de direito.

Int. e Dil.

Belém/PA, 4 de agosto de 2015.

Dra. Kédima Pacífico Lyra

Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal da Capital

**Data: 25/11/2014**      **Tipo: DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

R. H.

I ¿ Sem custas, devido isenção prevista no art. 39 da Lei nº 6.830/80.

II ¿ No caso dos autos, constata-se que o valor do débito engloba diversos tributos (IPTU e TAXAS), devidamente discriminados na CDA, com as respectivas incidências (correção, juros e multa), em cumprimento ao disposto no art. 202 do CTN e art. 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, sendo admissível a cobrança de mais de um tributo no mesmo título executivo, desde que devidamente discriminados, conforme jurisprudência pátria (Apelação Cível nº 70019753441, TJ/RS, 1ª Câ. Cível, Rel. Des. Irineu Mariani, j. em 27.06.2007).

III ¿ Assim, face a presença dos requisitos de admissibilidade da exordial, cite-se o(a) executado(a) ou seu representante legal, para no prazo de 05 dias, pagar a dívida inscrita na Certidão de Dívida Ativa, com os acréscimos legais, ou garantir a execução com



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

oferecimento de bens à penhora, devendo a citação ser feita pelo Correio através de Carta de Citação ou pelas sucessivas modalidades previstas no art. 8º, incisos III e IV, da LEF.

IV - O presente despacho inicial importa em ordem para: a) citação do(a) executado(a) ou ocupante do imóvel, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei de Execução Fiscal c/c o art. 34 do Código Tributário Nacional; b) penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, na forma dos arts. 7º, II, 10 e 11 da Lei 6.830/80, devendo ser observado que a obrigação tributária real é propter rem, incidindo sobre o imóvel objeto da execução (CTN, art. 130); c) arresto, se o(a) executado(a) não tiver domicílio ou dele se ocultar, na forma do art. 7º, III, da Lei nº 6.830/80; d) registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas, com intimação do Oficial de Registro de Imóveis competente, para que proceda ao registro da penhora, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou do auto de penhora, na forma do art. 7º, IV, e 14, I, da Lei 6.830/80; e) avaliação do bem imóvel penhorado ou arrestado, nos termos do art. 7º, inciso V, da Lei nº 6.830/80; f) nomeação de depositário público e sua intimação para não abrir mão do depósito, sem prévia autorização do juízo; g) intimação da penhora ao executado e seu cônjuge, se casado for, cientificando-o de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor embargos à execução, contados da intimação da penhora, nos termos do art. 16 da Lei de Execução Fiscal.

V - Caso não haja interposição de embargos, certifique a Secretaria, retornando os autos para ulteriores de direito.

VI - Para a hipótese de pagamento ou de não oferecimento de embargos, fixe os honorários advocatícios em 10% do débito. Int. e Dil.

Belém/PA, 25 de novembro de 2014.

Dra. Kédima Pacífico Lyra

Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal da Capital

## **TRAMITAÇÕES**

<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Data Baixa</b>
20140381883047	10/01/2017	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	16/01/2017
<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Data Baixa</b>
20140381883047	16/12/2016	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	UNAJ DE BELEM	16/12/2016
<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Data Baixa</b>
20140381883047	03/11/2016	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	A PROCURADORIA DO MUNICIPIO	14/12/2016
<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Data Baixa</b>
20140381883047	31/10/2016	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	CADASTRO DE TRAMITACAO INTERNA	03/11/2016
<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Data Baixa</b>
20140381883047	21/10/2016	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	GABINETE DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	31/10/2016
<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Data Baixa</b>
20140381883047	05/10/2016	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	A PROCURADORIA DO MUNICIPIO	17/10/2016



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883047	19/04/2016	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	CADASTRO DE TRAMITACAO INTERNA	05/10/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883047	07/04/2016	GABINETE DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	19/04/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883047	15/03/2016	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	GABINETE DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	07/04/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883047	04/08/2015	GABINETE DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	19/08/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883047	03/08/2015	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	GABINETE DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	04/08/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883047	24/06/2015	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	A PROCURADORIA DO MUNICIPIO	22/07/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883047	19/06/2015	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	CADASTRO DE TRAMITACAO INTERNA	24/06/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883047	25/11/2014	GABINETE DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	01/12/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883047	25/11/2014	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	GABINETE DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	25/11/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381883047	10/11/2014	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	25/11/2014

## MANDADOS

Não existem mandados cadastrados para este processo.

## PROTOCOLOS

Documento	Data	Situação
20160412680837	11/10/2016	JUNTADO
20150247943264	09/07/2015	JUNTADO

## CUSTAS

Código	Tipo	Valor	Data/Hora	Situação
1	FINAL	R\$ 625,34	02/01/2017	ABERTA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

## DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0055413-16.2014.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM ANDAMENTO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 03/11/2014  
**Vara:** 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM  
**Magistrado:** ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS  
**Competência:** EXECUÇÃO FISCAL  
**Classe:** Execução Fiscal  
**Assunto:** IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano, Municipais  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 1.250,35  
**Data de Autuação:** 19/03/2015  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

## PARTES E ADVOGADOS

RAULAND BELEM SOM LTDA	EXECUTADO
MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL	EXEQUENTE
BRENDA QUEIROZ JATENE	PROCURADOR

## DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 15/04/2015      **Tipo:** DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

R. H.

I ¿ Sem custas, devido isenção prevista no art. 39 da Lei nº 6.830/80.

II ¿ No caso dos autos, constata-se que o valor do débito engloba diversos tributos (IPTU e TAXAS), devidamente discriminados na CDA, com as respectivas incidências (correção, juros e multa), em cumprimento ao disposto no art. 202 do CTN e art. 2º, § 5º, da Lei nº 6.830/80, sendo admissível a cobrança de mais de um tributo no mesmo título executivo, desde que devidamente discriminados, conforme jurisprudência pátria (Apelação Cível nº 70019753441, TJ/RS, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Irineu Mariani, j. em 27.06.2007).

III ¿ Assim, face a presença dos requisitos de admissibilidade da exordial, cite-se o(a) executado(a) ou seu representante legal, para no prazo de 05 dias, pagar a dívida inscrita na Certidão de Dívida Ativa, com os acréscimos legais, ou garantir a execução com oferecimento de bens à penhora, devendo a citação ser feita pelo Correio através de Carta de Citação ou pelas sucessivas





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

modalidades previstas no art. 8º, incisos III e IV, da LEF.

IV - O presente despacho inicial importa em ordem para: a) citação do(a) executado(a) ou ocupante do imóvel, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei de Execução Fiscal c/c o art. 34 do Código Tributário Nacional; b) penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, na forma dos arts. 7º, II, 10 e 11 da Lei 6.830/80, devendo ser observado que a obrigação tributária real é propter rem, incidindo sobre o imóvel objeto da execução (CTN, art. 130); c) arresto, se o(a) executado(a) não tiver domicílio ou dele se ocultar, na forma do art. 7º, III, da Lei nº 6.830/80; d) registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas, com intimação do Oficial de Registro de Imóveis competente, para que proceda ao registro da penhora, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou do auto de penhora, na forma do art. 7º, IV, e 14, I, da Lei 6.830/80; e) avaliação do bem imóvel penhorado ou arrestado, nos termos do art. 7º, inciso V, da Lei nº 6.830/80; f) nomeação de depositário público e sua intimação para não abrir mão do depósito, sem prévia autorização do juízo; g) intimação da penhora ao executado e seu cônjuge, se casado for, cientificando-o de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor embargos à execução, contados da intimação da penhora, nos termos do art. 16 da Lei de Execução Fiscal.

V - Caso não haja interposição de embargos, certifique a Secretaria, retornando os autos para ulteriores de direito.

VI - Para a hipótese de pagamento ou de não oferecimento de embargos, fixe os honorários advocatícios em 10% do débito. Int. e Dil.

Belém/PA, 15 de abril de 2015 .

Dra. Eliane dos Santos Figueiredo  
Juíza de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal, em exercício

### **TRAMITAÇÕES**

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381882756	15/04/2015	GABINETE DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	17/04/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381882756	14/04/2015	SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	15/04/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20140381882756	10/11/2014	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM	14/04/2015

### **MANDADOS**

Não existem mandados cadastrados para este processo.

### **PROTOCOLOS**

Não existem protocolos cadastrados para este processo.

### **CUSTAS**

Não existem custas cadastradas para este processo.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

## DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0010643-14.2011.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM ANDAMENTO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 05/04/2011  
**Vara:** 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Magistrado:** RAIMUNDO DAS CHAGAS FILHO  
**Competência:** CÍVEL E COMÉRCIO  
**Classe:** Exibição  
**Assunto:** Liminar  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 1.000,00  
**Data de Autuação:** 07/04/2011  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

## PARTES E ADVOGADOS

MARIA DO PERPETUO SOCORRO SABBA GUIMARAES	AUTOR
RAULAND BELEM SOM LTDA	REU
FILIFE CHARONE TAVARES LOPES	ADVOGADO
JEFERSON LIMA	REU
SERGIO GUIMARAES MARTINS	ADVOGADO
SCE MEDICOS S/S LTDA	AUTOR
ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS	ADVOGADO
ANA TEREZA WALDEMAR DA SILVA	ADVOGADO

## DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 16/12/2013      **Tipo:** DESPACHO  
PROC.0010643-14.20118140301

Despacho.  
Certifique a tempestividade da contestação.  
Certifique-se se a parte autora ajuizou a ação principal no prazo legal.  
Cls.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU**

Belem, 16/12/2013  
Barbara Oliveira Moreira  
Juíza de Direito

**Data: 18/10/2013**      **Tipo: DESPACHO**

I - Encaminhem-se os presentes autos aos juízes que integram o mutirão cível para os devidos fins (Portaria nº 4042/2013-GP, publicada em 17/10/2013), conforme orientação da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém deste TJPA.

II - Intimem-se e cumpra-se.

Belém, 18 de outubro de 2013.

ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS  
Juíza de Direito Titular da  
4ª Vara Cível da Capital

**Data: 25/04/2011**      **Tipo: DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

00106431420118140301

**DECISÃO**

Passo ao julgamento do pedido de liminar.

Relatam, em síntese, que a 1ª requerente é empresa especializada em medicina do trânsito, havendo por desenvolver métodos, modelos de capacitação, processo de seleção, sistemas de informatização e gestão, situação que a colocou na condição de clínica de referência nacional nesse campo de atividade.

Narram que 1ª requerente, no exercício de sua atividade comercial, participou de licitações organizadas pelo DETRAN/PA, das quais sucessivamente obteve êxito mesmo concorrendo em igualdade de condições com empresas locais e de outros Estados.

Asseveram que durante a relação contratual nunca houve, por parte da direção do Detran/PA., qualquer questionamento quanto a adequação, correção e lisura dos serviços prestados, nem tampouco qualquer reclamação formal por parte dos usuários.

Revelam que nas últimas semanas a 1ª requerida manteve no ar o programa apresentado pelo 2º requerido que repetidamente lhes fez acusações levianas e infundadas.

A concessão de liminar prende-se a dois requisitos básicos: *fumus boni juris* et *periculum in mora*. O primeiro definido pela moderna doutrina processual como interesse que justifica o direito de ação, o direito ao processo de mérito - no feliz magistério de Humberto Theodoro Júnior (Curso de Direito Processual Civil, vol. III, Forense, Rio, 1995, p. 371). O segundo - *periculum in mora* - no mesmo sentido evidenciado pelo dano potencial, fundado temor, demonstrado e comprovado, que enquanto aguarda a tutela definitiva venha sofrer prejuízo irreparável ou de incerta reparação.

Entendo que as razões de fato e de direito invocadas pelos requerentes são relevantes, porquanto em se tratando de programa de rádio, cujas informações, entrevistas, investigações comentários são de domínio público, é dever da empresa de rádio exibir as cópias dos programas que produz aos seus ouvintes quando requisitado.

Por outro lado, também vislumbro caracterizado o requisito do *periculum in mora*, posto que a exibição, em juízo, do conteúdo dos programas de comunicação radialista, qualificados pelos requerentes de levianos e inverídicos, servem de material probatório da ação principal, por isso a demora em obtê-los causa ao interessado dano de difícil e incerta reparação.

Ante o exposto, resolvo o seguinte:

I - Defiro o pedido de liminar de exibição de coisa e, consequentemente, determino que os requeridos, RAULAND BELÉM SOM LTDA. e JEFERSON LIMA, no prazo de 72h00 (setenta e duas horas) exibam, em Juízo, cópia das gravações dos programas veiculados a partir do dia 22.03.11 até a data da regular intimação, qualquer que seja a mídia em que estejam registrados, caso já tenham sido inutilizadas as cópias de gravação ou caso esta não tenha sido feito deve doravante efetuar a gravação do programa na íntegra, Intimem-se;

II - Autorizo, desde logo, a apreensão do material em epigrafe, caso os requeridos, no prazo do item anterior, não tenham atendido a ordem judicial. Expeça-se competente mandado;

III - Citem-se os requeridos, RAULAND BELÉM SOM LTDA. e JEFERSON LIMA, por mandado, sendo o 1º na pessoa de seu representante legal, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, ofereçam contestação à ação proposta, enviando-se-lhes cópias da exordial, ficando, desde logo, advertidos que a ausência de contestação (defesa) implicará na decretação da revelia e na aplicação da pena de confissão quanto a matéria de fato, admitindo-se como verdadeiros os fatos articulados na exordial, com arrimo no art. 285, 2ª parte, e art. 319 do Código de Processo Civil;

IV - Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, neste último caso devidamente certificado, voltem-me conclusos;

V - Servirá o presente, por cópia digitalizada, como mandado de citação, intimação e de apreensão do material nos termos do Provimento nº 003/2009 - CJRMB;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

VI - Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.  
Belém, 25 de abril de 2.011  
Dr. Raimundo das Chagas Filho  
Juiz de Direito

**TRAMITAÇÕES**

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	07/01/2015	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	08/01/2015
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	03/06/2014	UNAJ DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	03/06/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	28/05/2014	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	UNAJ DE BELEM	03/06/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	09/05/2014	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		28/05/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	22/04/2014	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		29/04/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	04/04/2014	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	09/04/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	27/03/2014	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	04/04/2014
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	17/12/2013	MUTIRÃO DA CORREGEDORIA DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	17/12/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	21/10/2013	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	MUTIRÃO DA CORREGEDORIA DE BELÉM	22/10/2013
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	22/09/2011	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	26/09/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	16/06/2011	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		04/07/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	25/04/2011	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	11/05/2011
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	08/04/2011	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	13/04/2011



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20110039309846	05/04/2011	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE BELEM	SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	06/04/2011

**MANDADOS**

Não existem mandados cadastrados para este processo.

**PROTOCOLOS**

Documento	Data	Situação
20110129212550	30/06/2011	JUNTADO
20110105823910	09/06/2011	JUNTADO

**CUSTAS**

Código	Tipo	Valor	Data/Hora	Situação
1	INICIAL	R\$ 333,20	05/04/2011	QUITADO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

## DADOS DO PROCESSO

**Número do Processo:** 0039482-92.2008.8.14.0301  
**Processo Prevento:** -  
**Instância:** 1º GRAU  
**Comarca:** BELÉM  
**Situação:** EM ANDAMENTO  
**Área:** CÍVEL  
**Data da Distribuição:** 18/11/2008  
**Vara:** 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Gabinete:** GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Secretaria:** SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM  
**Magistrado:** SANDRA MARIA ARAGAO KLAUTAU  
**Competência:** CÍVEL E COMÉRCIO  
**Classe:** Procedimento Comum  
**Assunto:** NÃO INFORMADO  
**Instituição:** -  
**Nº do Inquérito Policial:** -  
**Valor da Causa:** R\$ 1.000,00  
**Data de Autuação:** 12/12/2008  
**Segredo de Justiça:** NÃO  
**Volume:** -  
**Número de Páginas:** -  
**Prioridade:** NÃO  
**Gratuidade:** NÃO  
**Fundamentação Legal:** -

## PARTES E ADVOGADOS

IMAGEM COMUNICACAO VISUAL LTDA.	AUTOR
ANA CLAUDIA GRAIM MENDONCA SANTOS	ADVOGADO
PEDRO DALLAGNOL	ADVOGADO
RAULAND BELÉM SOM LTDA	REU
FILIPPE CHARONE TAVARES LOPES	ADVOGADO
MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO	ADVOGADO
TAMARA FAGURY VIDEIRA SECCO	ADVOGADO
NAYARA ARAUJO CURVELO	ADVOGADO

## DESPACHOS E DECISÕES

**Data:** 08/04/2009      **Tipo:** DESPACHO

R.H.  
Processo Cível N.º 2008.1.107965-4

- Despacho -

Cite-se a requerida, na forma da lei, para contestar todos os termos do presente pedido, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, se



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

assim o desejar, ficando desde logo ciente de que, não sendo contestados todos os termos do pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora (artigos 285 e 319, do C.P.C). Expeça-se tudo o que for necessário para o cumprimento desta decisão. Intimem-se. Cumpra-se.  
Belém, 08 de Abril de 2009.

1 SANDRA MARIA ARAGÃO KLAUTAU  
2 Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível  
da Comarca da Capital.

Data: 08/04/2009 Tipo: DESPACHO

R.H.  
Processo Cível N.º 2008.1.107965-4

- Despacho -

Cite-se a requerida, na forma da lei, para contestar todos os termos do presente pedido, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, se assim o desejar, ficando desde logo ciente de que, não sendo contestados todos os termos do pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora (artigos 285 e 319, do C.P.C). Expeça-se tudo o que for necessário para o cumprimento desta decisão. Intimem-se. Cumpra-se.  
Belém, 08 de Abril de 2009.

1 SANDRA MARIA ARAGÃO KLAUTAU  
2 Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível  
da Comarca da Capital.

Data: 17/03/2009 Tipo: DESPACHO

R.H.  
Processo Cível N.º 2008.1107965-4.

- Despacho -

D.R.A. Certifique a Sra. Diretora de Secretaria a respeito do pagamento das custas iniciais. Intime-se. Cumpra-se.  
Belém, 17 de março de 2009.

SANDRA MARIA ARAGÃO KLAUTAU  
Juíza de Direito Titular da  
2ª Vara Cível da Comarca da Capital

## TRAMITAÇÕES

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080151114618	22/11/2016	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080151114618	27/08/2012	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	10/11/2016
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080151114618	06/08/2010	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM		10/04/2012



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CONSULTA DE PROCESSOS DO 1º GRAU

Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080151114618	20/05/2009	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	AO ADVOGADO	04/06/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080151114618	06/05/2009	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SETOR DE CORRESPONDENCIA F. CIVEL DE BELEM	07/05/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080151114618	13/04/2009	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	14/04/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080151114618	13/04/2009	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	13/04/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080151114618	24/03/2009	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	13/04/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080151114618	17/03/2009	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	18/03/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080151114618	27/01/2009	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	17/03/2009
Documento	Data	Origem	Destino	Data Baixa
20080151114618	25/11/2008	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	CADASTRO DE TRAMITACAO INTERNA	12/12/2008

## **MANDADOS**

Não existem mandados cadastrados para este processo.

## **PROTOCOLOS**

Documento	Data	Situação
20130341253579	13/11/2013	JUNTADO
20100039807893	06/04/2010	JUNTADO
20090093974682	03/06/2009	JUNTADO
20090084118318	20/05/2009	JUNTADO
20080160384714	04/12/2008	JUNTADO

## **CUSTAS**

Código	Tipo	Valor	Data/Hora	Situação
1	INICIAL	R\$ 232,40	18/11/2008	QUITADO

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.**

<b>Processo nº 53900002678/2015-34</b>		
<b>Entidade: Rauland Belém Som Ltda.</b>		
<b>Localidade: Belém</b>	<b>UF: PA</b>	<b>Serviço: FM</b>
<b>Período: 05/12/2014 A 05/12/2024</b>		

<b>RELATIVOS À ENTIDADE</b>				
<b>DOCUMENTOS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>Fl(S).</b>
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			01 (0399040)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			01 (1580199)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	x			01 (1580200)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			01 (1580201)
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			04 (0399040)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			05 (0399040))
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			6 (1466533)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			6 (0399040)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			12 (0399040)



10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			11 (0399040)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			7/8/9 (0399040)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			10 (0399040))
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	x			01 (1580202)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	x			1/2 (1580203)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			01 (1580204)
16- Laudo de ensaio e vistoria técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	x			1-10(ensaio) 11(vistoria)

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	Fl(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;	JARBAS DA SILVA FERREIRA JUNIOR	X		X			1-2 3-4 apresentou cert. Narrativa 13/14/15 (1580206)
	RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	X		X			
18. Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;	JARBAS DA SILVA FERREIRA JUNIOR	X		X			06/5 (1580206)
	RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	X		X			
19. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;	JARBAS DA SILVA FERREIRA JUNIOR	X		X			8/10 7/9 (1580206)
	RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	X		X			
20. Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;	JARBAS DA SILVA FERREIRA JUNIOR	X		X			8/10 7/9 (1580206)
	RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	X		X			
21- prova de cumprimento das <b>obrigações eleitorais</b> , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	JARBAS DA SILVA FERREIRA JUNIOR	X					02/01 (1580208)
	RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	X					
22- certidão <b>criminal da Justiça Eleitoral</b>	JARBAS DA SILVA FERREIRA JUNIOR	X					12/11 (1580206)
	RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	X					

23- certidões de <b>protestos de títulos</b>	JARBAS DA SILVA FERREIRA JUNIOR	X					01/04 02/03 (1580207)
	RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	x					

**OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.**

## CONCLUSÃO

A documentação apresentada atende ao disposto na legislação regulamentar vigente.

<b>Observações:</b>
<b>Análise:</b>
Reginalva Cândida de Faria



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU**

**PROCESSO Nº 53900.025989/2015-71**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comercial.

Radiodifusão comercial. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer. Devolução de todos os processos similares para a SCE.

**I – Relatório**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A referida solicitação decorre da ausência de uniformidade no entendimento desta Consultoria Jurídica sobre os documentos necessários a regular instrução dos processos de renovação, conforme retratado, por exemplo, na Nota Técnica nº 3582/2015/SEI-MC.
3. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
4. É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

5. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

6. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
7. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 30% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica se referem à renovação de outorgas. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há cerca de 5.000 processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
8. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
9. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

Em alguns casos, no entanto, o processo necessita de exame jurídico mais acurado.

10. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
11. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Breves considerações sobre o processo de renovação de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial.**

12. O procedimento de renovação se inicia a partir da apresentação de requerimento da entidade, observado o prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo de vigência da outorga. Esta regra está prevista nos seguintes diplomas normativos:

Lei 5.785/1972. Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

Decreto nº 88.066/1983. Art. 3º As entidades que pretenderem a renovação deverão dirigir requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

Portaria nº 329/2012. Art. 4º O pedido de renovação será dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações e apresentado na sede, nas Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações ou encaminhado por via postal, mediante carta registrada. § 1º O pedido referido no caput deve ser apresentado no prazo legal compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.

13. Junto com o requerimento, a entidade deve apresentar uma série de documentos, a maior parte deles previsto no Anexo II da Portaria nº 329/2012. Outros são exigidos em razão de entendimentos firmados por esta CONJUR e pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE. Em caso de omissão ou irregularidades passíveis de correção, a entidade será notificada visando à regularização do pedido (art. 5º, parágrafo único, Portaria nº 329/2012).
14. Verificada a tempestividade do requerimento, a regularidade da documentação apresentada, bem como o cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço, o pedido de renovação será deferido pelo Ministério das Comunicações (art. 2º, Portaria nº 329/2012). Neste caso, a entidade é convocada para assinatura de termo aditivo ao instrumento original, sendo que a sua eficácia fica suspensa até a deliberação do Congresso Nacional, mediante a publicação do respectivo decreto legislativo (art. 9º, Portaria nº 329/2012).
15. Em sentido contrário, será declarada a perempção da concessão ou da permissão nos casos de: (i) intempestividade do pedido, ressalvada a hipótese de extinção da outorga por decurso de prazo; (ii) não cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço; (iii) não apresentação da documentação solicitada pelo Ministério das Comunicações; (iv) aplicação de pena de cassação; e (v) excesso aos limites de outorgas de

serviços de radiodifusão (art. 10, Portaria nº 329/2012).

16. Antes de ser declarada a perempção, é assegurado o contraditório e a ampla defesa da interessada, que poderá apresentar defesa no prazo de trinta dias, a contar da notificação (art. 12, Portaria nº 329/2014). Por fim, declarada a perempção, o processo deve ser remetido para deliberação do Congresso Nacional, a quem compete a palavra final sobre a não renovação da outorga, observado o quorum qualificado de que trata o § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

### II.III. Da documentação a ser conferida nos processos de renovação de outorga.

17. Como já ressaltado, a análise dos pedidos de renovação é, em boa parte, limitada à conferência de documentos. A lista consolidada é a seguinte:

	DOCUMENTO	FUNDAMENTO
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	Art. 112, Dec. nº 52.795/1963; Art. 3º, parágrafo 1º, Dec. nº 88.066/1993
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; (iii) atende as finalidades educativas e culturais.	§3º do art. 14 do Dec. nº 52.795/1963; art. 12 do Dec. Lei nº 236/1967; Anexo II, Port. 329/2012 e art. 1º do Decreto nº 88.066/1983
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.	Art. 38, alínea “a” da Lei nº 4.117/1962; Anexo II, Port. 329/2012.
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993; Anexo II, Port. 329/2012.
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993;

	recolhimento dos últimos cinco anos).	Anexo II, Port. 329/2012.
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.	Art. 15, § 3º, alínea e, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho	Art. 29, V, Lei nº 8.666/1993.
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).	Art. 15, §2º, alínea b, Dec. 52795/1963.
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.	Art. 15, § 4º, alínea b, Dec. nº 52.795/1963.
15	Relatório das sanções administrativas aplicadas à entidade durante o período de vigência da outorga.	Art. 33, §3º da Lei nº 4.117/1962.
16	Certidão atualizada da Junta Comercial	Art. 15, §1º, alínea a, Decreto nº 52.795/1963.
17	Laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.	Art. 33, § 3º, art. 67, par. único, da Lei nº 4.117/1962; art. 40, § 1º, art. 48, art. 122, 28, Dec.

52.795/1962

18. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.
19. Quanto ao requerimento, a tempestividade é o requisito fundamental a ser considerado, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972. Com efeito, além de estabelecer o prazo legal a ser observado pelas emissoras, este dispositivo menciona, ainda, em seu § 2º, que o pedido será deferido “havendo a concessionária ou permissionária *requerido a renovação no prazo*”.
20. Por isso mesmo, o § 3º do art. 4º da Portaria nº 329/2012 é expresso ao mencionar que os pedidos de renovação apresentados fora do prazo “serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações”. Dispositivo com conteúdo similar encontra-se no art. 2º da Portaria nº 153/2012.
21. Em suma, a tempestividade do requerimento é condição para o deferimento do pedido de renovação (art. 2º, I, Port. 329/2014), sendo a sua intempestividade causa de declaração de perempção (art. 10, I, Port. 329/2014). Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar se o pedido do requerente é ou não tempestivo.
22. Os documentos números 02 a 13 estão expressamente previstos nas normas indicadas no quadro, dispensando comentários adicionais.
23. Registre-se, apenas, quanto à certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho (documento 12), que se trata de nova exigência legal, instituída pela Lei nº 12.440/2011, aplicável a todas as contratações públicas efetuadas com base na Lei nº 8.666/1993.
24. A não apresentação ou a existência de certidões positivas para os casos previstos nos documentos de números 2 a 13 levarão ao descumprimento de critério objetivo, o que ocasionará, caso não haja regularização, a declaração de perempção e proposta de não renovação da outorga. Esses documentos, portanto, são passíveis de simples conferência pela área técnica, ficando dispensada a avaliação jurídica individualizada pela CONJUR.
25. Em suma, nesses casos, caberá a SCE instruir o processo com vistas à renovação, se apresentadas as certidões negativas e de regularidade, ou à perempção, se o contrário ocorrer.
26. Por sua vez, as certidões negativas de distribuição cíveis e criminais são instrumentos para a avaliação da idoneidade moral dos sócios e administradores da entidade, conforme exige o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962. Nesses termos, apresentadas as certidões negativas, não será necessária a avaliação individualizada da Consultoria Jurídica, pois preenchido o requisito firmado neste Parecer.
27. No caso de certidões positivas, a certidão de objeto e pé somente deve ser exigida quando a consulta ao *site* do respectivo tribunal não for suficiente para se obter a informação pretendida. De modo que este documento possui caráter subsidiário, tendo por finalidade complementar as informações nos casos em que não seja possível obtê-las por outras formas mais céleres, como a consulta na internet.
28. Em recente manifestação sobre o tema, o Despacho nº 3782/2014/ALM/CGCE



/CONJUR-MC/CGU/AGU, que aprovou com ressalvas o Parecer nº 1293/2014/RVP/CGCE /CONJUR-MC/CGU/AGU, firmou orientação no sentido de serem considerados, para fins de idoneidade moral, as hipóteses previstas na Lei da Ficha Limpa, isto é, a Lei Complementar nº 135/2010, que alterou a Lei Complementar nº 64/1990. Confira-se o seguinte trecho do Despacho:

A lista dá embasamento legal para afirmar quais são as hipóteses nas quais a empresa deve ser excluída do certame ou impedida de assinar o contrato por inidoneidade moral dos sócios. Com efeito, a Lei da Ficha Limpa constitui interessante balizador para a fixação de um conceito de idoneidade. Por óbvio, exclui-se, de plano, a hipótese prevista na alínea “a” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/1990. Ora, analfabetos não são incapazes.

O entendimento aqui posto é o de que, se o interessado pode ser eleito para um cargo público, até mesmo para Presidente da República acaso não incida em uma das hipóteses previstas na referida Lei, o que, deveras, constitui o maior múnus para uma pessoa no País, poderia ser sócio de uma empresa com outorga de serviço de radiodifusão. Resta claro, pois, o atendimento de dois princípios do ato administrativo, razoabilidade e proporcionalidade.

Nesses casos, serão utilizados como parâmetro para a vigência da pecha da inidoneidade moral os mesmos prazos utilizados pela Lei mencionada para a inelegibilidade.

29. Assim, deverão ser considerados inidôneos, para fins do disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962, os sócios e administradores que apresentem condenação, transitada em julgada ou proferida por órgão colegiado, nas seguintes hipóteses previstas no art. 1º da LC nº 64/1990, com redação dada pela LC nº 135/2010:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

3. contra o meio ambiente e a saúde pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; ([Incluído pela Lei](#)

[Complementar nº 135, de 2010\)](#)

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

8. de redução à condição análoga à de escravo; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

9. contra a vida e a dignidade sexual; e [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no [inciso II do art. 71 da Constituição Federal](#), a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[..]

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o

ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

30. Assim, a outorga não poderá ser renovada nos casos em que se constatar que algum ou alguns dos sócios ou administradores tenham sido condenados por crimes graves, infrações eleitorais ou por improbidade administrativa, conforme as hipóteses e os prazos acima transcritos.

31. Aliado a essas situações, cabe considerar o disposto no seguinte acórdão, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, a respeito da legitimidade e do alcance do conceito de idoneidade moral. A ementa é a seguinte:

**ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INTERRUÇÃO DO SERVIÇO POR INTERESSE PÚBLICO. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA OUTORGA DA RENOVAÇÃO DA PERMISSÃO.**

1. Extraí-se dos autos que o Ministério das Comunicações editou a Portaria MC nº 111, de 11/03/1985, outorgando à Rádio Club de Cuiabá Ltda. permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada pelo prazo de 10 anos e sem direito de exclusividade, tendo sido renovada a referida permissão pela Portaria MC nº 361, de 24/07/2000, com data retroativa a 13/03/1995. Todavia, em 22/08/2003 o Ministro de Estado das Comunicações editou a Portaria MC nº 420, de 25/08/2003, revogando, em razão da inidoneidade moral da permissionária e do não atendimento do interesse público, a Portaria nº 361/2000.

2. Inocorrência de cerceamento de defesa na condução do processo administrativo que culminou com a edição da Portaria nº 420/2003, visto que a interrupção dos serviços de radiodifusão deu-se em caráter preventivo, atendendo ao interesse público, tendo em vista **a fundada imputação de inidoneidade do sócio majoritário da emissora, que exerce as funções de gerente da Rádio, que consoante certidão fornecida pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso, tem contra si diversos processos criminais tramitando naquele órgão do judiciário federal. Instauração do devido processo no âmbito do Ministério das Comunicações, a fim de revisar a outorga da renovação da permissão em comento, onde foi oportunizada a apresentação de defesa.**

3. Absoluta legalidade do ato que revogou a renovação da permissão anteriormente outorgada, plenamente amparado pelos dispositivos legais regentes da espécie. Cuidando de hipótese de permissão de serviços de radiodifusão, aplica-se ao caso as disposições pertinentes do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117/62 - que define os requisitos necessários para renovação de permissões.

4. A Constituição Federal (art. 223, § 3º) exige a deliberação do Congresso Nacional acerca dos atos de outorga e renovação das permissões dos serviços de radiodifusão, a fim de que adquiram eficácia legal. Na hipótese, verifica-se que tal apreciação pelo

Congresso Nacional não ocorreu até à época da revogação da Portaria de renovação ora impugnada.

5. A renovação dos serviços de radiodifusão da impetrante não chegou a produzir efeitos jurídicos capazes de amparar a pretensão mandamental deduzida, à consideração de que ao tempo da indigitada revogação ainda estava pendente a aprovação pelo Congresso Nacional exigida pela Carta Magna.

6. Segurança denegada. Agravo regimental prejudicado. (STJ, Primeira Seção, MS nº 9.306-DF, Rel. Min. José Delgado, julgado em 24/03/2004).

32. Do parecer exarado pelo Ministério Público Federal no processo, merece transcrição a seguinte passagem, acolhida como fundamento para a decisão do STJ:

Na presente hipótese, os documentos inclusos [...] comprovam, sem sombra de dúvida, que os sócios [...] são **pessoas com envolvimento com o crime organizado do país**. O primeiro, inclusive com **quatro mandados de prisão preventiva** na Seção Judiciária do Mato Grosso, em decorrência de quatro ações penais. A segunda sócia também tem contra si decretada prisão preventiva em decorrência de ação penal.

Vê-se, pois, que **não se trata apenas de um sócio envolvido em atividades 'supostamente' criminosas, como quer fazer crer a impetrante, mas de três sócios comprovadamente envolvidos em tais atividades** (ver fls. 23/24 e 227 do Processo Administrativo). **E por ser a idoneidade moral do dirigente, requisito essencial para a outorga do serviço de radiodifusão, bem como para sua renovação, a comprovada inidoneidade moral do sócio majoritário e gerente contamina, pois, a pessoa jurídica, justificando a não-renovação da outorga.** (...)

33. Como se pode observar, o precedente do STJ firma mais um importante parâmetro a ser considerado na avaliação da idoneidade moral. Trata-se do comprovado envolvimento dos sócios e dirigentes com atividades criminosas, mesmo que a hipótese não se enquadre, integralmente, na Lei da Ficha Limpa. No caso acima mencionado, o STJ entendeu que impediria a renovação da outorga o fato de estarem em curso diversas ações penais, além da decretação de prisão preventiva em face dos sócios.

34. Diante disso, se as certidões juntadas aos autos apontarem para existência de outras situações que revelem o comprovado envolvimento dos sócios ou dirigentes com atividades criminosas, ainda que não enquadradas na Lei da Ficha Limpa, não será viável, juridicamente, a renovação da outorga. Trata-se de um requisito aberto, cuja avaliação deve ser efetuada por esta CONJUR, após manifestação da área técnica. Por isso, nesses casos, os autos devem ser remetidos para avaliação jurídica individualizada.

35. Do exposto acima, decorre que outras ações ou decisões judiciais, em particular as que dizem respeito apenas à vida privada do sócio ou dirigente, não maculam a idoneidade moral, não constituindo, por si só, impedimento à renovação das outorgas. É o caso, por exemplo, de execuções fiscais (a regularidade fiscal é comprovada pelas certidões fazendárias) e as ações cíveis em geral, tais como as de família e as possessórias.

36. Por fim, outra questão a ser considerada para fins de avaliação da idoneidade moral é a de condenação, por decisão administrativa definitiva, no caso de atividade clandestina de telecomunicações. Segundo justificativa que consta do Despacho:

Vislumbra-se, ainda, outra possibilidade que pode ferir a idoneidade moral dos sócios. É o caso no qual o licitante está a desenvolver atividade clandestina de

telecomunicações. Na hipótese, a pecha decorre da ausência de boa-fé entre o infrator e a própria Administração com a qual se pretende contratar.

[...]

Neste caso a declaração de inidoneidade moral será de cinco anos do trânsito em julgado administrativo do PADO, mesmo prazo considerado pela Anatel na caracterização dos antecedentes.

37. Assim, a Secretaria deverá verificar se existe alguma informação ou suspeita nos autos de que o interessado ou a empresa está a desenvolver operação clandestina do serviço.
38. Como a avaliação da idoneidade moral possui cunho eminentemente jurídico, havendo certidões positivas ou indícios de que a empresa ou o interessado está desenvolvendo atividade clandestina, os autos deverão ser encaminhados para a Consultoria Jurídica acompanhados dos documentos instrutórios mencionados, bem como com a posição da SCE a respeito (se seria ou não caso de declaração de perempção), conforme indicado no Anexo a este Parecer.
39. Por sua vez, a certidão atualizada da junta comercial (documento 16) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade. Assim, caberá à área técnica analisar a referida certidão e conferir os quadros societário e diretivos, tomando as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR os casos de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências técnicas necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se ‘os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público’. [...] Portanto, dentre outras questões, a análise técnica é obrigatória [...].
41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.
42. Cabe à SCE definir os parâmetros técnicos a serem descritos e comprovados no documento em questão. Do ponto de vista legal, a exigência cinge-se à necessidade de elaboração e assinatura de documento por engenheiro habilitado, o qual deverá atestar e se responsabilizar pelo atendimento às exigências técnicas firmadas no licenciamento.
43. A SCE, ainda, deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. Trata-se, pois, de análise técnica.
44. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborado *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de

renovação. Essa relação com a devida conferência dos documentos apresentados deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada, ressalvadas as hipóteses a seguir mencionadas.

45. Com efeito, como afirmado antes, nos casos de análise de idoneidade moral e de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, conforme indicado no Anexo a este Parecer.

### III - Conclusão

46. Ante o exposto, opinamos pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial.
47. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchido e juntado aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos especificados no Anexo a este Parecer ou de dúvida jurídica fundada.
48. À consideração superior.

#### ANEXO - PARECER REFENCIAL N° XX/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMERCIAL

	DOCUMENTOS				
			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para				



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Lemos Maia**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, em 29/05/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", da

	executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; e (iii) atende as finalidades educativas e culturais				Portaria MC 89/2014.
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.				
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.				
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.				
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.				
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.				
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa				

	jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho			
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).			
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.			
14.1	Em caso de certidão positiva, há condenação, por decisão transitada em julgado ou em órgão colegiado, nas hipóteses do art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Compl. 64/1990? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
14.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à idoneidade moral, tais como ações criminais em curso ou a decretação de prisão, operação clandestina do serviço, que apontem para o comprovado envolvimento do sócio ou dirigente com atividades criminosas? Em caso			



	afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
15	Foi aplicada pena de cassação durante o período de vigência da outorga?			
16	Certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade.			
17	Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado.			



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 29/05/2015, às 15:04, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.  
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0527468** e o código CRC **8964DCF6**.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

**DESPACHO**

Processo n. 53900.002678/2015-34

1. Tendo em vista que à fl. 16(0399040) evento SEI foi apresentada alteração contratual cujo(s) quadro(s) societário e/ou diretivo diverge(m) do(s) último(s) aprovado(s)/conhecido(s) por esta Pasta, entende-se que a continuidade do pleito resta prejudicada até que sejam adotadas as medidas cabíveis com vistas à regularização dos dados cadastrais da Entidade.

2. Por esta razão, remeto o feito à Chefe de Serviço de Atos Societários para as providências cabíveis, as quais devem ser certificadas nos autos para que se possa dar seguimento ao presente feito.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Chefe de Serviço**, em 06/03/2017, às 14:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1615544** e o código CRC **D13DAF2F**.

---

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53900.002678/2015-34

SEI nº 1615544

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

**CERTIDÃO**

Processo. 53900.002678/2015-34

1. Certifico e dou fê de que a regularização mencionada no Despacho Interno SLPOS s./nº (evento SEI n.º1615544) está sendo tratada nos autos do Processo nº 01250.003386/2017-89, e encontra-se em fase de atualização e arquivamento.
2. Assim, devolvo os autos à chefe de serviço de renovação de outorga para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Chefe de Serviço**, em 06/03/2017, às 14:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1627830** e o código CRC **E37C1103**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.002678/2015-34

SEI nº 1627830

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

**DESPACHO**

Processo n.: 53900.002678/2015-34

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rauland Belém Som Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias, Substituta**, em 09/03/2017, às 11:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1628175** e o código CRC **50AA62E7**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.002678/2015-34

SEI nº 1628175

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

**DESPACHO**

**Processo nº 53900.002678/2015-34**

1. Tendo em vista os laudos de ensaio e de vistoria técnica, apresentados às fls. 1-15 (Evento SEI nº 1580205), pela Rádio Rauland Belém Som Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém, estado do Pará, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos ao Órgão Regional de Minas Gerais - REGMG, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja a Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR informada quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias, Substituta**, em 09/03/2017, às 11:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1628350** e o código CRC **32B1C099**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.002678/2015-34

SEI nº 1628350

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RAULAND BELEM SOM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO RAULAND	
<b>Telefone:</b> ()	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 04.963.633/0001-56	<b>Número do Fistel:</b> 08008005750
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b>	

Endereço Sede			
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARE		<b>Complemento:</b> ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO	
<b>Bairro:</b> NAZARE		<b>Numero:</b> 1223,	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035170	

Endereço Correspondência			
<b>Logradouro:</b> AV NAZARE 1223 16 ANDAR EDIF FELIZ		<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> BAIRRO NAO INFORMADO		<b>Numero:</b> .	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66000000	

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA
<b>Latitude:</b> -1.452	<b>Longitude:</b> -48.402

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 236	<b>Frequência:</b> 95.1 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP:</b> 15kW
<b>Altura:</b> 150	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°:	10°:	20°:	30°:	40°:	50°:	60°:	70°:	80°:	90°:	100°:	110°:
120°:	130°:	140°:	150°:	160°:	170°:	180°:	190°:	200°:	210°:	220°:	230°:
240°:	250°:	260°:	270°:	280°:	290°:	300°:	310°:	320°:	330°:	340°:	350°:

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 322766834	<b>Número Indicativo:</b> ZYD200
<b>Data Último Licenciamento:</b> 01/01/1994	<b>Número da Licença:</b>

Estação Principal	
Localização	
<b>Latitude:</b> -1.452	<b>Longitude:</b> -48.402

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 059678***0108	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> 5.000

Linha de Transmissão Principal	
--------------------------------	--

<b>Modelo:</b> HF 3 1/8CU2Y				<b>Fabricante:</b> KMP			
<b>Comprimento da Linha:</b>		<b>Atenuação dB100m:</b>		<b>Perdas Acessórias:</b>		<b>Impedância:</b> 50.00	

Antena Principal							
<b>Modelo:</b> FMC-4A				<b>Fabricante:</b> HARRIS INTERTYPE CORPORATION			
<b>Ganho:</b> 3.06	<b>Beam-Tilt:</b> .00	<b>Orientação NV:</b> 300		<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> 20.8	<b>ERP Máximo:</b> 0 kW	

Padrão de Antena dBd											
<b>0°:</b> 0.91	<b>10°:</b> 1.25	<b>20°:</b> 1.57	<b>30°:</b> 1.66	<b>40°:</b> 1.31	<b>50°:</b> 0.74	<b>60°:</b> 0.44	<b>70°:</b> 0.74	<b>80°:</b> 1.31	<b>90°:</b> 1.66	<b>100°:</b> 1.57	<b>110°:</b> 1.25
<b>120°:</b> 0.91	<b>130°:</b> 0.53	<b>140°:</b> 0.12	<b>150°:</b> 0	<b>160°:</b> 0.25	<b>170°:</b> 0.78	<b>180°:</b> 1.66	<b>190°:</b> 3.09	<b>200°:</b> 4.86	<b>210°:</b> 6.46	<b>220°:</b> 7.91	<b>230°:</b> 9.19
<b>240°:</b> 9.74	<b>250°:</b> 9.19	<b>260°:</b> 7.91	<b>270°:</b> 6.46	<b>280°:</b> 4.86	<b>290°:</b> 3.09	<b>300°:</b> 1.66	<b>310°:</b> 0.78	<b>320°:</b> 0.25	<b>330°:</b> 0	<b>340°:</b> 0.12	<b>350°:</b> 0.53

Estação Auxiliar							
Transmissor Auxiliar							
<b>Código Equipamento:</b>				<b>Modelo:</b>			
<b>Fabricante:</b>				<b>Potência de Operação:</b>			

Transmissor Auxiliar 2							
<b>Código Equipamento:</b>				<b>Modelo:</b>			
<b>Fabricante:</b>				<b>Potência de Operação:</b>			

Linha de Transmissão Auxiliar							
<b>Modelo:</b> HF 3 1/8CU2Y				<b>Fabricante:</b>			
<b>Comprimento da Linha:</b>		<b>Atenuação dB100m:</b>		<b>Perdas Acessórias:</b>		<b>Impedância:</b> 50.00	

Antena Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Ganho:</b>	<b>Beam-Tilt:</b>	<b>Orientação NV:</b>		<b>Polarização:</b>		<b>HCI:</b> m	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	247	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
535690005932004	43467	Ato	ER	25/03/2004	29/03/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	466	Portaria	MC	26/09/1997	26/11/1997	Renovação	Jurídico
9999	322	Decreto Legislativo	CN	24/11/2008	25/11/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	739	Portaria	MC	20/06/1997		Multa	Jurídico
9999	277	Portaria	MC	17/02/1984	01/03/1984	Multa	Jurídico
9999	276	Despacho	MC	27/12/2008		Advertência	Jurídico
9999	181091	Despacho	MC	18/10/1991		Advertência	Jurídico
9999	160491	Despacho	MC	16/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	140191	Despacho	MC	14/01/1991		Advertência	Jurídico
9999	271290	Despacho	MC	27/12/1990		Advertência	Jurídico

9999	41290	Despacho	MC	04/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	160890	Despacho	MC	16/08/1990		Advertência	Jurídico
9999	671	Ofício	MC	05/04/1990		Advertência	Jurídico
9999	3821	Ofício	MC	27/11/1989		Advertência	Jurídico
9999	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Advertência	Jurídico
9999	271288	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	2712	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	100	Ofício	MC	08/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	301286	Despacho	MC	30/12/1986		Multa	Jurídico
9999	14	Despacho	DMC-SC	14/02/2012		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	198	Portaria	MC	24/03/2010	09/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	40	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Horário de funcionamento



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

**DESPACHO**

Processo nº: **53900.002678/2015-34**

Interessado(a): **RAULAND BELÉM SOM LTDA**

1. Em atenção à solicitação de informações manifestada por meio do Despacho Interno COROR1628175, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela RAULAND BELÉM SOM LTDA, entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.
2. Isso posto, restitua-se o processo acima mencionado à Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR, para que sejam tomadas as providências que julgar necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Silva Lopes, Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas, Substituta**, em 10/03/2017, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1726618** e o código CRC **83EEB9E7**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.002678/2015-34

SEI nº 1726618

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RAULAND BELEM SOM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO RAULAND	
<b>Telefone:</b> ()	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 04.963.633/0001-56	<b>Número do Fistel:</b> 08008005750
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b>	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARE	<b>Complemento:</b> ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO	
<b>Bairro:</b> NAZARE	<b>Numero:</b> 1223,	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035170

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> AV NAZARE 1223 16 ANDAR EDIF FELIZ	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> BAIRRO NAO INFORMADO	<b>Numero:</b> .	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66000000

## Informações do Plano Basico

Localização	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA
<b>Latitude:</b> -1.452	<b>Longitude:</b> -48.402

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 236	<b>Frequência:</b> 95.1 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP:</b> 15kW
<b>Altura:</b> 150	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°:	10°:	20°:	30°:	40°:	50°:	60°:	70°:	80°:	90°:	100°:	110°:
120°:	130°:	140°:	150°:	160°:	170°:	180°:	190°:	200°:	210°:	220°:	230°:
240°:	250°:	260°:	270°:	280°:	290°:	300°:	310°:	320°:	330°:	340°:	350°:

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 322766834	<b>Número Indicativo:</b> ZYD200
<b>Data Último Licenciamento:</b> 01/01/1994	<b>Número da Licença:</b>

Estação Principal	
Localização	
<b>Latitude:</b> -1.452	<b>Longitude:</b> -48.402

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 059678***0108	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> 5.000

Linha de Transmissão Principal
--------------------------------

<b>Modelo:</b> HF 3 1/8CU2Y				<b>Fabricante:</b> KMP			
<b>Comprimento da Linha:</b>		<b>Atenuação dB100m:</b>		<b>Perdas Acessórias:</b>		<b>Impedância:</b> 50.00	

Antena Principal							
<b>Modelo:</b> FMC-4A				<b>Fabricante:</b> HARRIS INTERTYPE CORPORATION			
<b>Ganho:</b> 3.06	<b>Beam-Tilt:</b> .00	<b>Orientação NV:</b> 300		<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> 20.8	<b>ERP Máximo:</b> 0 kW	

Padrão de Antena dBd											
<b>0°:</b> 0.91	<b>10°:</b> 1.25	<b>20°:</b> 1.57	<b>30°:</b> 1.66	<b>40°:</b> 1.31	<b>50°:</b> 0.74	<b>60°:</b> 0.44	<b>70°:</b> 0.74	<b>80°:</b> 1.31	<b>90°:</b> 1.66	<b>100°:</b> 1.57	<b>110°:</b> 1.25
<b>120°:</b> 0.91	<b>130°:</b> 0.53	<b>140°:</b> 0.12	<b>150°:</b> 0	<b>160°:</b> 0.25	<b>170°:</b> 0.78	<b>180°:</b> 1.66	<b>190°:</b> 3.09	<b>200°:</b> 4.86	<b>210°:</b> 6.46	<b>220°:</b> 7.91	<b>230°:</b> 9.19
<b>240°:</b> 9.74	<b>250°:</b> 9.19	<b>260°:</b> 7.91	<b>270°:</b> 6.46	<b>280°:</b> 4.86	<b>290°:</b> 3.09	<b>300°:</b> 1.66	<b>310°:</b> 0.78	<b>320°:</b> 0.25	<b>330°:</b> 0	<b>340°:</b> 0.12	<b>350°:</b> 0.53

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b>
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b>

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b>
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b>

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b> HF 3 1/8CU2Y		<b>Fabricante:</b>	
<b>Comprimento da Linha:</b>	<b>Atenuação dB100m:</b>	<b>Perdas Acessórias:</b>	<b>Impedância:</b> 50.00

Antena Auxiliar				
<b>Modelo:</b>			<b>Fabricante:</b>	
<b>Ganho:</b>	<b>Beam-Tilt:</b>	<b>Orientação NV:</b>	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	247	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
535690005932004	43467	Ato	ER	25/03/2004	29/03/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	466	Portaria	MC	26/09/1997	26/11/1997	Renovação	Jurídico
9999	322	Decreto Legislativo	CN	24/11/2008	25/11/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	739	Portaria	MC	20/06/1997		Multa	Jurídico
9999	277	Portaria	MC	17/02/1984	01/03/1984	Multa	Jurídico
9999	276	Despacho	MC	27/12/2008		Advertência	Jurídico
9999	181091	Despacho	MC	18/10/1991		Advertência	Jurídico
9999	160491	Despacho	MC	16/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	140191	Despacho	MC	14/01/1991		Advertência	Jurídico
9999	271290	Despacho	MC	27/12/1990		Advertência	Jurídico

9999	41290	Despacho	MC	04/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	160890	Despacho	MC	16/08/1990		Advertência	Jurídico
9999	671	Ofício	MC	05/04/1990		Advertência	Jurídico
9999	3821	Ofício	MC	27/11/1989		Advertência	Jurídico
9999	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Advertência	Jurídico
9999	271288	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	2712	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	100	Ofício	MC	08/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	301286	Despacho	MC	30/12/1986		Multa	Jurídico
9999	14	Despacho	DMC-SC	14/02/2012		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	198	Portaria	MC	24/03/2010	09/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	40	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Horário de funcionamento



BOM DIA  
Luciano Alves Corgosinho  
Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | internet | tela | menu | ajuda

## Consulta Geral - FM

### Identificação do Canal PB

**UF:** PA  
**Município:** Belém  
**Frequência:** 95,1 MHz  
**Classe:** A4  
**Canal:** 236

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**  
**Fase:** 3 - Licenciada

### Dados da Entidade

**Entidade:** RAULAND BELEM SOM LTDA  
**Nome Fantasia:** RADIO RAULAND  
**Nº Estação:** 322766834  
**Primeiro  
Licenciamento:**

**Fistel:** 08008005750  
**CNPJ:** 04.963.633/0001-56  
**Situação:** Entidade não possui débitos  
**Último  
Licenciamento:** 01/01/1994

### ☐ Dados do Plano Básico

#### Ocupante do Canal

**Entidade:** RAULAND BELEM SOM LTDA  
**Fase:** 3 - Licenciada

**Nº Fistel:** 08008005750

### Coordenadas Geográficas do Município

**Município:** Belém/PA

**Latitude:** 1S272098

**Longitude:** 48W301404

**Raio:** 100

### Coordenadas Geográficas

**Latitude:** 01 ° 27 ' 06 " 00 Sul

**Longitude:** 48 ° 24 ' 06 " 00

**Local Específico:** (opcional)

**Coordenada pré-  
fixada?:** Não

### Características

**Canal:** 236

**Frequência:** 95,1

**Classe:** A4

**Canal Educativo?:** Não

### Limitações

**Limitações:** ☐ Sim ☒ Não

### Potência Determinada

**Não possui Potência  
Determinada.**

### Histórico / Observações

**Histórico:**

RESOLUCAO ANATEL 125/99

**Máximo:** 250 **Digitados:** 23

**Observação:**

**Máximo:** 250 **Digitados:** 0

### ☐ Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

**CNPJ:** 04963633000156

Pesquisar

**Razão Social:** RAULAND BELEM SOM LTDA**Nome Fantasia:** RADIO RAULAND**Tipo de Usuário:** Integral**Endereço Sede****País:** Brasil**Número do CEP:** 66035170**Número:** 1223,**Município:** Belém**Telefone:****Logradouro:** AVENIDA NAZARE**Complemento:** ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO**Distrito:****Bairro:** NAZARE**SubDistrito:****Estado:** PA**Fax:****Endereço de Correspondência****País:** Brasil**Número do CEP:** 66000000**Número:** .**Município:** Belém**Telefone:** **Fax:** **E-mail:** **Logradouro:** AV NAZARE 1223 16 ANDAR EDIF FELIZ**Complemento:****Bairro:** BAIRRO NAO INFORMADO**SubDistrito:****Estado:** PA**Nome Fantasia****Nome Fantasia****Dados da Outorga****SCRAD Jurídico:** **Data Publicação**  
**Contrato/Convênio:** **SCRAD Técnico:** **Data Limite**  
**Instalação:** **Número do Processo:** **Fistel:** **Documentos Emitidos****Atualização de Documentos**

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="277"/>	<input type="text"/>	Portaria	MC	<input type="text" value="17/02/1984"/>	<input type="text" value="01/03/1984"/>	Multa	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="247"/>	<input type="text"/>	Portaria	MC	<input type="text" value="09/10/1985"/>	<input type="text" value="18/10/1985"/>	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="301286"/>	<input type="text"/>	Despacho	MC	<input type="text" value="30/12/1986"/>	<input type="text"/>	Multa	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="100"/>	<input type="text"/>	Ofício	MC	<input type="text" value="08/12/1988"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="271288"/>	<input type="text"/>	Despacho	MC	<input type="text" value="27/12/1988"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="2712"/>	<input type="text"/>	Despacho	MC	<input type="text" value="27/12/1988"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="240589"/>	<input type="text"/>	Despacho	MC	<input type="text" value="24/05/1989"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="3821"/>	<input type="text"/>	Ofício	MC	<input type="text" value="27/11/1989"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="671"/>	<input type="text"/>	Ofício	MC	<input type="text" value="05/04/1990"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="160890"/>	<input type="text"/>	Despacho	MC	<input type="text" value="16/08/1990"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="41290"/>	<input type="text"/>	Despacho	MC	<input type="text" value="04/12/1990"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="271290"/>	<input type="text"/>	Despacho	MC	<input type="text" value="27/12/1990"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="140191"/>	<input type="text"/>	Despacho	MC	<input type="text" value="14/01/1991"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="160491"/>	<input type="text"/>	Despacho	MC	<input type="text" value="16/04/1991"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="181091"/>	<input type="text"/>	Despacho	MC	<input type="text" value="18/10/1991"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="739"/>	<input type="text"/>	Portaria	MC	<input type="text" value="20/06/1997"/>	<input type="text"/>	Multa	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="466"/>	<input type="text"/>	Portaria	MC	<input type="text" value="26/09/1997"/>	<input type="text" value="26/11/1997"/>	Renovação	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text" value="43467"/>	<input type="text"/>	ATO	ER	<input type="text" value="25/03/2004"/>	<input type="text" value="29/03/2004"/>	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc.
Deliber. do C.								

<input type="text"/>	<input type="text" value="322"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="24/11/2008"/>	<input type="text" value="25/11/2008"/>	Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="276"/>	<input type="text" value="Despacho"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="27/12/2008"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="198"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="24/03/2010"/>	<input type="text" value="09/04/2010"/>	Renovação	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="14"/>	<input type="text" value="Despacho"/>	<input type="text" value="DMC-SC"/>	<input type="text" value="14/02/2012"/>	<input type="text"/>	Substituição de Equipamento	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="40"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="03/01/2013"/>	<input type="text" value="04/01/2013"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>

☐ Característica da Estação Instalada

[» Endereços](#)
☐ Estação Transmissora

**Endereço**

**País:** Brasil  
**Cep:** 66035170 **Logradouro:** AVENIDA NAZARE  
**Número:** 1223 **Complemento:** EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR.  
**Município:** Belém **Distrito:** **Bairro:** NAZARE **UF:** PA  
**SubDistrito:**

**Coordenadas Geográficas do Município**

**Município:**  **Longitude:**  **Raio:**

**Coordenadas Geográficas Estação**

**Latitude:**  **Longitude:**

**Distância ao Centro do Município:**  Km

**Azimute:**  (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

**Informações da Estação**

**Cota Base Torre:**  m

**Coordenadas Geográficas (PB)**

**Latitude:**  **Longitude:**

☐ Estúdio Principal

**País:** Brasil **Logradouro:** AV NAZARE (ED. FELIZ - 16º ANDAR)  
**Cep:** 66035170 **Complemento:** **Bairro:** NAZARE **UF:** PA  
**Número:** 1223 **Distrito:** **SubDistrito:**  
**Município:** Belém

☐ Estúdio Auxiliar

[» Estação Principal](#)
☐ Antena Principal

**Fabricante:**  **Ganho:**  dBd  
**Modelo:**  **Orient. NV:**  graus  
**Polarização:**  **Preenchimento de nulos:**  (%)  
**Beam-Tilt:**  graus  
**HCI:**  metros

**Descrição:**

**Máximo:** 200 **Digitados:** 34

☐ Transmissor Principal

**Código Equipamento:**  ☒ Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)  
**Potência:**  kW  
**Fabricante:** RF Telavo Telecomunicações Ltda  
**Modelo:**

Validade:  
Potência  
Equipamento: W

OBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui](#).

### ☐ Linha Transmissão

Fabricante:

Modelo:

Comprimento:  m

Impedância:  ohms

Atenuação:  dB/100m

### » Potência Efetiva Irradiada

### ☐ Potência Irradiada

ERP<sub>MAX</sub>(P<sub>T</sub> x G x E<sub>F</sub>):  kW Ex.: 1234,5678

**OBS:** Preenchimento mínimo de 12 radiais (Azimute, Altura e ERP)

Radial	Azimute (graus)	Altura (m)	ERP (kW)
1	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="84"/>	<input type="text" value="15.57"/>
2	<input type="text" value="30"/>	<input type="text" value="76"/>	<input type="text" value="13.1"/>
3	<input type="text" value="60"/>	<input type="text" value="74"/>	<input type="text" value="17.35"/>
4	<input type="text" value="90"/>	<input type="text" value="83"/>	<input type="text" value="13.1"/>
5	<input type="text" value="120"/>	<input type="text" value="84"/>	<input type="text" value="15.57"/>
6	<input type="text" value="150"/>	<input type="text" value="84"/>	<input type="text" value="19.22"/>
7	<input type="text" value="180"/>	<input type="text" value="85"/>	<input type="text" value="13.1"/>
8	<input type="text" value="210"/>	<input type="text" value="87"/>	<input type="text" value="4.34"/>
9	<input type="text" value="240"/>	<input type="text" value="85"/>	<input type="text" value="2.04"/>
10	<input type="text" value="270"/>	<input type="text" value="85"/>	<input type="text" value="4.34"/>
11	<input type="text" value="300"/>	<input type="text" value="85"/>	<input type="text" value="13.1"/>
12	<input type="text" value="330"/>	<input type="text" value="88"/>	<input type="text" value="19.22"/>
13	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
14	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
16	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
17	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
18	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
19	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
20	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
21	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
22	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
23	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
24	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
25	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
VM		<input type="text" value="83.33"/>	<input type="text" value="12.5042"/>

### » Estação Auxiliar

### ☐ Antena Auxiliar

Fabricante:

Modelo:

Ganho:  dBd



Polarização: Circular

Orient. NV: 350 graus

Beam-Tilt: graus

Preenchimento de nulos: (%)

HCI: 17,6 metros

Descrição:

ONIDIRETIVO - FORMADO POR 6 ELEMENTOS

Máximo: 200 Digitados: 37

## [-] Transmissor Auxiliar

Código Equipamento:



Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)

Potência: kW

OBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui](#).

## [+] Transmissor Auxiliar 2

## [-] Linha de Transmissão Auxiliar

Fabricante: KMP CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA

Modelo: HF 1 5/8

Impedância: 50 ohms

Comprimento: 35 m

Atenuação: 0,7 dB/100m

## » Número do Processo e Observações Gerais

## [-] Num. Processo/Observações

Num. do Processo da Portaria: . / Ex.: 53521.000235/2003

Num. do Processo do Ato de RF: 53569 . 000593 / 2004 Ex.:  
53521.000235/2003

Checar

Observação:



Este campo será apresentado nas observações da Licença.

Máximo: 200 Digitados: 0

## » RDS

## [+] RDS

## » Responsável Técnico

## [+] Responsável Técnico

## [+] Dados do Licenciamento



Tela Inicial



Imprimir



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

**Certificado de Homologação**  
(Intransferível)

Nº **00750-05-01806**

Validade: **Suspensa em 20/07/2013**

Emissão: **13/04/2012**

Fabricante:

**RF TELAVO TELECOMUNICAÇÕES LTDA**  
**AV. TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA 800 JARDIM TRIÂNGULO**  
**06783005 TABOAO DA SERRA SP**

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº 12CTCP0235/00, emitido pelo **OCD - CTCP - Centro Tecnológico de Certificação e Pesquisa**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do(s) serviço(s) ou aplicação(ões) a que se destina.

Tipo:

**Transmissor de Radiodifusão Sonora em FM - Cate**

Modelo(s):

**RDFM 20000T**  
**RDFM 10000T**  
**RDFM 5000T**  
**RDFM 2500T**  
**RDFM 2000T**  
**RDFM 1000T**  
**RDFM 500T**

**RDFM 250T**  
**RDFM 50T**

Serviço/Aplicação:

**Serviço de Radiodifusão Sonora em FM**

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
88,0 a 108,0	20000,0	180KF3EGN
88,0 a 108,0	20000,0	256KF8EHF

RDFM 20000T - Potência máxima de saída redutível até 5000 W;  
RDFM 10000T - Potência máxima de saída redutível até 1000 W;  
RDFM 5000T - Potência máxima de saída redutível até 500 W;  
RDFM 2500T - Potência máxima de saída redutível até 250 W;  
RDFM 2000T - Potência máxima de saída redutível até 200 W;  
RDFM 1000T - Potência máxima de saída redutível até 100 W;  
RDFM 500T - Potência máxima de saída redutível até 50 W;  
RDFM 250T - Potência máxima de saída redutível até 25 W;  
RDFM 50T - Potência máxima de saída redutível até 5 W.

Observações:

**Este certificado substitui o de mesmo número emitido em 08/10/2010.**

**O(s) produto(s) deve(m) estar ajustado(s) na(s) potência(s) e frequência(s) autorizada(s) pelo órgão técnico competente da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.**

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

**As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. ([www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br)).**

Marcos de Souza Oliveira  
Gerente de Certificação e Numeração

CHECKLIST
Renovação de Outorga
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM

Processo nº 53900.002678/2015-34		
Canal: 236	Frequência: 95,1 MHz	CNPJ: 04.963.633/0001-56
Localidade: BELÉM		UF: PA
Entidade: RAULAND BELÉM SOM LTDA		

### 1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

(marcar com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	
1) A Entidade <b>não</b> está bloqueada por motivo de débito (verificar no campo “Situação” do SRD).	S	
2) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração (verificar no SIACCO).	S	
3) <b>LAUDO DE VISTORIA</b> (subitem 9.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	<b>STATUS (Principal)</b>	<b>STATUS (Auxiliar 1)</b>
3.1) Identificação: a) Nome de entidade; b) Indicativo de chamada; c) Horário de Funcionamento.	S	
3.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	
3.3) Transmissores de FM existentes na emissora: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ( $\pm 10\%$ ); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ( $\pm 2000$ Hz); g) Homologação/Certificação.	S	S*
3.4) Equipamentos compulsórios (estado de funcionamento dos mesmos): a) Limitador; b) Monitor de modulação; c) Carga Artificial (Classes E1, E2, E3 e A1); d) Analisador de espectro (Classe Especial).	S	
3.5) Antena: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo).	S	S*
3.6) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	S*
3.7) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S	
3.8) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade de .....no Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	N	
3.9) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias....., vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	N	

3.10) Disponibilidade de relatório de conformidade referente à Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.	N	
3.11) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	
4) LAUDO DE ENSAIO (subitem 9.4 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)
4.1) Interessado: a) Nome; b) Endereço completo; c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso.	S	N
4.2) Ensaio: a) Motivo; b) Endereço completo onde foi realizado; c) Data em que foi realizado.	S	N
4.3) Fabricante: a) Nome; b) Endereço (no caso de equipamento importado, indicar também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).	S	N
4.4) Função do transmissor (principal ou reserva, quando o ensaio for realizado na estação transmissora).	S	N
4.5) Medições:		
4.5.1) Frequência: a) Nominal; b) Medida em ambiente normal ( $\pm 2000$ Hz); c) Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ( $\pm 2000$ Hz).	S	N
4.5.2) <sup>1</sup> Resposta de audiofrequência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ( <i>curvas das figuras 1A, 1B e 1C do Anexo II</i> ).	S	N
4.5.3) <sup>1</sup> Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ( $\leq 2,5\%$ ).	S	N
4.5.4) <sup>1</sup> Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz ( $\geq 54$ dB).	S	N
4.5.5) <sup>1</sup> Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude ( $\geq 50$ dB).	S	N
4.5.6) Atenuação de harmônicos e espúrios ( $120$ a $240$ kHz $\geq 25$ dB / $240$ a $600$ kHz $\geq 35$ dB / $>600$ kHz $\geq [73+P(\text{dBk})]$ dB / <i>Max 80 dB</i> ).	S	N
4.5.7) Potência de saída (indicação do método empregado para sua determinação) ( $\pm 10\%$ excepcionalmente, $\pm 15\%$ p/ rede elétrica instável).	S	N
4.6) Informações específicas para estereofonia:		
4.6.1) Gerador de estéreo: a) Fabricante; b) Modelo.	S	N
4.6.2) Medições:		
4.6.2.1) Frequência de subportadora piloto: a) Medida; b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ( $\pm 2$ Hz).	S	N
4.6.2.2) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto ( $8\% \leq \text{Limite} \leq 10\%$ ).	S	N
4.6.2.3) <sup>1</sup> Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz (Canal Esq/Dir e Dir/Esq) ( $\geq 29,7$ dB).	S	N
4.6.2.4) <sup>1</sup> Diafonia, para audiofrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos ( $\geq 40$ dB).	S	N
4.7) Informações específicas para canais secundários:		
4.7.1) Gerador de sinal secundário: a) Fabricante; b) Modelo.	NA	NA
4.7.2) Medições:		
4.7.2.1) Frequências centrais das subportadoras e estabilidade em 60 minutos ( <i>Mono 20 à 99 kHz / Estéreo 53 à 99 kHz</i> ).	NA	NA
4.7.2.2) Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários. ( <i>Mono <math>\leq 30\%</math> / Estéreo <math>\leq 20\%</math></i> ).	NA	NA
4.8) Observações visuais no transmissor:		
4.8.1) Placa de identificação (transcrição dos dizeres constantes da placa).	S	N

4.8.2) Medidores do estágio final de RF (Existência e indicação da escala): a) De corrente contínua de placa ou coletor; b) De tensão contínua de placa ou coletor; c) De potência de saída (incidente e refletida).	S	N
4.8.3) Existência de tomadas de amostras de RF, para: a) Modulação; b) Frequência.	S	N
4.8.4) Existência de dispositivos de segurança do pessoal: a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária); b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra; c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas; d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas.	S	N
4.8.5) Existência de dispositivos de proteção do transmissor: a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão; b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.	S	N
4.9) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	N
4.10) Parecer Conclusivo: "Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	N
4.11) Declaração do interessado: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da entidade) DECLARO que o Sr.....(nome do profissional habilitado) esteve no endereço abaixo nos dias.....ensaioando o transmissor de frequência modulada, fabricado por.....modelo.....série.....nº.....com potência nominal (ou de operação, conforme o caso) de.....kW. Local do ensaio: (endereço completo, cidade e UF)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S	N
4.12) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S	N
4.13) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	N

## 2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

<b>OBSERVAÇÕES:</b>
(1) Opcional conforme Portaria nº 05, de 07/01/1991, DOU de 09/01/1991. S* - Laudo de vistoria informa a utilização de equipamento transmissor auxiliar e que foi cancelado pelo Despacho 014 de 14/fev/2012.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 23/03/2017, às 09:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1738568** e o código CRC **F44FAB49**.

NOTA TÉCNICA Nº 6414/2017/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.002678/2015-34.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RAULAND BELÉM SOM LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 236 (duzentos e trinta e seis), classe A4, na localidade de Belém-pa, referente ao período de 05/12/2014 a 05/12/2024. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise dos laudos técnicos apresentados, às fls. 1-15 (Evento SEI nº 1580205),.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art. 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art. 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

- 28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;
- 33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;
- 34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota n.º 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho n.º 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

Observação	Exigência
– A Entidade informou no Laudo de Vistoria Técnica da Estação a utilização do equipamento transmissor auxiliar o que difere da nos termos da última autorização do poder concedente.	– Verificar o uso do equipamento transmissor auxiliar, e caso o utilize, deverá solicitar autorização para este equipamento o qual foi cancelado mediante solicitação de substituição, protocolo 53000.066040/2010-61 datado de 08/12/2010 constante do processo 53569.000593/2004-87.
– A Entidade não apresentou Laudo de ensaio dos transmissor auxiliar, caso conflitante com o informado no laudo de vistoria. .	– Caso a entidade requeira a autorização do equipamento transmissor auxiliar deverá apresentar juntamente o Laudo de Ensaio deste para efeito de Renovação de outorga, assinado por profissional habilitado, nos termos do item 9.4 (subitens 9.4.1 a 9.4.9.5) da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98, em conformidade com a última autorização do poder concedente, c/c alínea 'e' do art. 63 da Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962, e Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.
– A entidade não apresentou as declarações referentes ao Laudo de Vistoria Técnica da Estação.	– Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, nos termos do subitem 9.3.9, alínea 'a', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.  – Declaração do representante legal da entidade, nos termos do subitem 9.3.9, alínea 'b', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.

Observação	Exigência
<p>– O sistema irradiante principal informado no Laudo de Vistoria difere do autorizado conforme cadastrado no SRD (site Anatel) situação "H" (Fabricante: Harris Intertype corporation, modelo FMC-4DA), conforme já aprovado nos termos da última autorização do poder concedente.</p>	<p>- Ratificar ou retificar o sistema irradiante principal no Laudo de vistoria apresentado.</p>

4. Desse modo, a entidade *não atende no momento* aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

### **CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, conforme itens 3 e 4, com a solicitação de juntada da documentação faltante, e pelo sobrestamento dos autos.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 23/03/2017, às 09:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Chefe do Órgão Regional de Minas Gerais, Substituto**, em 23/03/2017, às 10:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1755447** e o código CRC **300B6485**.

### **Minutas e Anexos**

Não Possui.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Regional Minas Gerais  
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro  
CEP 30130-900 — Belo Horizonte — MG  
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 11439/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RAULAND BELÉM SOM LTDA  
Avenida Nazaré, .n 1223, 16 andar, Edifício Feliz  
66.000-000 Belém/PA

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga – Processo n.º 53900.002678/2015-34.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me à solicitação em epígrafe, efetuada por essa entidade, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Belém-PA, com utilização do canal 236 (duzentos e trinta e seis), para encaminhar a cópia da Nota Técnica n.º 6414/2017/SEI-MCTIC, com a indicação das pendências existentes em destaque.

2. Fica estabelecido o prazo de 30 dias, contados da data do recebimento deste Ofício, para o cumprimento TOTAL das exigências aqui formuladas. Cabe lembrar que na resposta **deverá constar o número do respectivo processo, bem como deste Ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Chefe do Órgão Regional de Minas Gerais, Substituto**, em 23/03/2017, às 10:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1756010** e o código CRC **D5C410D1**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 11439/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.002678/2015-34  
- Nº SEI: 1756010

**Data de Envio:**

23/03/2017 10:22:51

**De:**

MCTIC/Órgão Regional de Minas Gerais <regmg@mctic.gov.br>

**Para:**

fabiorauland@gmail.com

fabio@rauland.com.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53900.002678/2015-34

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_1755447.html

Oficio\_1756010.html

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RAULAND BELEM SOM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO RAULAND	
<b>Telefone:</b> ()	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 04.963.633/0001-56	<b>Número do Fistel:</b> 50410351806
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 21/08/2012	<b>Serviço:</b> 801 - Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b>	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARE	<b>Complemento:</b> ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO	
<b>Bairro:</b> NAZARE	<b>Numero:</b> 1223,	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035170

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARE	<b>Complemento:</b> ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO	
<b>Bairro:</b> NAZARE	<b>Numero:</b> 1223,	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035170

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARE	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> NAZARE	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035170

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA
<b>Latitude:</b> -1.45028	<b>Longitude:</b> -48.48472

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 15	<b>Frequência:</b> 479 MHz	<b>Classe:</b> A	<b>ERP:</b> 8kW
<b>Altura:</b> 150	<b>Pareamento:</b> 42522	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°:	10°:	20°:	30°:	40°:	50°:	60°:	70°:	80°:	90°:	100°:	110°:
120°:	130°:	140°:	150°:	160°:	170°:	180°:	190°:	200°:	210°:	220°:	230°:
240°:	250°:	260°:	270°:	280°:	290°:	300°:	310°:	320°:	330°:	340°:	350°:

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1003278857						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento: 13/03/2017						Número da Licença:					
Informações da Geradora											
CNPJ: 02.131.538/0001-60						Nome Entidade: TV OMEGA LTDA					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -1.452				Longitude: -48.482				Cota da base: 21 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 019181405917						Modelo: ETLUW4G08					
Fabricante: EuroTel S.p.A.						Potência de Operação: 6.000					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: HCA400-50J						Fabricante: RFS					
Comprimento da Linha: 100.00			Atenuação dB100m: .86			Perdas Acessórias: 0.5			Impedância: 50.00		
Antena Principal											
Modelo: IFSLC-4-360-15-6						Fabricante: IF TELECOM					
Ganho: 7.60		Beam-Tilt: .00		Orientação NV: .00		Polarização: Horizontal		HCI: 74		ERP Máximo: 24.69 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0.04	20°: 0.17	30°: 0.38	40°: 0.67	50°: 1.03	60°: 1.46	70°: 1.94	80°: 2.41	90°: 2.84	100°: 3.18	110°: 3.37
120°: 3.41	130°: 3.31	140°: 3.12	150°: 2.88	160°: 2.65	170°: 2.51	180°: 2.46	190°: 2.53	200°: 2.68	210°: 2.9	220°: 3.15	230°: 3.34
240°: 3.41	250°: 3.35	260°: 3.14	270°: 2.79	280°: 2.35	290°: 1.88	300°: 1.41	310°: 0.99	320°: 0.63	330°: 0.35	340°: 0.16	350°: 0.04
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação:					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação:					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha:			Atenuação dB100m:			Perdas Acessórias:			Impedância:		
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho:		Beam-Tilt:		Orientação NV:		Polarização:		HCI:		ERP Máximo: 24.69 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000216152012	1579	Portaria	MC	01/08/2012	21/08/2012	Consignação de TVD			JURÍDICO		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000216152012	1579	Portaria	MC	01/08/2012	21/08/2012	Consignação de TVD			JURÍDICO		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000216152012	1060	Ato	ORLE	07/02/2014	11/03/2014	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
Horário de funcionamento							

**NOTA TÉCNICA Nº 10613/2017/SEI-MCTIC**

Processo n.º: 53900.002678/2015-34

Processos relacionados: 53569.002539/2015-29

Assunto: **Renovação de Outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RAULAND BELÉM SOM LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 236 (duzentos e trinta e seis), classe A4, na localidade de BELÉM-PA, referente ao período 05/12/2014 à 05/12/2024. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise dos laudos técnicos apresentados, às fls. 1 a 15 (1580205).

**ANÁLISE**

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes.

3. No processo em questão, a entidade informou que encaminhou à Anatel projeto de alteração de características técnicas de sua estação sob protocolo nº 53569.002539/2015-29, sendo que o mesmo é necessário para conclusão da renovação de outorga.

4. Desse modo, opinamos pela expedição de ofício à Anatel, solicitando o encaminhamento do processo supracitado à este Ministério.

**CONCLUSÃO**

5. Pela expedição de ofício à Anatel, conforme itens 3 e 4, objetivando o encaminhamento do processo sob protocolo nº 53569.002539/2015-29 à este Ministério e sobrestamento dos autos até a resposta daquela Agência.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 16/05/2017, às 10:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Chefe do Órgão Regional de Minas Gerais, Substituto**, em 16/05/2017, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretora de Radiodifusão Comercial**, em 17/05/2017, às 08:56, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.  
Nº de Série do Certificado: 1257670



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1882897** e o código CRC **E3950B64**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 2027-6397 / 2027-6033 / 2027-6554

Ofício nº 21401/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

**AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO**

Gerente de Espectro, Órbita e Radiodifusão

Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

SAS Quadra 06- Bloco E – 10º Andar, Ala Norte

Brasília – DF

70070-940

Assunto: **Solicitação de processo de alteração de características técnicas de estação de radiodifusão visando a Renovação de Outorga** – Processo n.º 53900.002678/2015-34.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, solicito o encaminhamento, à este Ministério, do processo de alteração de características técnicas da **RAULAND BELÉM SOM LTDA**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de BELÉM-PA, com utilização do canal 236 (duzentos e trinta e seis), que encontra-se nessa Agência sob protocolo nº 53569.002539/2015-29.

2. Sobre o assunto, informo que o processo em referência ficará sobrestado neste órgão até resposta dessa Agência à solicitação ora encaminhada.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretora de Radiodifusão Comercial**, em 17/05/2017, às 08:56, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1257670



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1882963** e o código CRC **7B2DB339**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 21401/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.002678/2015-34  
- Nº SEI: 1882963

**Despacho Nº 1407/2018/SEI-MCTIC**

O **COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53569.002539/2015-29, resolve aprovar a alteração das características técnicas da estação de frequência modulada da **RAULAND BELÉM SOM LTDA**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de BELÉM, estado do Pará, utilizando o canal 236 (duzentos e trinta e seis), classe A3, nos termos da Nota Técnica nº 17141/2018/SEI-MCTIC.

<b>LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA</b>		
Logradouro:  AVENIDA NAZARÉ, EDIFÍCIO FELIZ, Nº 1223, 16º ANDAR	Bairro:  NAZARÉ	CEP:  66035-145
Localidade:  BELÉM	UF:  PA	Coordenadas Geográficas:  01°S 27' 06,68" e 48°W 28' 54,48"

<b>LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL</b>	
Logradouro:  AVENIDA NAZARÉ, EDIFÍCIO FELIZ, Nº 1223, 16º ANDAR	Bairro:  NAZARÉ
Localidade:  BELÉM	UF:  PA

<b>TRANSMISSOR PRINCIPAL (a ser informado na ocasião do licenciamento)</b>
Fabricante:



Modelo:	Potência de Operação:	Certificação/Homologação:
	20 kW	

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante:		Modelo:		Número de elementos:
IDEAL ANTENAS PROFISSIONAIS LTDA		FMV6RT236		6
Cota Base da Torre (C <sub>BT</sub> ):	Altura Centro de Irradiação (H <sub>CI</sub> ):	Azimute de Orientação:	<i>Beam-tilt:</i>	Ganho máximo:
24 m	67 m	0° NV	0°	4,71 dBd
Tipo:		Polarização:	ERP máxima:	
OMNIDIRECIONAL		CIRCULAR	51,125 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante:		Modelo:	
RFS		HCA318-50JO	
Comprimento:	Eficiência:	Impedância Característica:	Atenuação:
37 m	86,4 %	50 Ohms	0,362 dB/100m

TRANSMISSOR AUXILIAR
Fabricante:
RF TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Modelo:  RDFM10000T	Potência de Operação:  8 kW	Certificação/Homologação:  00750-05-01806
---------------------------	--------------------------------------	---

SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR				
Fabricante:  TEEL TELE-ELETRÔNICA LTDA		Modelo:  BECP/6L		Número de elementos:  6
Cota Base da Torre ( $C_{BT}$ ):  24 m	Altura Centro de Irradiação ( $H_{CI}$ ):  60 m	Azimute de Orientação:  0° NV	<i>Beam-tilt</i> :  0°	Ganho máximo:  5,05 dBd
Tipo:  OMNIDIRECIONAL		Polarização:  CIRCULAR	ERP máxima:  21,612 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR			
Fabricante:  RFS		Modelo:  HCA158-50JO	
Comprimento:  37 m	Eficiência:  84,45 %	Impedância Característica:  50 Ohms	Atenuação:  0,632 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES		
Azimute (radial) (°)	$H_{SNMT}$ (m)*	ERP <sub>AZ</sub> (kW)
0	85	44,208

30	74	44,208
60	70	45,164
90	78	46,130
120	79	46,130
150	75	45,164
180	83	43,263
210	85	44,208
240	84	48,093
270	82	51,114
300	81	50,097
330	88	48,093
VALORES MÉDIOS:	80	46,322

\* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 02/08/2018, às 10:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3211421** e o código CRC **00D89512**.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

#### PORTARIA Nº 3.926-SEI, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 01250.039107/2018-04, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a FUNDAÇÃO SÉCULO VINTE E UM, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Campinas, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Itapetininga, estado de São Paulo/SP, por meio do canal 39 (trinta e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

#### COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

##### DESPACHO Nº 1.127-SEI, DE 21 DE JUNHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.027059/2017-12, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de SANTA RITA DO PASSA QUATRO, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 32 (trinta e dois), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 13745/2018/SEI-MCTIC.

RICARDO MESQUITA MUNIZ

##### DESPACHO Nº 1.140-SEI, DE 19 DE JUNHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 53000.047584/2012-95, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de NOVA FRIBURGO, estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal digital nº 34 (trinta e quatro), nos termos da Nota Técnica nº 13847/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE  
OLIVEIRA BARROS

##### DESPACHO Nº 1.277-SEI, DE 23 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 53000.051903/2007-08, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA., autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de ITAMOGI, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 22 (vinte e dois), nos termos da Nota Técnica nº 15548/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE  
OLIVEIRA BARROS

##### DESPACHO Nº 1.283-SEI, DE 13 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.024467/2018-01, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A., autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MACAÍBA, estado do RIO GRANDE DO NORTE, utilizando o canal digital nº 31 (trinta e um), nos termos da Nota Técnica nº 15596/2018/SEI-MCTIC.

RICARDO MESQUITA MUNIZ

##### DESPACHO Nº 1.291-SEI, DE 20 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.031272/2018-18, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO RECORD DO RIO DE JANEIRO LTDA, autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de TRÊS RIOS, estado do RIO DE JANEIRO, utilizando o canal digital nº 39 (trinta e nove), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 15673/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE  
OLIVEIRA BARROS

##### DESPACHO Nº 1.336-SEI, DE 24 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.037852/2018-19, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A, autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de BELEM, estado do Pará, utilizando o canal digital 23 (vinte e três), nos termos da Nota Técnica nº 16225/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE  
OLIVEIRA BARROS

##### DESPACHO Nº 1.352-SEI, DE 26 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.036939/2018-61, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA, autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de MANAUS, estado do AMAZONAS, utilizando o canal digital nº 21 (vinte e um), nos termos da Nota Técnica nº 16392/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE  
OLIVEIRA BARROS

#### COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

##### DESPACHO Nº 1.407-SEI, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 53569.002539/2015-29, resolve aprovar a alteração das características técnicas da estação de frequência modulada da RAULAND BELEM SOM LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de BELEM, estado do Pará, utilizando o canal 236 (duzentos e trinta e seis), classe A3, nos termos da Nota Técnica nº 17141/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

##### DESPACHO Nº 1.411-SEI, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.030845/2018-88, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da EMPRESA CAMBUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de POUSO ALEGRE-MG, utilizando o canal nº 205 (duzentos e cinco), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 17207/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

##### DESPACHO Nº 1.414-SEI, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo nº 01250.011857/2018-11, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 17263/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela RÁDIO E TELEVISÃO LIBERTAS LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, mediante utilização do canal nº 273 (duzentos e setenta e três), classe A4.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

#### Ministério da Cultura

#### AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

#### DIRETORIA COLEGIADA

#### SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

#### COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

##### DESPACHO DECISÓRIO Nº 2362-E, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0427 7056 O ÚLTIMO EMBARQUE

Processo: 01416.007739/2018-61

Proponente: DARTAGNAN ARTES E EVENTOS LTDA

Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ

CNPJ: 03.802.421/0001-24

Valor total aprovado: R\$ 2.553.410,92

Valor aprovado no Art. 1º-da Lei nº. 8.685/93: R\$ 300.000,00

Banco: 001 - agência: 0288-7 conta corrente: 47935-7

18-0456 AS VIAGENS DE MARIA - ANIMAÇÃO

Processo: 01416.007246/2018-21

Proponente: INCENTIVAR FOMENTO DE PROJETOS

LTDA

Cidade/UF: CAMPINAS /SP

CNPJ: 09.314.456/0001-09.

Valor total aprovado: R\$ 1.406.211,13

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 1.335.900,57

Banco: 001 - agência: 2857-6 conta corrente: 40232-X

18-0466 SALA DOS MILAGRES

Processo: 01416.008539/2018-25

Proponente: CAFEINA CONSULTORIA E MARKETING

EIRELI

ME.

Cidade/UF: CUIABA/MT

CNPJ: 23.240.437/0001-06

Valor total aprovado: R\$ 3.790.215,00

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 2.600.704,25

Banco: 001 - agência: 2128-8 conta corrente: 33589-4

18-0467 SALA DA DEMOCRACIA

Processo: 01416.008390/2018-84

Proponente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 07.700.630/0001-18.

Valor total aprovado: R\$ 600.000,00

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 300.000,00

Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3140-2

18-0468 AMIGA INESPERADA

Processo: 01416.008558/2018-51

Proponente: PARALELA CINEMA E VIDEO LTDA.

Cidade/UF: BELO HORIZONTE/MG

CNPJ: 08.266.867/0001-03 Valor total aprovado: R\$ 2.860.000,00

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 2.717.000,00

Banco: 001 - agência: 3297-2 conta corrente: 26756-2

18-0469 PEDRA CANGA

Processo: 01416.008561/2018-75

Proponente: ADELINO SEVERINO DA SILVA NETO

ME.

Cidade/UF: CUIABA/MT

CNPJ: 27.246.926/0001-18

Valor total aprovado: R\$ 1.244.905,20

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 1.182.659,94

Banco: 001 - agência: 2128-8 conta corrente: 33588-6

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RAULAND BELEM SOM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO RAULAND	
<b>Telefone:</b> (91) 32999050	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 04.963.633/0001-56	<b>Número do Fistel:</b> 08008005750
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARE	<b>Complemento:</b> ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO	
<b>Bairro:</b> NAZARE	<b>Numero:</b> 1223,	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035170

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA
<b>Latitude:</b> -1.45167	<b>Longitude:</b> -48.40167

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 236	<b>Frequência:</b> 95.1 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP:</b> 15kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 322766834						Número Indicativo: ZYD200					
Data Último Licenciamento: 01/01/1994						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -1.452				Longitude: -48.482				Cota da base: 67.25 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo:					
Fabricante:						Potência de Operação: 20 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: HCA318-50JO						Fabricante: KMP					
Comprimento da Linha: 37 m		Atenuação: 0.362 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: FMV6RT236						Fabricante: HARRIS INTERTYPE CORPORATION					
Ganho: 4.71 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 0 °		Polarização: Circular		HCl: 67 m		ERP Máximo: 51.13 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.63	10°: 0.64	20°: 0.63	30°: 0.63	40°: 0.57	50°: 0.54	60°: 0.54	70°: 0.48	80°: 0.44	90°: 0.45	100°: 0.45	110°: 0.45
120°: 0.45	130°: 0.44	140°: 0.47	150°: 0.54	160°: 0.6	170°: 0.66	180°: 0.72	190°: 0.73	200°: 0.7	210°: 0.63	220°: 0.51	230°: 0.39
240°: 0.26	250°: 0.14	260°: 0.05	270°: 0	280°: 0	290°: 0.02	300°: 0.09	310°: 0.15	320°: 0.2	330°: 0.26	340°: 0.38	350°: 0.52
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 007500501806						Modelo: RDFM 10000T					
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda						Potência de Operação: 8 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: HCA158-50JO						Fabricante:					
Comprimento da Linha: 37 m		Atenuação: 0.632 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo: BECP/6L						Fabricante:					
Ganho: 5.05 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 0 °		Polarização: Circular		HCl: 60 m		ERP Máximo: 51.13 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	1315	Portaria	MC	28/11/1974	05/12/1974	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
779975	15203	Portaria	Dentel	16/09/1975	08/01/1976	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	277	Portaria	MC	17/02/1984	01/03/1984	Multa	Jurídico
9999	247	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
9999	301286	Despacho	MC	30/12/1986		Multa	Jurídico
9999	100	Ofício	MC	08/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	2712	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	271288	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Advertência	Jurídico
9999	3821	Ofício	MC	27/11/1989		Advertência	Jurídico
9999	671	Ofício	MC	05/04/1990		Advertência	Jurídico
9999	160890	Despacho	MC	16/08/1990		Advertência	Jurídico
9999	41290	Despacho	MC	04/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	271290	Despacho	MC	27/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	140191	Despacho	MC	14/01/1991		Advertência	Jurídico
9999	160491	Despacho	MC	16/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	181091	Despacho	MC	18/10/1991		Advertência	Jurídico
9999	739	Portaria	MC	20/06/1997		Multa	Jurídico
9999	466	Portaria	MC	26/09/1997	26/11/1997	Renovação	Jurídico
535690005932004	43467	Ato	ER	25/03/2004	29/03/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	322	Decreto Legislativo	CN	24/11/2008	25/11/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	276	Despacho	MC	27/12/2008		Advertência	Jurídico
9999	198	Portaria	MC	24/03/2010	09/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	14	Despacho	DMC-SC	14/02/2012		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	40	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.069861/2017-94	11628	Ato	ORLE	25/08/2017	12/09/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535690025392015	1407	Despacho	MCTIC	02/08/2018	07/08/2018	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Processos da Coordenação-Geral de Pós-Outorga em análise na Regional de Minas Gerais

**NOTA TÉCNICA Nº 17813/2018/SEL-MCTIC**

Processo n.º: 53900.002678/2015-34.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RAULAND BELÉM SOM LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 236 (duzentos e trinta e seis), classe A3, na localidade de BELÉM-PA, referente ao período 05/12/2014 à 05/12/2024. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise dos laudos técnicos apresentados, às fls. 1 a 15 (1580205).

**ANÁLISE**

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;

x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);

aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art. 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art. 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;

33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, **sem prévia autorização do mesmo**;

34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa



execução;

### 2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

### 2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

### 2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

### 2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota n.º 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho n.º 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. A entidade obteve nos termos do Despacho MCTIC n.º 1407/2018, publicado em 07/08/2018, novo enquadramento na classe A3. Considerando essas novas condições de funcionamento, tornou-se necessário apresentar informação referente ao equipamento transmissor principal e Laudo de vistoria técnica, em acordo com esta última autorização do poder concedente. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado as seguintes pendências, necessárias para a completa instrução dos autos:

Observação	Exigência
<p>– O Laudo de Vistoria deverá estar em acordo com o Despacho n.º 1407/2018, publicado em 07/08/2018.</p> <p>Obs.: o formulário do Laudo de Vistoria Técnica para renovação de outorga encontra-se disponível no site do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: (<a href="http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/Radiodifusao-Radio/laudo-de-vistoria-tecnica-renovacao-fm.doc">http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/Radiodifusao-Radio/laudo-de-vistoria-tecnica-renovacao-fm.doc</a>).</p>	<p>– Laudo de Vistoria Técnica da Estação para efeito de Renovação de Outorga, padronizado, devidamente preenchido, assinado pelo profissional habilitado e pelo representante legal, nos termos do item 9.3 (subitens 9.3.1 a 9.3.10) da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98, em conformidade com a última autorização do poder concedente.</p>
<p>– Declarações referentes ao Laudo de Vistoria Técnica da emissora.</p>	<p>– Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, nos termos do subitem 9.3.9, alínea 'a', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.</p> <p>– Declaração do representante legal da entidade, nos termos do subitem 9.3.9, alínea 'b', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.</p>

Observação	Exigência
<ul style="list-style-type: none"> <li>– ART referente ao laudo de vistoria técnica da estação.</li> <li>– A ART deve estar assinada pelo responsável legal da entidade e pelo responsável técnico pelo laudo de vistoria da estação, e deve estar acompanhada do comprovante de quitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referente ao Laudo de Vistoria Técnica da estação, nos termos do subitem 9.3.10 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Necessário informar o equipamento transmissor principal a ser utilizado na emissora.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informar o equipamento transmissor principal a ser utilizado na emissora no Laudo de Vistoria.</li> </ul>

4. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

### **CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, conforme itens 3 e 4, com a solicitação de juntada da documentação faltante, e pelo sobrestamento dos autos.

6. Submeta-se o feito à consideração da Coordenação do Grupo de Trabalho de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais, conforme delegação da Coordenação-Geral de Pós-Outorgas, nos termos da Portaria n.º 428, de 24.01.2018, publicada no D.O.U. de 26.01.2018.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 08/08/2018, às 16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Coordenador do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais**, em 09/08/2018, às 09:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3245168** e o código CRC **5EA61B1B**.

### **Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Gerência Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais  
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro  
CEP 30130-900 — Belo Horizonte — MG  
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 31402/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RAULAND BELÉM SOM LTDA  
Avenida Nazaré, .n 1223, 16 andar, Edifício Feliz  
66.000-000 Belém/PA

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga – Processo n.º 53900.002678/2015-34.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me à solicitação em epígrafe, efetuada por essa entidade, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de BELÉM-PA, com utilização canal 236 (duzentos e trinta e seis), classe A3, para encaminhar a cópia da Nota Técnica n.º 17813 /2018/SEI-MCTIC, com a indicação das pendências existentes em destaque.

2. Fica estabelecido o prazo de 30 dias, contados da data do recebimento deste Ofício, para o cumprimento TOTAL das exigências aqui formuladas. Cabe lembrar que na resposta **deverá constar o número do respectivo processo, bem como deste Ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Coordenador do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais**, em 09/08/2018, às 09:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3245431** e o código CRC **EAE49DFA**.

**Data de Envio:**

09/08/2018 09:45:10

**De:**

MCTIC/GTCO (SEI-MC) <gtco.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

fabiorauland@gmail.com  
fabio@rauland.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a) Senhor(a),

Ref: Processo nº 53900.002678/2015-34

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Gerencia Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

\*\*\*

Obs.: Esta conta de e-mail não pode receber mensagens. Favor responder por meio do CADSEI.

**Anexos:**

Outros\_origem\_externa\_3242082\_SEI\_53569.002539\_2015\_29.pdf  
Nota\_Tecnica\_3245168.html  
Oficio\_3245431.html

**Despacho Nº 1407/2018/SEI-MCTIC**

O **COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53569.002539/2015-29, resolve aprovar a alteração das características técnicas da estação de frequência modulada da **RAULAND BELÉM SOM LTDA**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de BELÉM, estado do Pará, utilizando o canal 236 (duzentos e trinta e seis), classe A3, nos termos da Nota Técnica nº 17141/2018/SEI-MCTIC.

**LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA**

Logradouro: AVENIDA NAZARÉ, EDIFÍCIO FELIZ, Nº 1223, 16º ANDAR	Bairro: NAZARÉ	CEP: 66035-145
Localidade: BELÉM	UF: PA	Coordenadas Geográficas: 01°S 27' 06,68" e 48°W 28' 54,48"

**LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL**

Logradouro: AVENIDA NAZARÉ, EDIFÍCIO FELIZ, Nº 1223, 16º ANDAR	Bairro: NAZARÉ
Localidade: BELÉM	UF: PA

**TRANSMISSOR PRINCIPAL (a ser informado na ocasião do licenciamento)**

Fabricante:		
Modelo:	Potência de Operação:	Certificação/Homologação:

	20 kW	
--	-------	--

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: IDEAL ANTENAS PROFISSIONAIS LTDA		Modelo: FMV6RT236		Número de elementos: 6
Cota Base da Torre (C <sub>BT</sub> ): 24 m	Altura Centro de Irradiação (H <sub>CI</sub> ): 67 m	Azimute de Orientação: 0° NV	Beam-tilt: 0°	Ganho máximo: 4,71 dBd
Tipo: OMNIDIRECIONAL		Polarização: CIRCULAR	ERP máxima: 51,125 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS		Modelo: HCA318-50JO	
Comprimento: 37 m	Eficiência: 86,4 %	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação: 0,362 dB/100m

TRANSMISSOR AUXILIAR		
Fabricante: RF TELECOMUNICAÇÕES LTDA		
Modelo: RDFM10000T	Potência de Operação: 8 kW	Certificação/Homologação: 00750-05-01806

SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR				
Fabricante:		Modelo:		Número de elementos:
TEEL TELE-ELETRÔNICA LTDA		BECP/6L		6
Cota Base da Torre (C <sub>BT</sub> ):	Altura Centro de Irradiação (H <sub>CI</sub> ):	Azimute de Orientação:	Beam-tilt:	Ganho máximo:
24 m	60 m	0° NV	0°	5,05 dBd
Tipo:		Polarização:	ERP máxima:	
OMNIDIRECIONAL		CIRCULAR	21,612 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR			
Fabricante:		Modelo:	
RFS		HCA158-50JO	
Comprimento:	Eficiência:	Impedância Característica:	Atenuação:
37 m	84,45 %	50 Ohms	0,632 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES		
Azimute (radial) (°)	H <sub>SNMT</sub> (m)*	ERP <sub>AZ</sub> (kW)
0	85	44,208
30	74	44,208
60	70	45,164
90	78	46,130
120	79	46,130
150	75	45,164
180	83	43,263
210	85	44,208
240	84	48,093
270	82	51,114
300	81	50,097
330	88	48,093
VALORES MÉDIOS:	80	46,322

\* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimuth considerado.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 02/08/2018, às 10:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3211421** e o código CRC **00D89512**.



## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RAULAND BELEM SOM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO RAULAND	
<b>Telefone:</b> (91) 32999050	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 04.963.633/0001-56	<b>Número do Fistel:</b> 08008005750
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARE	<b>Complemento:</b> ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO	
<b>Bairro:</b> NAZARE	<b>Numero:</b> 1223,	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035170

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA
<b>Latitude:</b> -1.45167	<b>Longitude:</b> -48.40167

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 236	<b>Frequência:</b> 95.1 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP:</b> 15kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 322766834						Número Indicativo: ZYD200					
Data Último Licenciamento: 01/01/1994						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -1.452				Longitude: -48.482				Cota da base: 67.25 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo:					
Fabricante:						Potência de Operação: 20 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: HCA318-50JO						Fabricante: KMP					
Comprimento da Linha: 37 m		Atenuação: 0.362 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: FMV6RT236						Fabricante: HARRIS INTERTYPE CORPORATION					
Ganho: 4.71 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 0 °		Polarização: Circular		HCI: 67 m		ERP Máximo: 51.13 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.63	10°: 0.64	20°: 0.63	30°: 0.63	40°: 0.57	50°: 0.54	60°: 0.54	70°: 0.48	80°: 0.44	90°: 0.45	100°: 0.45	110°: 0.45
120°: 0.45	130°: 0.44	140°: 0.47	150°: 0.54	160°: 0.6	170°: 0.66	180°: 0.72	190°: 0.73	200°: 0.7	210°: 0.63	220°: 0.51	230°: 0.39
240°: 0.26	250°: 0.14	260°: 0.05	270°: 0	280°: 0	290°: 0.02	300°: 0.09	310°: 0.15	320°: 0.2	330°: 0.26	340°: 0.38	350°: 0.52
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 007500501806						Modelo: RDFM 10000T					
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda						Potência de Operação: 8 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: HCA158-50JO						Fabricante:					
Comprimento da Linha: 37 m		Atenuação: 0.632 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo: BECP/6L						Fabricante:					
Ganho: 5.05 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 0 °		Polarização: Circular		HCI: 60 m		ERP Máximo: 51.13 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	1315	Portaria	MC	28/11/1974	05/12/1974	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
779975	15203	Portaria	Dentel	16/09/1975	08/01/1976	Aprovação de Local			Técnico		

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	277	Portaria	MC	17/02/1984	01/03/1984	Multa	Jurídico
9999	247	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
9999	301286	Despacho	MC	30/12/1986		Multa	Jurídico
9999	100	Ofício	MC	08/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	2712	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	271288	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Advertência	Jurídico
9999	3821	Ofício	MC	27/11/1989		Advertência	Jurídico
9999	671	Ofício	MC	05/04/1990		Advertência	Jurídico
9999	160890	Despacho	MC	16/08/1990		Advertência	Jurídico
9999	41290	Despacho	MC	04/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	271290	Despacho	MC	27/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	140191	Despacho	MC	14/01/1991		Advertência	Jurídico
9999	160491	Despacho	MC	16/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	181091	Despacho	MC	18/10/1991		Advertência	Jurídico
9999	739	Portaria	MC	20/06/1997		Multa	Jurídico
9999	466	Portaria	MC	26/09/1997	26/11/1997	Renovação	Jurídico
535690005932004	43467	Ato	ER	25/03/2004	29/03/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	322	Decreto Legislativo	CN	24/11/2008	25/11/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	276	Despacho	MC	27/12/2008		Advertência	Jurídico
9999	198	Portaria	MC	24/03/2010	09/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	14	Despacho	DMC-SC	14/02/2012		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	40	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.069861/2017-94	11628	Ato	ORLE	25/08/2017	12/09/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535690025392015	1407	Despacho	MCTIC	02/08/2018	07/08/2018	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento



Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de BOCAIUVA, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 47 (quarenta e sete), nos termos da Nota Técnica nº 20223/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE  
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.631/SEI, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.043449/2018-11, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA, autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de INHAPIM, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 18 (dezoito), nos termos da Nota Técnica nº 20290/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE  
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.685/SEI, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.043456/2018-12, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA., autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PEDRA AZUL, estado de MINAS GERAIS, utilizando o canal digital nº 43 (quarenta e três), nos termos da Nota Técnica nº 21020/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE  
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.806/SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.054242/2017-91, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da LEGAL CAP SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - ME, autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de RIO BRANCO, estado de ACRE, utilizando o canal digital nº 42 (quarenta e dois), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 22387/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE  
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.707/SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.056440/2018-70, resolve autorizar a utilização do equipamento transmissor principal para estação de frequência modulada da RAULAND BELEM SOM LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de BELÉM, estado do Pará, utilizando o canal 236 (duzentos e trinta e seis), classe A3, nos termos da Nota Técnica nº 21100/2018/SEI-MCTIC.

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante:	AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA	
Modelo:	SP30000A ÁGILE	Potência de Operação:20 kW
		Certificação/Homologação:
		00248-03-00528

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 3.097-E, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº

4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual e sua análise complementar, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2018.

18-0744 MINHA FAMA DE MAU - DISTRIBUIÇÃO.

Processo: 01416.010642/2018-35  
Proponente: FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.  
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ  
CNPJ: 07.616.202/0001-01  
Valor total aprovado: R\$ 2.000.000,00  
Valor aprovado no Art. 41, MP nº 2.228-1/01: R\$ 1.000.000,00  
Banco: 001 - agência: 1253-X conta corrente: 41114-0

Art. 2º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0799 SENNINHA NA PISTA MALUCA.

Processo: 01416.008853/2016-46  
Proponente: MENDES BENTANCOUR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.  
Cidade/UF: São Paulo / SP  
CNPJ: 11.899.615/0001-18  
Valor total aprovado: de R\$ 1.808.505,86 para R\$ 3.507.833,29  
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 1.718.080,56 para R\$ 1.259.000,00  
Banco: 001 - agência: 4230-7 conta corrente: 13491-0  
Prazo de captação: até 31/12/2019.

16-0412 AURORA.

Processo: 01416.001704/2016-56  
Proponente: DM FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.  
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ  
CNPJ: 01.125.538/0001-95  
Valor total aprovado: de R\$ 609.818,00 para R\$ 1.300.000,00  
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 500.000,00  
Banco: 001 - agência: 0392-1 conta corrente: 54062-5  
Prazo de captação: até 31/12/2019.

14-0399 REENCONTRO.

Processo: 01580.060722/2014-14  
Proponente: POPCON PRODUÇÕES LTDA.  
Cidade/UF: São Paulo / SP  
CNPJ: 09.281.789/0001-70  
Valor total aprovado: de R\$ 7.110.000,00 para R\$ 4.800.096,97  
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 1.000.000,00 para R\$ 0,00  
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 3.000.000,00 para R\$ 2.000.000,00  
Banco: 001 - agência: 0722-6 conta corrente: 49491-7  
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 2.754.500,00 para R\$ 0,00  
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 0,00 para R\$ 1.060.092,12  
Banco: 001 - agência: 0722-6 conta corrente: 54762-X  
Prazo de captação: até 31/12/2018.

16-0302 NOVOS VELHOS.

Processo: 01416.001376/2016-98  
Proponente: MIRAÇÃO FILMES LTDA.  
Cidade/UF: São Paulo / SP  
CNPJ: 06.096.915/0001-29  
Valor total aprovado: de R\$ 1.242.006,31 para R\$ 1.257.406,30  
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 1.179.905,99 para R\$ 1.194.512,76  
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 26634-5  
Prazo de captação: até 31/12/2019.

17-0009 ECOS DO TEATRO EXPERIMENTAL NEGRO.

Processo: 01416.012604/2016-55  
Proponente: DANIEL SOLÁ SANTIAGO PRODUÇÕES LTDA ME.  
Cidade/UF: São Paulo / SP  
CNPJ: 00.623.018/0001-40  
Valor total aprovado: de R\$ 1.086.219,87 para R\$ 749.980,00  
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 764.978,97 para R\$ 712.481,00  
Banco: 001 - agência: 1514-8 conta corrente: 17691-5  
Prazo de captação: até 31/12/2019.

14-0392 CORAÇÃO DAS TREVAS - O FILME.

Processo: 01580.064395/2014-61  
Proponente: KARMATIQUE IMAGENS LTDA.  
Cidade/UF: São Paulo / SP  
CNPJ: 07.311.501/0001-38  
Valor total aprovado: de R\$ 3.492.500,00 para R\$ 8.000.000,00  
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 750.000,00 para R\$ 0,00  
Banco: 001- agência: 1550-4 conta corrente: 19734-3  
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 1.767.542,00 para R\$ 1.406.006,54  
Banco: 001- agência: 1550-4 conta corrente: 18483-7  
Prazo de captação: até 31/12/2018.

18-0270 HOMENS DO CAMINHO - ROTAS HISTÓRICAS BRASILEIRAS NA COMPANHIA DO MANGALARGA MARCHADOR.  
Processo: 01416.004730/2018-06  
Proponente: CANAL AZUL PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.  
Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 01.613.170/0001-04  
Valor total aprovado: de R\$ 1.240.930,00 para R\$ 1.341.580,00  
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 1.178.883,50 para R\$ 1.274.501,00  
Banco: 001 - agência: 1504-0 conta corrente: 18376-8  
Prazo de Captação: 31/12/2019.

Art. 3º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual e alterar o prazo de captação, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0514 IRACEMA.

Processo: 01580.057595/2015-49  
Proponente: LUDWIG MAIA ARTHOUSE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.  
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ  
CNPJ: 05.249.852/0001-30  
Valor total aprovado: de R\$ 750.000,00 para R\$ 788.000,00  
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 412.500,00 para R\$ 0,00  
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 300.000,00  
Banco: 001 - agência: 3441-X conta corrente: 18022-X  
Prazo de captação: até 31/12/2020.

Art. 4º Aprovar o redimensionamento de valores e alterar o prazo de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0057 MARIEL MARISCOT.

Processo: 01416.004689/2017-89  
Proponente: FILMES DO EQUADOR LTDA.  
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ  
CNPJ: 73.619.637/0001-34  
Valor total aprovado: de R\$ 367.620,00 para R\$ 1.081.410,00  
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 0,00 para R\$ 827.339,50  
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 42692-X  
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 149.239,00 para 0,00  
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 200.000,00  
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 41937-0  
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 5º Realizar a revisão orçamentária dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0595 MAR A VISTA - O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE NO MAR BRASILEIRO.

Processo: 01416.025930/2017-11  
Proponente: OCEAN PRODUÇÃO DE FILMES LTDA.  
Cidade/UF: Florianópolis / SC  
CNPJ: 04.069.379/0001-47  
Valor total aprovado: de R\$ 1.904.337,02 para R\$ 1.925.859,58  
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 1.809.120,17 para R\$ 1.829.566,60  
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 46736-7  
Prazo de captação 31/12/2019.

18-0251 RIO HEROES - 2ª TEMPORADA.

Processo: 01416.003411/2018-75  
Proponente: RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA.  
Cidade/UF: Cotia / SP  
CNPJ: 02.947.857/0001-49  
Valor total aprovado: de R\$ 3.952.801,82 para R\$ 4.000.842,37  
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 275.209,70  
Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5869-6  
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R\$ 1.760.374,32  
Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5908-0  
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R\$ 1.239.625,68  
Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5870-X  
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R\$ 479.952,03 para R\$ 525.358,47  
Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5877-7  
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 6º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório nº 2953-E de 05/10/2018, publicada no DOU nº. 194 de 08/10/2018, Seção 1, página 40, em relação ao projeto "18-0492 UM DIA QUALQUER - SÉRIE", para considerar o seguinte: Onde se lê: Valor total aprovado: de R\$ 785.000,00 para 782.597,60. Leia-se: Valor total aprovado: R\$ 785.000,00

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO  
DE PROJETOS

DESPACHO Nº 3.126-E, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RAULAND BELEM SOM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO RAULAND	
<b>Telefone:</b> (91) 32999050	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 04.963.633/0001-56	<b>Número do Fistel:</b> 08008005750
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARE	<b>Complemento:</b> ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO	
<b>Bairro:</b> NAZARE	<b>Numero:</b> 1223,	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035170

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA
<b>Latitude:</b> -1.45167	<b>Longitude:</b> -48.40167

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 236	<b>Frequência:</b> 95.1 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP:</b> 15kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 322766834						Número Indicativo: ZYD200					
Data Último Licenciamento: 01/01/1994						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -1.452				Longitude: -48.482				Cota da base: 21.9 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002480300528						Modelo: SP30000A ágil					
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda						Potência de Operação: 20 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: HCA318-50JO						Fabricante: RFS					
Comprimento da Linha: 37 m		Atenuação: 0.362 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: FMV6RT236						Fabricante: IDEAL ANTENAS PROFISSIONAIS LTDA					
Ganho: 4.71 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 0 °		Polarização: Circular		HCl: 67 m		ERP Máximo: 51.13 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.91	10°: 1.25	20°: 1.57	30°: 1.66	40°: 1.31	50°: 0.74	60°: 0.44	70°: 0.74	80°: 1.31	90°: 1.66	100°: 1.57	110°: 1.25
120°: 0.91	130°: 0.53	140°: 0.12	150°: 0	160°: 0.25	170°: 0.78	180°: 1.66	190°: 3.09	200°: 4.86	210°: 6.46	220°: 7.91	230°: 9.19
240°: 9.74	250°: 9.19	260°: 7.91	270°: 6.46	280°: 4.86	290°: 3.09	300°: 1.66	310°: 0.78	320°: 0.25	330°: 0	340°: 0.3	350°: 0.53
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 007500501806						Modelo: RDFM 10000T					
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda						Potência de Operação: 8 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: HCA158-50JO						Fabricante: RFS					
Comprimento da Linha: 37 m		Atenuação: 0.632 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo: BECP/6L						Fabricante: TEEL TELE-ELETRÔNICA LTDA					
Ganho: 5.05 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 0 °		Polarização: Circular		HCl: 60 m		ERP Máximo: 51.13 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	1315	Portaria	MC	28/11/1974	05/12/1974	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
779975	15203	Portaria	Dentel	16/09/1975	08/01/1976	Aprovação de Local			Técnico		



Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	277	Portaria	MC	17/02/1984	01/03/1984	Multa	Jurídico
9999	247	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
9999	301286	Despacho	MC	30/12/1986		Multa	Jurídico
9999	100	Ofício	MC	08/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	2712	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	271288	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Advertência	Jurídico
9999	3821	Ofício	MC	27/11/1989		Advertência	Jurídico
9999	671	Ofício	MC	05/04/1990		Advertência	Jurídico
9999	160890	Despacho	MC	16/08/1990		Advertência	Jurídico
9999	41290	Despacho	MC	04/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	271290	Despacho	MC	27/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	140191	Despacho	MC	14/01/1991		Advertência	Jurídico
9999	160491	Despacho	MC	16/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	181091	Despacho	MC	18/10/1991		Advertência	Jurídico
9999	739	Portaria	MC	20/06/1997		Multa	Jurídico
9999	466	Portaria	MC	26/09/1997	26/11/1997	Renovação	Jurídico
535690005932004	43467	Ato	ER	25/03/2004	29/03/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	322	Decreto Legislativo	CN	24/11/2008	25/11/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	276	Despacho	MC	27/12/2008		Advertência	Jurídico
9999	198	Portaria	MC	24/03/2010	09/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	14	Despacho	DMC-SC	14/02/2012		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	40	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.069861/2017-94	11628	Ato	ORLE	25/08/2017	12/09/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535690025392015	1407	Despacho	MCTIC	02/08/2018	07/08/2018	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
012500564402018	1707	Despacho	MCTIC	24/09/2018	29/10/2018	Autoriza Equipamento	Técnico

Horário de funcionamento

CHECKLIST
Renovação de Outorga
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM

Processo nº 53900.002678/2015-34		
Canal: 236	Frequência: 95,1 MHz	CNPJ: 04.963.633/0001-56
Localidade: BELÉM		UF: PA
Entidade: RAULAND BELÉM SOM LTDA		

### 1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

(marcar com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	
1) A Entidade <b>não</b> está bloqueada por motivo de débito (verificar no campo “Situação” do SRD).	S	
2) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração (verificar no SIACCO).	S	
3) <b>LAUDO DE VISTORIA</b> (subitem 9.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	<b>STATUS (Principal)</b>	<b>STATUS (Auxiliar 1)</b>
3.1) Identificação: a) Nome de entidade; b) Indicativo de chamada; c) Horário de Funcionamento.	S	
3.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	



<p>3.3) Transmissores de FM existentes na emissora:</p> <p>a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida (<math>\pm 10\%</math>); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (<math>\pm 2000</math> Hz); g) Homologação/Certificação.</p>	S	S
<p>3.4) Equipamentos compulsórios (estado de funcionamento dos mesmos):</p> <p>a) Limitador; b) Monitor de modulação; c) Carga Artificial (Classes E1, E2, E3 e A1); d) Analisador de espectro (Classe Especial).</p>	S	
<p>3.5) Antena:</p> <p>a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo).</p>	S	S
<p>3.6) Linha de Transmissão:</p> <p>a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.</p>	S	S
<p>3.7) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).</p>	S	
<p>3.8) Declaração do profissional habilitado:</p> <p>"Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade de .....no Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)</p>	S	
<p>3.9) Declaração da entidade:</p> <p>"Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr..... (nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)</p>	S	
<p>3.10) Disponibilidade de relatório de conformidade referente à Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.</p>	S	
<p>3.11) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).</p>	S	

## 2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

### OBSERVAÇÕES:

A entidade obteve novo enquadramento na classe A3, apresentou todos documentos comprovando estar em condições de prosseguimento na renovação de outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 14/09/2018, às 08:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3363564** e o código CRC **6AB34612**.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Processos da Coordenação-Geral de Pós-Outorga em análise na Regional de Minas Gerais

**NOTA TÉCNICA Nº 20790/2018/SEL-MCTIC**

Processo n.º: 53900.002678/2015-34.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RAULAND BELÉM SOM LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 236 (duzentos e trinta e seis), classe A3, na localidade de BELÉM-PA, referente ao período 05/12/2014 à 05/12/2024. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise dos laudos técnicos apresentados, às fls. 3 a 8 (3339189).

**ANÁLISE**

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art. 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art. 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

- 28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;
- 33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;
- 34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

### 2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

### 2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

### 2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

### 2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota n.º 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho n.º 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Considerando a documentação apresentada, às fls.3 a 8 (3339189), composta de Laudo de Vistoria da Estação, verifica-se que a estação está funcionando na data da execução dos referidos laudos de acordo com as características técnicas definidas em regulamento técnico para o serviço específico. A interessada apresentou as declarações do representante legal e do profissional habilitado, conforme definido no regulamento técnico, tendo apresentado ainda a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente quitada. Dessa forma, constatamos que a permissionária está executando o serviço em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente.

### CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, entendemos que o Laudo de Vistoria Técnica da Estação e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando **apta tecnicamente** para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga. Por fim, opinamos pelo encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, para continuidade do processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 14/09/2018, às 08:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Coordenador do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais**, em 21/11/2018, às 15:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3363613** e o código CRC **CD56AA8D**.

---

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53900.002678/2015-34

SEI nº 3363613

BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de AlmeidaSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO :: Sistema de Consulta Débitos de FISTEL | internet | teia | menu | ajuda



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RAULAND BELEM SOM LTDA  
**CNPJ:** 04.963.633/0001-56

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:37:42 do dia 27/11/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/12/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de Almeida  
Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | internet | teia | menu | ajuda

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: PA

Município: Belém

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
BELEM RADIODIFUSAO LTDA	Belém	10/06/2007	10/06/2017
CAMARA DOS DEPUTADOS	Belém	13/05/2013	13/05/2023
CARAJAS FM LTDA	Belém	15/04/2001	15/04/2011
EMISSORAS RADIO MARAJOARA LTDA	Belém	15/05/1987	15/05/1997
FUNDACAO CULTURAL DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA COSTA DOURADA	Belém	27/04/2006	27/04/2016
FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL AMAZONIA VIVA	Belém	07/08/2003	07/08/2013
FUNDACAO PARAENSE DE RADIODIFUSAO - FUNTELPA	Belém	22/11/1984	22/11/1994
G. C. COMUNICACAO LTDA	Belém	30/05/2007	30/05/2017
PROVINCIA FM STEREO LTDA	Belém	02/02/1994	02/02/2004
RADIO CIDADE MORENA FM LTDA	Belém	15/04/1991	15/04/2001
RADIO GUAJARA LTDA	Belém	15/02/1984	15/02/1994
RAULAND BELEM SOM LTDA	Belém	05/12/2004	
REDE DE RADIO E TELEVISAO TIRADENTES LTDA	Belém		
SENADO FEDERAL	Belém	27/12/2007	27/12/2017
TELEVISAO LIBERAL LTDA	Belém	19/11/1991	19/11/2001

Usuário: **anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida**

Data: **27/11/2018**

Hora: **14:39:03**

Registro 1 até 15 de 15 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



**BOA TARDE**  
**Débora Neves Seabra de Almeida**  
**Sistemas Interativos**

**Menu Principal** ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 04.963.633/0001-56

RAULAND BELEM SOM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JARBAS DA SILVA FERREIRA	<a href="#">004.119.062-91</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR COMERCIAL FINANCEIRO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém
RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	<a href="#">004.148.912-87</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém

**Usuário:** anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida

**Data:** 27/11/2018

**Hora:** 14:40:28





Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de Almeida  
Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 004.119.062-91

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JARBAS DA SILVA FERREIRA	<a href="#">004.119.062-91</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR COMERCIAL FINANCEIRO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém

Usuário: [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 27/11/2018

Hora: 14:42:46



**BOA TARDE**  
**Débora Neves Seabra de Almeida**  
**Sistemas Interativos**

**Menu Principal** ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 004.148.912-87

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	004.148.912-87	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém

**Usuário:** [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

**Data:** 27/11/2018

**Hora:** 14:43:18



Agência Nacional  
de Telecomunicações

BOA TARDE  
Débora Neves Seabra de Almeida  
Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SRD | internet | teia | menu | ajuda

## Consulta Geral - FM

### Identificação do Canal PB

**UF:** PA  
**Município:** Belém  
**Frequência:** 95,1 MHz  
**Classe:** A4  
**Canal:** 236

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Especifico:**  
**Fase:** 3 - Licenciada

### Dados da Entidade

**Entidade:** RAULAND BELEM SOM LTDA  
**Nome Fantasia:** RADIO RAULAND  
**Nº Estação:** 322766834  
**Primeiro  
Licenciamento:**

**Fistel:** 08008005750  
**CNPJ:** 04.963.633/0001-56  
**Situação:** Entidade não possui débitos  
**Último  
Licenciamento:** 01/01/1994

☒ **Dados do Plano Básico**

☒ **Dados da Outorga**

☒ **Documentos Emitidos**

### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
			- Selecione -				01/03/1984	Multa
			- Selecione -				18/10/1985	Renovação
			- Selecione -					Multa
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -					Multa
			- Selecione -				26/11/1997	Renovação
			- Selecione -	ER			29/03/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação
			- Selecione -				25/11/2008	Deliber. do C. Nacional
			- Selecione -					Advertência
			- Selecione -				09/04/2010	Renovação
			- Selecione -					Substituição de Equipamento
			- Selecione -				04/01/2013	Deliber. do C. Nacional

☒ **Característica da Estação Instalada**

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>04.963.633/0001-56</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>16/09/1969</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RAULAND BELEM SOM LIMITADA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>AV NAZARE</b>	NÚMERO <b>1223</b>	COMPLEMENTO <b>ED FELIZ BL B C 8</b>	
CEP <b>66.035-170</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>NAZARE</b>	MUNICÍPIO <b>BELEM</b>	UF <b>PA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **27/11/2018** às **15:05:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

<b>Processo nº 53900.002678/2015-34</b>		
<b>Entidade:</b> Rauland Belém Som Ltda.	<b>CNPJ:</b> 04.963.633/0001-56	
<b>Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM</b>	<b>Localidade:</b> Belém	<b>UF:</b> PA
<b>Validade da Outorga:</b> vencida	<b>Período:</b> 05/12/2014 a 05/12/2024	

<b>1. REQUISITOS MÍNIMOS</b>		
<b>1.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none"> <li>- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;</li> <li>- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;</li> <li>- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;</li> <li>- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</li> <li>- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;</li> <li>- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;</li> </ul>	PENDENTE	
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3621751 3/5

<b>2. RELATIVOS À ENTIDADE</b>			
	<b>2.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
<b>HABILITAÇÃO JURÍDICA</b>	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	0399040 13/23
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	
<b>QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</b>	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	3621993
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	0399040 F-11 E-8 M-11
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	3621751 1
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	0399040 12
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	1580202
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	3339189 3/8

### **CONCLUSÃO**

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Ricardo Henrique P. Nolasco CARGO: Chefe de Serviço	02/04/2020

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

**NOTA TÉCNICA Nº 6902/2020/SEI-MCTIC**

**Processo nº 53900.002678/2015-34**

**Assunto: EXIGÊNCIA.** Renovação de Outorga.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rauland Belém Som Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará, referente ao período de 05/12/2014 a 05/12/2024.

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. O presente processo administrativo fora instaurado de ofício pelo Poder Concedente, em razão da verificação da ausência de pedido da Entidade para renovar a permissão a ela outorgada. Esse procedimento foi realizado em atenção ao artigo 1º, § 3º da Lei nº 13.424/2017. Devidamente notificada, a Entidade apresentou a documentação requerida conforme protocolo nº 53900.010948/2015-81.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

4.1. Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da ficha limpa);

**Obs. 1:** A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

**Obs. 2:** é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4.2. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

4.3. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, **Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 06/05/2020, às 08:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5362960** e o código CRC **D34C5594**.

#### **Minutas e Anexos**

Não Possui.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Comercial  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 13218/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RAULAND BELÉM SOM LTDA. (CNPJ nº 04.963.633/0001-56)**  
Avenida Nazaré, 1223 - Edifício Feliz / 16º andar  
66.000-000 Belém/PA

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.002678/2015-34.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica nº 6902/2020/SEI-MCTIC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 5362974), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 06/05/2020, às 08:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5362971** e o código CRC **80C810BA**.

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>			
<b>CNPJ:</b>		<b>CEP da sede:</b>	
<b>Endereço da sede:</b>			
<b>E-mail de contato:</b>			
<b>Serviço a ser renovado:</b>	( ) Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	( ) Radiodifusão de sons e imagens		
<b>Período da renovação:</b>			
<b>Localidade da renovação:</b>		<b>UF:</b>	

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Assinatura do representante legal**

## ANEXO

### DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À  
PESSOA  
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

**Data de Envio:**

12/05/2020 11:50:00

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

faborauland@gmail.com  
fabio@rauland.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 53900.002678/2015-34

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_5362960.html  
Oficio\_5362971.html  
Requerimento\_5362974\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA.pdf

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

**CHECKLIST****Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM**

Processo nº 53900.002678/2015-34

Canal: 236

Frequência: 95,1MHz

CNPJ: 04.963.633/0001-56

Localidade: BELÉM

UF: PA

Entidade: RAULAND BELÉM SOM LTDA

**1. LISTA DE VERIFICAÇÃO**

Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA	SIM	NÃO	DOCUMENTO/ PÁGINA
1) Trata-se de migração do Serviço de OM para FM?		X	
1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:  A frequência do Serviço de OM já foi devolvida ao Poder Concedente?			
1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "SIM", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:  A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço de OM?  <i>obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em OM e FM, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.</i>			

2) A estação de FM encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a mesma nos autos do processo?	X		3566793
2.1) Se a resposta do "Item 2" foi "SIM", seguir para o "Item 3", caso contrário responder se:  No caso de migração de OM para FM, a estação de OM foi alguma vez licenciada?			

**Responder as afirmativas abaixo, marcando com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).**

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	DOCUMENTO/ PÁGINA
3) A Entidade <b>não</b> está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.	S	5569220
4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério.	S	3339189 - 2 / 5569258
5) <b>LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA</b> - Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998 e Portaria SERAD n.º 4.775/2018).		
5.1) Identificação: a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador).	S	3339189 - 3
5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	3339189 - 3 / 3566793
5.3) Transmissores.		
5.3.1) Transmissor Principal: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ( $\pm 10\%$ ); e) Frequência de operação; f) <b>Frequência medida</b> ( $\pm 2000$ Hz); g) Homologação/Certificação.	N	3339189 - 3 / 3566793
5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ( $\pm 10\%$ ); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ( $\pm 2000$ Hz); g) Homologação/Certificação.	S	3339189 - 4 / 3566793
5.4) Antena.		

5.4.1) Antena Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização.	S	3339189 - 4 / 3566793
5.4.2) Antena Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização.	S	3339189 - 5 / 3566793
5.5) Linha de Transmissão.		
5.5.1) Linha de Transmissão Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	3339189 - 5 / 3566793
5.5.2) Linha de Transmissão Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	3339189 - 5 / 3566793
5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador).	N	
5.7) Declaração do profissional habilitado.		
5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade de .....no Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	3339189 - 7
5.7.2) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente."	NA	
5.7.3) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> "Atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas."	NA	
5.7.4) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> "Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis."	NA	
5.8) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), <b>vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração.</b>	S	3339189 - 7



5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, <b>e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria.</b>	S	3339189 - 8
6) <b>(EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</b> Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018.	NA	
6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), <b>vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração</b> , em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963).	S	3339189 - 7

## 2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

<b>OBSERVAÇÕES:</b>
Solicitar novo laudo em conformidade com Portaria SERAD 4.775 de 14/09/2018 -



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 04/06/2020, às 14:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5569196** e o código CRC **DDF49903**.



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** RAULAND BELEM SOM LTDA

**CNPJ:** 04.963.633/0001-56

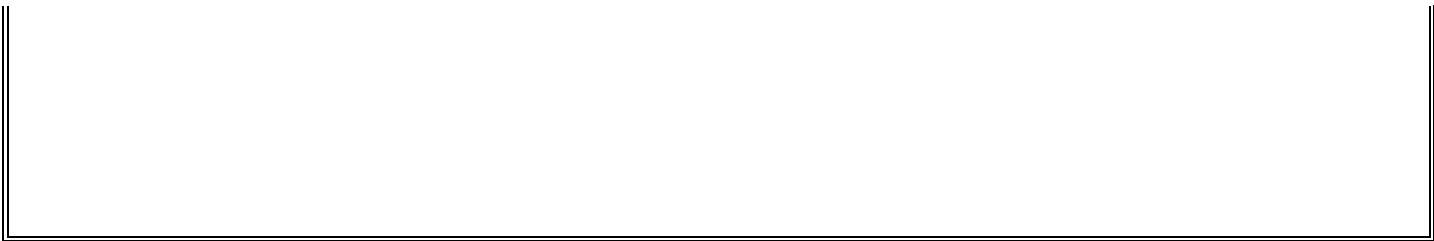
Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:54:28 do dia 04/06/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/07/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**  
**COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**FICHA CADASTRAL JURÍDICA**

**ENTIDADE** : RAULAND BELEM SOM LTDA.

**CNPJ** : 04.963.633/0001-56.

**ENDEREÇO** : Avenida Nazaré, nº 1.223 – Ed. Feliz, Conjunto 08, Térreo – Nazaré – Belém / PA.

**CEP** : 66.035-170.

**QUADRO DIRETIVO**

NOME	CARGO	NOTA TÉCNICA SEI-MCTIC	
		NÚMERO	DATA
JARBAS DA SILVA FERREIRA 004.119.062-91	DIRETOR COMERCIAL- FINANCEIRO	1204	18/ 01/ 2017
RAUL DA SILVA FERREIRA JÚNIOR 004.148.912-87	DIRETOR ADMINISTRATIVO	1204	18/ 01/ 2017

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA
Processo nº 01250.003386/2017-89			

SECIR/nsa.

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RAULAND BELEM SOM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO RAULAND	
<b>Telefone:</b> (91) 32999050	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 04.963.633/0001-56	<b>Número do Fistel:</b> 08008005750
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Val. RF:</b> 05/12/2024
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARE	<b>Complemento:</b> ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO	
<b>Bairro:</b> NAZARE	<b>Numero:</b> 1223,	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035170

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA
<b>Latitude:</b> -1.45194 (1° 27' 07.0" S)	<b>Longitude:</b> -48.48167 (48° 28' 54.0" W)

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 236	<b>Frequência:</b> 95.1 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP:</b> 15kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

## Informações da Estação

Informações Gerais											
<b>Número da Estação:</b> 322766834						<b>Número Indicativo:</b> ZYD200					
<b>Data Último Licenciamento:</b> 20/11/2019						<b>Número da Licença:</b> 53500.048774/2019-65					
Estação Principal											
Localização											
<b>Latitude:</b> -1.45194 (1° 27' 07.0" S)				<b>Longitude:</b> -48.48167 (48° 28' 54.0" W)				<b>Cota da base:</b> 21.9 m			
Transmissor Principal											
<b>Código Equipamento:</b> 068051811762						<b>Modelo:</b> SLIM4-05 FM					
<b>Fabricante:</b> System Engineering Solutions S.r.L.						<b>Potência de Operação:</b> 20 kW					
Linha de Transmissão Principal											
<b>Modelo:</b> HCA318-50JO						<b>Fabricante:</b> RFS					
<b>Comprimento da Linha:</b> 37 m		<b>Atenuação:</b> 0.362 dB/100m		<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB		<b>Impedância:</b> 50 ohms					
Antena Principal											
<b>Modelo:</b> FMV6RT236						<b>Fabricante:</b> IDEAL ANTENAS PROFISSIONAIS LTDA					
<b>Ganho:</b> 4.71 dBd		<b>Beam-Tilt:</b> 0 °		<b>Orientação NV:</b> 0 °		<b>Polarização:</b> Circular		<b>HCI:</b> 67 m		<b>ERP Máximo:</b> 51.13 kW	
Padrão de Antena dBd											
<b>0°:</b> 0.91	<b>10°:</b> 1.25	<b>20°:</b> 1.57	<b>30°:</b> 1.66	<b>40°:</b> 1.31	<b>50°:</b> 0.74	<b>60°:</b> 0.44	<b>70°:</b> 0.74	<b>80°:</b> 1.31	<b>90°:</b> 1.66	<b>100°:</b> 1.57	<b>110°:</b> 1.25
<b>120°:</b> 0.91	<b>130°:</b> 0.53	<b>140°:</b> 0.12	<b>150°:</b> 0	<b>160°:</b> 0.25	<b>170°:</b> 0.78	<b>180°:</b> 1.66	<b>190°:</b> 3.09	<b>200°:</b> 4.86	<b>210°:</b> 6.46	<b>220°:</b> 7.91	<b>230°:</b> 9.19
<b>240°:</b> 9.74	<b>250°:</b> 9.19	<b>260°:</b> 7.91	<b>270°:</b> 6.46	<b>280°:</b> 4.86	<b>290°:</b> 3.09	<b>300°:</b> 1.66	<b>310°:</b> 0.78	<b>320°:</b> 0.25	<b>330°:</b> 0	<b>340°:</b> 0.3	<b>350°:</b> 0.53
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
<b>Código Equipamento:</b> 007500501806						<b>Modelo:</b> RDFM 10000T					
<b>Fabricante:</b> RF Telavo Telecomunicações Ltda						<b>Potência de Operação:</b> 8 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
<b>Código Equipamento:</b>						<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado					
<b>Fabricante:</b>						<b>Potência de Operação:</b> kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
<b>Modelo:</b> HCA158-50JO						<b>Fabricante:</b> RFS					
<b>Comprimento da Linha:</b> 37 m		<b>Atenuação:</b> 0.632 dB/100m		<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB		<b>Impedância:</b> 50 ohms					
Antena Auxiliar											
<b>Modelo:</b> BECP/6L						<b>Fabricante:</b> TEEL TELE-ELETRÔNICA LTDA					
<b>Ganho:</b> 5.05 dBd		<b>Beam-Tilt:</b> 0 °		<b>Orientação NV:</b> 0 °		<b>Polarização:</b> Circular		<b>HCI:</b> 60 m		<b>ERP Máximo:</b> 51.13 kW	
RDS											
<b>Código PI:</b>											
Informações do documento de Outorga											
<b>Núm Processo</b>	<b>Núm Documento</b>	<b>Tipo Documento</b>	<b>Orgão</b>	<b>Data do docu</b>	<b>Data DOU</b>	<b>Razão do Doc</b>		<b>Natureza</b>			
9999	1315	Portaria	MC	28/11/1974	05/12/1974	Outorga		Jurídico			
Informações do documento de Aprovação de Locais											
<b>Núm Processo</b>	<b>Núm Documento</b>	<b>Tipo Documento</b>	<b>Orgão</b>	<b>Data do docu</b>	<b>Data DOU</b>	<b>Razão do Doc</b>		<b>Natureza</b>			
779975	15203	Portaria	Dentel	16/09/1975	08/01/1976	Aprovação de Local		Técnico			

Horário de funcionamento

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

**NOTA TÉCNICA Nº 11571/2020/SEI-MCTIC**

Processo n.º: **53900.002678/2015-34**.

Assunto: **Renovação de outorga**. Exigência.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria técnica de estação de radiofrequência, operando no canal 236 (duzentos e trinta e seis), classe A3, encaminhado pela **RAULAND BELÉM SOM LTDA** inscrita no CNPJ sob o n.º 04.963.633/0001-56, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de BELÉM/PA, apresentado para fins de renovação da outorga.

**ANÁLISE**

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD nº 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)  
[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. Da consulta ao Banco de Dados do Poder Concedente e da análise do laudo técnico apresentado foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
<p>– A(s) seguinte(s) característica(s) técnica(s) de operação da estação informada(s) no laudo de vistoria técnica encontra(m)-se em desacordo com o autorizado pelo poder concedente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• polarização da antena principal / auxiliar;</li><li>• comprimento da linha de transmissão principal / auxiliar.</li><li>• Estúdio auxiliar não autorizado.</li></ul>	<p>– Apresentar Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), <b>vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração</b>, em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963), nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.</p> <p>Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo: <a href="#">Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018</a></p>
<p>– No Laudo de Vistoria Técnica da estação apresentado não foram relacionados todos os equipamentos de medição utilizados.</p>	<p>– Apresentar relação de todos os equipamentos de medição utilizados na vistoria.</p>

4. Desse modo, a entidade **não atende**, no momento, aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.



5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora Geral de Pós-Outorga, para decisão.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 04/06/2020, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 04/06/2020, às 17:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 05/06/2020, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5569393** e o código CRC **7845A8AD**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Comercial  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão  
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão  
Serviço de Alterações de Características Técnicas

OFÍCIO Nº 20728/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RAULAND BELÉM SOM LTDA. (CNPJ nº 04.963.633/0001-56)**  
Avenida Nazaré, 1223 - Edifício Feliz / 16º andar  
66.000-000 Belém/PA

**Assunto: Renovação de outorga. Exigência. Processo n.º 53900.002678/2015-34.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 11571/2020/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 05/06/2020, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5570049** e o código CRC **5541E120**.

**Data de Envio:**

10/06/2020 15:29:36

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

fabiorauland@gmail.com  
fabio@rauland.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.002678/2015-34

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_5570049.html  
Nota\_Tecnica\_5569393.html

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

## NOTA TÉCNICA Nº 1692/2020/SEI-MC

Processo n.º: 53900.002678/2015-34.

Assunto: **Renovação de outorga.** Exigência.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria técnica de estação de radiofrequência, operando no canal 236 (duzentos e trinta e seis), classe A3, encaminhado pela **RAULAND BELÉM SOM LTDA** inscrita no CNPJ sob o n.º 04.963.633/0001-56, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de BELÉM/PA, apresentado para fins de renovação da outorga.

### ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD nº 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. Da consulta ao Banco de Dados do Poder Concedente e da análise do laudo técnico apresentado foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
<p>– A(s) seguinte(s) característica(s) técnica(s) de operação da estação informada(s) no laudo de vistoria técnica encontra(m)-se em desacordo com o autorizado pelo poder concedente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Não apresentou as necessárias medidas de frequência e de potência de operação referentes aos transmissores da emissora.</li><li>• Não apresentou o comprimento da linha de transmissão principal / auxiliar.</li><li>• Estúdio auxiliar não autorizado.</li></ul>	<p>– Apresentar Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), <b>vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração</b>, em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963), nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.</p> <p>Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo: <a href="#">Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018</a></p>
<p>– No Laudo de Vistoria Técnica da estação apresentado não foram relacionados todos os equipamentos de medição utilizados.</p>	<p>– Apresentar relação de todos os equipamentos de medição utilizados na vistoria.</p>

4. Desse modo, a entidade **não atende**, no momento, aos requisitos da legislação para ser considerada apta

tecnicamente para a renovação de outorga.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora Geral de Pós-Outorga, para decisão.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 29/07/2020, às 18:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 03/08/2020, às 20:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5743477** e o código CRC **851DFF87**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

**DESPACHO**

Processo nº: **53900.002678/2015-34**

Interessado: **RAULAND BELÉM SOM LTDA**

Assunto: **Renovação de Outorga**

Senhor(a) Coordenador(a) de Renovação de Outorga,

Considerando:

- a) O laudo de vistoria, para fins de renovação da outorga, apresentado pela Interessada no bojo destes autos, às folhas 3 a 8 (Evento SEI nº3339189), por conduto da exigência contida no art. 113, inciso X, do Decreto nº 52.795/1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR;
- b) O início da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que altera o RSR, o qual revoga expressamente o citado inciso X;
- c) Que a superveniência da norma revogadora prejudica a análise do laudo de vistoria em questão, inexistindo, assim, providência a ser adotada por engenheiros desta Pasta.

Restituo os presentes autos, para análise e providências decorrentes com vistas ao prosseguimento do pleito renovatório.

Brasília, 02 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 03/09/2020, às 08:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5841981** e o código CRC **F85823E0**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

**DESPACHO**

**Processo nº:53900.002678/2015-34**

**Interessado: RAULAND BELÉM SOM LTDA.**

**Assunto:Renovação de outorga.**

Senhor(a) Coordenador(a) de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial,

Considerando:

- a) O laudo de vistoria, para fins de renovação da outorga, apresentado pela Interessada no bojo destes autos (evento SEI nº 5935402, fls. 02 a 09), por conduto da exigência contida no art. 113, inciso X, do Decreto nº 52.795/1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR;
- b) O início da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que altera o RSR, o qual revoga expressamente o citado inciso X;
- c) Que a superveniência da norma revogadora prejudica a análise do laudo de vistoria em questão, inexistindo, assim, providência a ser adotada por engenheiros desta Pasta.

Restituo os presentes autos, para análise e providências decorrentes com vistas ao prosseguimento do pleito renovatório.

Brasília, 06 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Abud Filho, Coordenador de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares**, em 10/12/2020, às 18:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6052144** e o código CRC **24BF6AFA**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Data de Envio:**

10/06/2022 19:24:04

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

RENOVAÇÃO DE OUTORGA

**Mensagem:**

Processo nº:53900.002678/2015-34

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RAULAND BELÉM SOM LIMITADA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém/PA, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



**RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Ter, 21/06/2022 12:12

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RAULAND BELÉM SOM LIMITADA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém/PA, responder aos processos nº 53000.047702/2012-65, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

**Enviado:** sexta-feira, 10 de junho de 2022 19:24

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Processo nº:53900.002678/2015-34

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RAULAND BELÉM SOM LIMITADA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém/PA, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>04.963.633/0001-56</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>16/09/1969</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RAULAND BELEM SOM LIMITADA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>AV NAZARE</b>	NÚMERO <b>1223</b>	COMPLEMENTO <b>ED FELIZ BL B C 8</b>
CEP <b>66.035-445</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>NAZARE</b>	MUNICÍPIO <b>BELEM</b>
UF <b>PA</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/06/2022** às **18:49:48** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		04.963.633/0001-56									
RAULAND BELEM SOM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JARBAS DA SILVA FERREIRA	004.119.062-91	RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Diretor (DIRETOR COMERCIAL FINANCEIRO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém
RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	004.148.912-87	RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Diretor (DIRETOR ADIMINISTRATIVO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **10/06/2022**

Hora: **18:58:19**

BOA NOITE  
Carla Fabiane da Costa FerreiraSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>		CPF									
<b>CPF:</b>		004.119.062-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JARBAS DA SILVA FERREIRA	<a href="#">004.119.062-91</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR COMERCIAL FINANCEIRO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**Data: **10/06/2022**Hora: **18:58:54**



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 004.148.912-87											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	<a href="#">004.148.912-87</a>	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR ADIMINISTRATIVO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 10/06/2022

Hora: 18:59:14



**BOA NOITE**  
Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas  
Interativos

 **Menu Principal** ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 04.963.633/0001-56

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira

**Data:** 10/06/2022

**Hora:** 19:00:14

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos

Download Canais

1 total de registros   1 - 50   50    Atualizar    Filtrar																											
Ações		Status ▾	CNPJ ▾	Entidade ▾	NumFistel ▾	Carater ▾	Finalidade ▾	Serviço ▾	Num Serviço ▾	UF ▾	Município ▾	Local Específico ▾	Canal ▾	Dec ▾	Frequência ▾	Classe ▾	Categoria da Estação ▾	Latitude ▾	Longitude ▾	ERP ▾	HCI ▾	Fistel Geradora ▾	Fase ▾	Data ▾	ID Estação Principal ▾	ID do Canal ▾	Observações ▾
			049636330001				(Todos) ▾	FM																			
<div>Ver Estações ▾ </div>		FM-C4 (Canal Licenciado)	04963633000156	RAULAND BELEM SOM LTDA	08008005750	P	Comercial	FM	230	PA	Belém		236		95.1	A3		1° 27' 7.00" S	48° 28' 54.00" W	5	65		2	2021-03-16 15:36:47		57dbac2a94bd9	

Id solicitação: 57dbac2a94bd9

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RAULAND BELEM SOM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO RAULAND	
<b>Telefone:</b> (91) 32999050	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 04.963.633/0001-56	<b>Número do Fistel:</b> 08008005750
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARE	<b>Complemento:</b> ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO	
<b>Bairro:</b> NAZARE	<b>Numero:</b> 1223,	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035170

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 236	<b>Frequência:</b> 95.1 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP Máxima:</b> 51.0628kW
<b>HCI:</b> 65 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

Informações Gerais
--------------------



<b>Número da Estação:</b> 322766834	<b>Número Indicativo:</b> ZYD200
<b>Data Último Licenciamento:</b> 15/10/2020	<b>Número da Licença:</b> 53500.026682/2020-68

<b>Estação Principal</b>		
<b>Localização</b>		
<b>Latitude:</b> 1°27'7" S	<b>Longitude:</b> 48°28'54" W	<b>Cota da base:</b> 22 m

<b>Transmissor Principal</b>	
<b>Código Equipamento:</b> 068051811762	<b>Modelo:</b> SLIM4-05 FM
<b>Fabricante:</b> System Engineering Solutions S.r.L.	<b>Potência de Operação:</b> 18 kW

<b>Linha de Transmissão Principal</b>			
<b>Modelo:</b> HJ8-50B	<b>Fabricante:</b> ANDREW		
<b>Comprimento da Linha:</b> 37 m	<b>Atenuação:</b> 0.464 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

<b>Antena Principal</b>					
<b>Modelo:</b> IFFMDC-6-95,1-30			<b>Fabricante:</b> I FAVARO JUNIOR FABRICAÇÃO DE ANTENAS LTDA – ME		
<b>Ganho:</b> 5.2 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 0 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 65 m	<b>ERP Máxima:</b> 51.06 kW

<b>Padrão de Antena dBd</b>											
0°: 0.17	5°: 0.2	10°: 0.23	15°: 0.26	20°: 0.29	25°: 0.32	30°: 0.35	35°: 0.36	40°: 0.37	45°: 0.37	50°: 0.36	55°: 0.35
60°: 0.33	65°: 0.3	70°: 0.26	75°: 0.22	80°: 0.19	85°: 0.16	90°: 0.13	95°: 0.1	100°: 0.07	105°: 0.05	110°: 0.03	115°: 0.02
120°: 0.01	125°: 0	130°: 0	135°: 0.01	140°: 0.02	145°: 0.03	150°: 0.04	155°: 0.07	160°: 0.1	165°: 0.12	170°: 0.15	175°: 0.18
180°: 0.22	185°: 0.26	190°: 0.29	195°: 0.33	200°: 0.36	205°: 0.39	210°: 0.42	215°: 0.43	220°: 0.44	225°: 0.44	230°: 0.43	235°: 0.41
240°: 0.38	245°: 0.35	250°: 0.32	255°: 0.28	260°: 0.24	265°: 0.2	270°: 0.17	275°: 0.13	280°: 0.1	285°: 0.07	290°: 0.05	295°: 0.03
300°: 0.02	305°: 0.01	310°: 0	315°: 0	320°: 0.01	325°: 0.02	330°: 0.03	335°: 0.04	340°: 0.06	345°: 0.08	350°: 0.11	355°: 0.14

<b>Coordenadas por radial</b>											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

<b>Distância por radial</b>											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

<b>Estação Auxiliar</b>	
<b>Transmissor Auxiliar</b>	
<b>Código Equipamento:</b> 007500501806	<b>Modelo:</b> RDFM 10000T
<b>Fabricante:</b> RF Telavo Telecomunicações Ltda	<b>Potência de Operação:</b> 10 kW

<b>Transmissor Auxiliar 2</b>	

<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b> HCA158-50JO	<b>Fabricante:</b> RFS		
<b>Comprimento da Linha:</b> 37 m	<b>Atenuação:</b> 0.658 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b> TEPEV/6L	<b>Fabricante:</b> TEEL TELE-ELETRÔNICA LTDA				
<b>Ganho:</b> 6.22 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 0 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 67 m	<b>ERP Máxima:</b> 51.06 kW

RDS	
<b>Código PI:</b>	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1315	Portaria	MC	28/11/1974	05/12/1974	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
779975	15203	Portaria	Dentel	16/09/1975	08/01/1976	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	277	Portaria	MC	17/02/1984	01/03/1984	Multa	Jurídico
9999	247	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
9999	301286	Despacho	MC	30/12/1986		Multa	Jurídico
9999	100	Ofício	MC	08/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	2712	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	271288	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Advertência	Jurídico
9999	3821	Ofício	MC	27/11/1989		Advertência	Jurídico
9999	671	Ofício	MC	05/04/1990		Advertência	Jurídico
9999	160890	Despacho	MC	16/08/1990		Advertência	Jurídico
9999	41290	Despacho	MC	04/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	271290	Despacho	MC	27/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	140191	Despacho	MC	14/01/1991		Advertência	Jurídico
9999	160491	Despacho	MC	16/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	181091	Despacho	MC	18/10/1991		Advertência	Jurídico
9999	739	Portaria	MC	20/06/1997		Multa	Jurídico
9999	466	Portaria	MC	26/09/1997	26/11/1997	Renovação	Jurídico
535690005932004	43467	Ato	ER	25/03/2004	29/03/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	322	Decreto Legislativo	CN	24/11/2008	25/11/2008	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

9999	276	Despacho	MC	27/12/2008		Advertência	Jurídico
9999	198	Portaria	MC	24/03/2010	09/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	14	Despacho	DMC-SC	14/02/2012		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	40	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.069861/2017-94	11628	Ato	ORLE	25/08/2017	14/09/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535690025392015	1407	Despacho	MCTIC	02/08/2018	07/08/2018	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
012500564402018	1707	Despacho	MCTIC	24/09/2018	29/10/2018	Autoriza Equipamento	Técnico

## Horário de funcionamento

# Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

## Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 04.963.633/0001-56 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

[Nova consulta \(/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir\)](/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RAULAND BELEM SOM LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.963.633/0001-56

Certidão nº: 18624855/2022

Expedição: 10/06/2022, às 18:52:13

Validade: 07/12/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RAULAND BELEM SOM LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.963.633/0001-56**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 04.963.633/0001-56

**Razão Social:** RAULAND BELEM SOM LTDA

**Endereço:** AV NAZARE 1223 ED FELIZ BL B CJ 08 / NAZARE / BELEM / PA / 66035-170

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 06/06/2022 a 05/07/2022

**Certificação Número:** 2022060600291039810327

Informação obtida em 10/06/2022 18:50:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** RAULAND BELEM SOM LTDA

**CNPJ:** 04.963.633/0001-56

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 19:03:04 do dia 10/06/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/07/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



# MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

## DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
	<b>15</b>	<b>Pará</b>						
15 01 002 00404	Alenquer		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
15 01 003 00503	Almeirim		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
15 01 001 03002	Faro	(d)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
15 01 001 05106	Óbidos		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
15 01 001 05304	Oriximiná		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
		Total de municípios - Pará .....	<b>5</b>					

### LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

### NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RAULAND BELEM SOM LTDA</b>				CNPJ <b>04963633000156</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>322766834</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>1° 27' 6.98" S</b>	LONGITUDE <b>48° 28' 54.01" W</b>

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>AVENIDA NAZARÉ, nº 1223.</b>	DISTRITO	
BAIRRO <b>NAZARÉ</b>	MUNICÍPIO <b>Belém</b>	UF <b>PA</b>

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		05/12/2024	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Belém	UF:	PA
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	95.1 MHz	CANAL:	236
CLASSE:	A3	COTA BASE DA TORRE:	22
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:			
NOME FANTASIA:	RADIO RAULAND	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:			
ESTUDIO PRINCIPAL		BAIRRO:	
ENDEREÇO:	AVENIDA NAZARÉ	NAZARÉ	
MUNICÍPIO:	Belém	UF:	PA
NUMERO:	1223	COMPLEMENTO:	EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	UF:		
NUMERO:	COMPLEMENTO:		
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:			
TIPO:	Principal		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	System Engineering Solutions S.r.L.	MODELO:	SLIM4-05 FM
CÓDIGO:	068051811762	POTÊNCIA:	18 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	RF Telavo Telecomunicações Ltda	MODELO:	RDFM 10000T
CÓDIGO:	007500501806	POTÊNCIA:	10 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:	MODELO:		
CÓDIGO:	POTÊNCIA:		
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	I FAVARO JUNIOR FABRICAÇÃO DE ANTENAS LTDA - ME	MODELO:	IFFMDC-6-95,1-30
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	5.2 dBd
DESCRIÇÃO:	OMNIDIRECIONAL	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	0 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	65 m	BEAM TILT:	0 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	TEEL TELE-ELETRÔNICA LTDA	MODELO:	TEPEV/6L
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	6.22 dBd
DESCRIÇÃO:	OMNIDIRECIONAL	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	0 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	67 m	BEAM TILT:	0 graus
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	MODELO:		HCA158-50JO
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	KMP	MODELO:	HJ8-50B
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 10/06/2022 19:07:38

APLICAÇÃO

Emitido Em  
15/10/2020

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDIwNWY4N2ViNzljMjQyMQ==>

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

### NOTA TÉCNICA Nº 8095/2022/SEI-MCOM

**PROCESSO: 53900.002678/2015-34**

**INTERESSADO: RAULAND BELÉM SOM LTDA.**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RAULAND BELÉM SOM LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Belém/PA, referente ao seguinte período: 05/12/2014 a 05/12/2024.

### **ANÁLISE**

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 6902/2020/SEI-MCTIC, concluiu pela expedição do Ofício n.º 13218/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC à Entidade, com vistas apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI5362960 e 5362971). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.026051/2020-34, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

### **RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

3.1. requerimento, solicitando a renovação, datado e assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

c) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.4. prova de regularidade perante a Fazenda federal da sede da pessoa jurídica, atualizada, na forma da lei;

3.5. prova de regularidade relativa à seguridade social;

3.6. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

### **CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 14/06/2022, às 10:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituta**, em 14/06/2022, às 10:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10014897** e o código CRC **1966BB26**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 14037/2022/MCOM

Brasília, 10 de junho de 2022.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RAULAND BELÉM SOM LTDA. (CNPJ nº 04.963.633/0001-56)**  
Avenida Nazaré nº 1223 - Edifício Feliz - sala 08 - Nazaré  
66.035-145 - Belém/PA

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.002678/2015-34.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 8095/2022/SEI-MCOM e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 10014903), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituta**, em 14/06/2022, às 10:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10014899** e o código CRC **21B10AF5**.

Anexos:

•

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>			
<b>CNPJ:</b>		<b>CEP da sede:</b>	
<b>Endereço da sede:</b>			
<b>E-mail de contato:</b>			
<b>Serviço a ser renovado:</b>	( ) Radiodifusão sonora	( ) em frequência modulada ( ) em ondas curtas ( ) em ondas médias ( ) em ondas tropicais	
	( ) Radiodifusão de sons e imagens		
<b>Período da renovação:</b>			
<b>Localidade da renovação:</b>		<b>UF:</b>	

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Assinatura do representante legal**

## ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
<b>RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA E AOS SÓCIOS</b>	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> <p>(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: <i>i)</i> certidão de nascimento ou casamento; <i>ii)</i> certidão de reservista; <i>iii)</i> cédula de identidade; <i>iv)</i> certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; <i>v)</i> carteira profissional; <i>vi)</i> Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou <i>vii)</i> passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e</p> <p>(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.</p>



**Data de Envio:**

14/06/2022 11:37:20

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

**Para:**

faborauland@gmail.com  
fabio@rauland.com.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53900.002678/2015-34

INTERESSADA: RAULAND BELÉM SOM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_10014899.html  
Nota\_Tecnica\_10014897.html  
Requerimento\_10014903\_Requerimento\_Padrao.pdf



BOA NOITE

Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		04.963.633/0001-56									
RAULAND BELEM SOM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JARBAS DA SILVA FERREIRA	004.119.062-91	RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Diretor (DIRETOR COMERCIAL FINANCEIRO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém
RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	004.148.912-87	RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	04.963.633/0001-56	Diretor (DIRETOR ADIMINISTRATIVO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém

Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 03/08/2022

Hora: 21:48:15



BOA NOITE  
Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		004.119.062-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JARBAS DA SILVA FERREIRA	004.119.062-91	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR COMERCIAL FINANCEIRO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: [03/08/2022](#)

Hora: [21:48:26](#)



BOA NOITE  
Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		004.148.912-87									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	004.148.912-87	RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Diretor (DIRETOR ADIMINISTRATIVO)	0	--	--	FM	--	PA	Belém
		RAULAND BELEM SOM LTDA	<a href="#">04.963.633/0001-56</a>	Sócio	500	0,00%	0,00%	FM	--	PA	Belém

Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 03/08/2022

Hora: 21:48:37



BOA NOITE  
Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	04.963.633/0001-56

[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **03/08/2022**

Hora: **21:49:35**

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: PA

Município: Belém

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
BELEM RADIODIFUSAO LTDA	Belém	10/06/2007	10/06/2017
CAMARA DOS DEPUTADOS	Belém	13/05/2013	13/05/2023
CARAJAS FM LTDA	Belém	15/04/2001	15/04/2011
EMISSORAS RADIO MARAJOARA LTDA	Belém	15/05/1987	15/05/1997
FUNDACAO CULTURAL DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA COSTA DOURADA	Belém	27/04/2006	27/04/2016
FUNDACAO DE TELECOMUNICACOES DO PARA	Belém	22/11/1984	22/11/1994
FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL AMAZONIA VIVA	Belém	07/08/2003	07/08/2013
G. C. COMUNICACAO LTDA	Belém	30/05/2007	30/05/2017
PROVINCIA FM STEREO LTDA	Belém	02/02/1994	02/02/2004
RADIO CIDADE MORENA FM LTDA	Belém	15/04/1991	15/04/2001
RADIO GUAJARA LTDA	Belém	15/02/1984	15/02/1994
RAULAND BELEM SOM LTDA	Belém	05/12/2004	05/12/2014
REDE DE RADIO E TELEVISAO TIRADENTES LTDA	Belém		
SENADO FEDERAL	Belém	27/12/2007	27/12/2017
TELEVISAO LIBERAL LTDA	Belém	19/11/1991	19/11/2001

Usuário: - Data: **16/01/2015** Hora: **17:01:29**

Registro 1 até 15 de 15 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RAULAND BELEM SOM LTDA**

**CNPJ:**           **04.963.633/0001-56**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 21:54:15 do dia 03/08/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/09/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos

Download Canais

1 total de registros		1 - 50	50	Atualizar	Filtrar																					
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
		049636330001				(Todos)	FM																			
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	04963633000156	RAULAND BELEM SOM LTDA	08008005750	P	Comercial	FM	230	PA	Belém		236		95.1	A3		1° 27' 7.00" S	48° 28' 54.00" W	5	65		2	2021-03-16 15:36:47		57dbac2a94bd9	



Id solicitação: 57dbac2a94bd9

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RAULAND BELEM SOM LTDA	
Nome Fantasia: RADIO RAULAND	
Telefone: (91) 32999050	E-mail:
CNPJ: 04.963.633/0001-56	Número do Fistel: 08008005750
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 05/12/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 05/12/2024	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA NAZARE	Complemento: ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO	
Bairro: NAZARE	Número: 1223,	
Município: Belém	UF: PA	CEP: 66035170

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA NAZARÉ	Complemento: EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
Bairro: NAZARÉ	Número: 1223	
Município: Belém	UF: PA	CEP: 66035145

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA NAZARÉ	Complemento: EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
Bairro: NAZARÉ	Número: 1223	
Município: Belém	UF: PA	CEP: 66035145

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

## Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Belém	UF: PA

Parâmetros Técnicos			
Canal: 236	Frequência: 95.1 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 51.0628kW
HCI: 65 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 322766834	<b>Número Indicativo:</b> ZYD200
<b>Data Último Licenciamento:</b> 15/10/2020	<b>Número da Licença:</b> 53500.026682/2020-68

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 1° 27' 6.98" S	<b>Longitude:</b> 48° 28' 54.01" S	<b>Cota da base:</b> 22 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 068051811762	<b>Modelo:</b> SLIM4-05 FM
<b>Fabricante:</b> System Engineering Solutions S.r.L.	<b>Potência de Operação:</b> 18 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> HJ8-50B	<b>Fabricante:</b> ANDREW		
<b>Comprimento da Linha:</b> 37 m	<b>Atenuação:</b> 0.464 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> IFFMDC-6-95,1-30			<b>Fabricante:</b> I FAVARO JUNIOR FABRICAÇÃO DE ANTENAS LTDA – ME		
<b>Ganho:</b> 5.2 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 0 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 65 m	<b>ERP Máxima:</b> 51.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.17	5°: 0.2	10°: 0.23	15°: 0.26	20°: 0.29	25°: 0.32	30°: 0.35	35°: 0.36	40°: 0.37	45°: 0.37	50°: 0.36	55°: 0.35
60°: 0.33	65°: 0.3	70°: 0.26	75°: 0.22	80°: 0.19	85°: 0.16	90°: 0.13	95°: 0.1	100°: 0.07	105°: 0.05	110°: 0.03	115°: 0.02
120°: 0.01	125°: 0	130°: 0	135°: 0.01	140°: 0.02	145°: 0.03	150°: 0.04	155°: 0.07	160°: 0.1	165°: 0.12	170°: 0.15	175°: 0.18
180°: 0.22	185°: 0.26	190°: 0.29	195°: 0.33	200°: 0.36	205°: 0.39	210°: 0.42	215°: 0.43	220°: 0.44	225°: 0.44	230°: 0.43	235°: 0.41
240°: 0.38	245°: 0.35	250°: 0.32	255°: 0.28	260°: 0.24	265°: 0.2	270°: 0.17	275°: 0.13	280°: 0.1	285°: 0.07	290°: 0.05	295°: 0.03
300°: 0.02	305°: 0.01	310°: 0	315°: 0	320°: 0.01	325°: 0.02	330°: 0.03	335°: 0.04	340°: 0.06	345°: 0.08	350°: 0.11	355°: 0.14

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b> 007500501806	<b>Modelo:</b> RDFM 10000T
<b>Fabricante:</b> RF Telavo Telecomunicações Ltda	<b>Potência de Operação:</b> 10 kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b> HCA158-50JO	<b>Fabricante:</b> RFS		
<b>Comprimento da Linha:</b> 37 m	<b>Atenuação:</b> 0.658 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b> TEPEV/6L	<b>Fabricante:</b> TEEL TELE-ELETRÔNICA LTDA				
<b>Ganho:</b> 6.22 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 0 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 67 m	<b>ERP Máxima:</b> 51.06 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1315	Portaria	MC	28/11/1974	05/12/1974	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
779975	15203	Portaria	Dentel	16/09/1975	08/01/1976	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	277	Portaria	MC	17/02/1984	01/03/1984	Multa	Jurídico
9999	247	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
9999	301286	Despacho	MC	30/12/1986		Multa	Jurídico
9999	100	Ofício	MC	08/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	2712	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	271288	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Advertência	Jurídico
9999	3821	Ofício	MC	27/11/1989		Advertência	Jurídico
9999	671	Ofício	MC	05/04/1990		Advertência	Jurídico
9999	160890	Despacho	MC	16/08/1990		Advertência	Jurídico
9999	41290	Despacho	MC	04/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	271290	Despacho	MC	27/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	140191	Despacho	MC	14/01/1991		Advertência	Jurídico
9999	160491	Despacho	MC	16/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	181091	Despacho	MC	18/10/1991		Advertência	Jurídico
9999	739	Portaria	MC	20/06/1997		Multa	Jurídico
9999	466	Portaria	MC	26/09/1997	26/11/1997	Renovação	Jurídico
535690005932004	43467	Ato	ER	25/03/2004	29/03/2004	Autoriza a Alteração de Características	Técnico

9999	322	Decreto Legislativo	CN	24/11/2008	25/11/2008	Técnicas da Estação <del>Deliber. do C. Nacional</del>	Jurídico
9999	276	Despacho	MC	27/12/2008		Advertência	Jurídico
9999	198	Portaria	MC	24/03/2010	09/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	14	Despacho	DMC-SC	14/02/2012		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	40	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.069861/2017-94	11628	Ato	ORLE	25/08/2017	14/09/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535690025392015	1407	Despacho	MCTIC	02/08/2018	07/08/2018	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
012500564402018	1707	Despacho	MCTIC	24/09/2018	29/10/2018	Autoriza Equipamento	Técnico

Horário de funcionamento



NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RAULAND BELEM SOM LTDA</b>				CNPJ <b>04963633000156</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>322766834</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>1° 27' 6.98" S</b>	LONGITUDE <b>48° 28' 54.01" W</b>

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>AVENIDA NAZARÉ, nº 1223.</b>	DISTRITO		
BAIRRO <b>NAZARÉ</b>	MUNICÍPIO <b>Belém</b>	UF <b>PA</b>	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 05/12/2024

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Belém UF: PA

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 95.1 MHz CANAL: 236

CLASSE: A3 COTA BASE DA TORRE: 22

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYD200

NOME FANTASIA: RADIO RAULAND NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Belém

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: AVENIDA NAZARÉ BAIRRO: NAZARÉ

MUNICÍPIO: Belém UF: PA

NUMERO: 1223 COMPLEMENTO: EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: System Engineering Solutions MODELO: SLIM4-05 FM

CÓDIGO: S.r.L. POTÊNCIA: 18 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: RF Telavo Telecomunicações Ltda MODELO: RDFM 10000T

CÓDIGO: 007500501806 POTÊNCIA: 10 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: I FAVARO JUNIOR FABRICAÇÃO DE ANTENAS LTDA - ME MODELO: IFFMDC-6-95,1-30

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 5.2 dBd

DESCRIÇÃO: OMNIDIRECIONAL ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 65 m BEAM TILT: 0 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: TEEL TELE-ELETRÔNICA LTDA MODELO: TEPEV/6L

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 6.22 dBd

DESCRIÇÃO: OMNIDIRECIONAL ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 67 m BEAM TILT: 0 graus

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: RFS MODELO: HCA158-50JO

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: ANDREW MODELO: HJ8-50B

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 03/08/2022 21:58:34

APLICAÇÃO

Emitido Em  
15/10/2020

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDlyNjJlYjE5YmEyZzQ0OQ==>

			
<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>			
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>04.963.633/0001-56</b> MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA <b>16/09/1969</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>RAULAND BELEM SOM LIMITADA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>AV NAZARE</b>		NÚMERO <b>1223</b>	COMPLEMENTO <b>ED FELIZ BL B C 8</b>
CEP <b>66.035-445</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>NAZARE</b>	MUNICÍPIO <b>BELEM</b>	UF <b>PA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **03/08/2022** às **21:43:38** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 04.963.633/0001-56

**Razão Social:** RAULAND BELEM SOM LTDA

**Endereço:** AV NAZARE 1223 ED FELIZ BL B CJ 08 / NAZARE / BELEM / PA / 66035-170

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 02/08/2022 a 31/08/2022

**Certificação Número:** 2022080200404202617552

Informação obtida em 03/08/2022 21:44:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RAULAND BELEM SOM LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.963.633/0001-56

Certidão nº: 24703160/2022

Expedição: 03/08/2022, às 21:45:31

Validade: 30/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RAULAND BELEM SOM LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.963.633/0001-56**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RAULAND BELEM SOM LIMITADA**  
**CNPJ: 04.963.633/0001-56**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 21:46:19 do dia 03/08/2022 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 30/01/2023.

Código de controle da certidão: **7272.7FEF.4472.038D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

## Consulta Unificada de Processos

1. Dados do Processo   2. Partes do Processo   3. Movimentações   4. Documentos
5. Audiência   6. Incidentes   7. Apensos

### Dados do Processo

**Processo:** 0006488-82.1997.8.14.0301

**Processo Prevento:** Não Informado

**Instância:** Primeiro Grau

**Jurisdição:** Belém - Fórum Cível

**Situação:** Não Informado

**Distribuição:** 25/07/2022

**Órgão Julgador:** 12ª Vara Cível E Empresarial De Belém

**Órgão Julgador Colegiado:** --

**Competência:** Varas Cíveis - Cível E Empresarial

**Classe:** 156 - Cumprimento De Sentença

**Assuntos:** 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer

**Número do Inquérito Policial:** Não Informado

**Valor da Causa:** R\$ 48.000,00

**Data da Autuação:** 25/07/2022

**Prioridade:** Não

**Gratuidade:** Não

### Partes do Processo

**REQUERIDO:** RADIO RAULAND BELEM SOM FM LTDA

**REQUERENTE:** LUIZ FURTADO REBELO

**REQUERENTE:** NESTOR FERREIRA LOPES

**ADVOGADO:** NESTOR FERREIRA FILHO

**ADVOGADO:** FILIPE CHARONE TAVARES LOPES

**ADVOGADO:** MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO

### Movimentações

Mostrar 10 ▾

Pesquisar:

## Consulta Unificada de Processos

1. Dados do Processo   2. Partes do Processo   3. Movimentações   4. Documentos
5. Audiência   6. Incidentes   7. Apenso

### Dados do Processo

**Processo:** 0016967-12.2012.8.14.0301  
**Processo Prevento:** Não Informado  
**Instância:** Primeiro Grau  
**Jurisdição:** Belém - Fórum Cível  
**Situação:** Não Informado  
**Distribuição:** 23/07/2022  
**Órgão Julgador:** 6ª Vara Cível E Empresarial De Belém  
**Órgão Julgador Colegiado:** --  
**Competência:** Varas Cíveis - Cível E Empresarial  
**Classe:** 7 - Procedimento Comum Cível  
**Assuntos:** 10443 - Direito de Imagem  
**Número do Inquérito Policial:** Não Informado  
**Valor da Causa:** R\$ 200.000,00  
**Data da Autuação:** 20/04/2012  
**Prioridade:** Não  
**Gratuidade:** Não

### Partes do Processo

**AUTOR:** DUCIOMAR GOMES DA COSTA  
**REU:** JEFFERSON LIMA  
**REU:** RADIO RAULAND BELEM SOM LTDA  
**ADVOGADO:** HENRIQUE DAMASCENO DOS SANTOS CRUZ

### Movimentações

Mostrar 10 ▾

Pesquisar:

Data	Movimento
------	-----------

## Consulta Unificada de Processos

1. Dados do Processo

2. Partes do Processo

3. Movimentações

4. Documentos

5. Audiência

6. Incidentes

7. Apensos

## Dados do Processo

**Processo:** 0022651-49.2011.8.14.0301**Processo Prevento:** Não Informado**Instância:** Primeiro Grau**Jurisdição:** Belém - Fórum Cível**Situação:** Não Informado**Distribuição:** 27/07/2022**Órgão Julgador:** 4ª Vara Cível E Empresarial De Belém**Órgão Julgador Colegiado:** --**Competência:** Varas Cíveis - Cível E Empresarial**Classe:** 7 - Procedimento Comum Cível**Assuntos:** 10437 - Direito de Imagem**Número do Inquérito Policial:** Não Informado**Valor da Causa:** R\$ 1.000,00**Data da Autuação:** 06/07/2011**Prioridade:** Não**Gratuidade:** Não

## Partes do Processo

**AUTOR:** MARIA DO PERPETUO SOCORRO SABBA GUIMARAES**AUTOR:** SCE - MEDICOS S/S LTDA**REU:** JEFFERSON ELY VALE DE LIMA**REU:** RAULAND BELEM SOM LIMITADA - EPP

## Movimentações

Mostrar

10



Pesquisar:

Data	Movimento
27/07/2022	Processo Migrado Do Sistema Libra
07/07/2022	Exatidão De Documentos De Manifestação

## Consulta Unificada de Processos

1. Dados do Processo   2. Partes do Processo   3. Movimentações   4. Documentos
5. Audiência   6. Incidentes   7. Apenso

### Dados do Processo

**Processo:** 0010643-40.2011.8.14.0301

**Processo Prevento:** Não Informado

**Instância:** Primeiro Grau

**Jurisdição:** Belém - Fórum Cível

**Situação:** Não Informado

**Distribuição:** 27/07/2022

**Órgão Julgador:** 4ª Vara Cível E Empresarial De Belém

**Órgão Julgador Colegiado:** --

**Competência:** Varas Cíveis - Cível E Empresarial

**Classe:** 7 - Procedimento Comum Cível

**Assuntos:** 7703 - Pagamento

**Número do Inquérito Policial:** Não Informado

**Valor da Causa:** R\$ 1.000,00

**Data da Autuação:** 05/04/2011

**Prioridade:** Não

**Gratuidade:** Não

### Partes do Processo

**AUTOR:** MARIA DO PERPETUO SOCORRO SABBA GUIMARAES

**AUTOR:** SCE MEDICOS S/S LTDA

**REU:** RAULAND BELEM SOM LIMITADA - EPP

**REU:** JEFFERSON ELY VALE DE LIMA

### Movimentações

Mostrar 10 ▾

Pesquisar:

Data	Movimento
------	-----------

## Consulta Unificada de Processos

1. Dados do Processo   2. Partes do Processo   3. Movimentações   4. Documentos
5. Audiência   6. Incidentes   7. Apenso

### Dados do Processo

**Processo:** 0029337-57.2002.8.14.0301  
**Processo Prevento:** --  
**Instância:** 1º Grau  
**Jurisdição:** Belém  
**Situação:** Baixado  
**Distribuição:** 06/04/2000  
**Órgão Julgador:** 7ª Vara Cível E Empresarial De Belém  
**Órgão Julgador Colegiado:** --  
**Competência:** Assistência Judiciária  
**Classe:** Procedimento Comum Cível  
**Assuntos:** Não Informado  
**Número do Inquérito Policial:** Não Informado  
**Valor da Causa:** R\$ 200.000,00  
**Data da Autuação:** 30/08/2002  
**Prioridade:** Não  
**Gratuidade:** Não

### Partes do Processo

**Autor:** Edevaldo Leal Da Costa  
**Reu:** Empresa Provincia Do Para Ltda  
**Reu:** Rauland Belem Som Ltda.

### Movimentações

Mostrar 10 ▾

Pesquisar:

Data	Movimento
23/08/2021	Alteração De Dados Do Processo

## Consulta Unificada de Processos

1. Dados do Processo   2. Partes do Processo   3. Movimentações   4. Documentos
5. Audiência   6. Incidentes   7. Apensos

### Dados do Processo

**Processo:** 0014754-87.1999.8.14.0301  
**Processo Prevento:** Não Informado  
**Instância:** Primeiro Grau  
**Jurisdição:** Belém - Fórum Cível  
**Situação:** Não Informado  
**Distribuição:** 29/12/2021  
**Órgão Julgador:** 4ª Vara Cível E Empresarial De Belém  
**Órgão Julgador Colegiado:** --  
**Competência:** Varas Cíveis - Cível E Empresarial  
**Classe:** 156 - Cumprimento De Sentença  
**Assuntos:** 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer  
**Número do Inquérito Policial:** Não Informado  
**Valor da Causa:** R\$ 100.000,00  
**Data da Autuação:** 29/12/2021  
**Prioridade:** Não  
**Gratuidade:** Não

### Partes do Processo

**REQUERENTE:** RAUL MEIRELES DO VALE  
**ADVOGADO:** RAUL MEIRELES DO VALE  
**REQUERIDO:** RADIO RAULAND BELEM SOM LTDA  
**REQUERIDO:** WLADIMIR AFONSO DA COSTA RABELO  
**ADVOGADO:** ELSON JOSE SOARES COELHO  
**ADVOGADO:** JORGE LUIZ RIBEIRO COSTA

### Movimentações

Mostrar

10 ▾

Pesquisar:

## Consulta Unificada de Processos

1. Dados do Processo   2. Partes do Processo   3. Movimentações   4. Documentos
5. Audiência   6. Incidentes   7. Apenso

### Dados do Processo

**Processo:** 0024271-04.2008.8.14.0301  
**Processo Prevento:** Não Informado  
**Instância:** Primeiro Grau  
**Jurisdição:** Belém - Fórum Cível  
**Situação:** Não Informado  
**Distribuição:** 25/06/2022  
**Órgão Julgador:** 2ª Vara Cível E Empresarial De Belém  
**Órgão Julgador Colegiado:** --  
**Competência:** Varas Cíveis - Cível E Empresarial  
**Classe:** 7 - Procedimento Comum Cível  
**Assuntos:** 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer  
**Número do Inquérito Policial:** Não Informado  
**Valor da Causa:** R\$ 100,00  
**Data da Autuação:** 31/08/2016  
**Prioridade:** Não  
**Gratuidade:** Não

### Partes do Processo

**AUTOR:** IMAGEM COMUNICACAO VISUAL LTDA.  
**REU:** RADIO RAULAND BELEM SOM LTDA

### Movimentações

Mostrar 10 ▾

Pesquisar:

Data	Movimento
25/06/2022	Processo Migrado Do Sistema Libra
05/06/2022	Alteração De Data De Processamento (E) M. Processamento



## Consulta Unificada de Processos

1. Dados do Processo   2. Partes do Processo   3. Movimentações   4. Documentos
5. Audiência   6. Incidentes   7. Apensos

### Dados do Processo

**Processo:** 0033421-67.2012.8.14.0301  
**Processo Prevento:** Não Informado  
**Instância:** Primeiro Grau  
**Jurisdição:** Belém - Fórum Cível  
**Situação:** Não Informado  
**Distribuição:** 01/08/2012  
**Órgão Julgador:** 8ª Vara Cível E Empresarial De Belém  
**Órgão Julgador Colegiado:** --  
**Competência:** Varas Cíveis - Cível E Empresarial  
**Classe:** 7 - Procedimento Comum Cível  
**Assuntos:** 10443 - Direito de Imagem  
**Número do Inquérito Policial:** Não Informado  
**Valor da Causa:** R\$ 50.000,00  
**Data da Autuação:** 06/08/2012  
**Prioridade:** Não  
**Gratuidade:** Sim

### Partes do Processo

**AUTOR:** CLAUDIO LUCIANO MONTEIRO DE OLIVEIRA  
**REU:** FERNANDO LUIZ DA SILVA RAIOL  
**REU:** JEFFERSON ELY VALE DE LIMA  
**ADVOGADO:** LEONARDO MAIA NASCIMENTO  
**REU:** RAULAND BELEM SOM LIMITADA - EPP  
**ADVOGADO:** REJANE SOTAO CALDERARO  
**ADVOGADO:** FILIPE CHARONE TAVARES LOPES

### Movimentações

Mostrar 10 ▾

Pesquisar:

## Consulta Unificada de Processos

1. Dados do Processo   2. Partes do Processo   3. Movimentações   4. Documentos
5. Audiência   6. Incidentes   7. Apensos

### Dados do Processo

**Processo:** 0035522-29.2002.8.14.0301

**Processo Prevento:** Não Informado

**Instância:** Primeiro Grau

**Jurisdição:** Belém - Fórum Cível

**Situação:** Não Informado

**Distribuição:** 29/12/2021

**Órgão Julgador:** 10ª Vara Cível E Empresarial De Belém

**Órgão Julgador Colegiado:** --

**Competência:** Varas Cíveis - Cível E Empresarial

**Classe:** 156 - Cumprimento De Sentença

**Assuntos:** 10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer

**Número do Inquérito Policial:** Não Informado

**Valor da Causa:** R\$ 500,00

**Data da Autuação:** 10/03/2003

**Prioridade:** Não

**Gratuidade:** Não

### Partes do Processo

**REQUERENTE:** EDMILSON BRITO RODRIGUES

**REQUERIDO:** RADIO RAULAND BELEM SOM LTDA

**ADVOGADO:** VALERIA DE NAZARE SANTANA FIDELLIS

**ADVOGADO:** GUSTAVO MONTEIRO CAVALCANTE

**ADVOGADO:** THEO SALES REDIG

**ADVOGADO:** MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO

### Movimentações

Mostrar 10 ▾

Pesquisar:

499/5/2

61

1974, Brasília, 5

DIÁRIO OFICIAL (Série I - Parte I)

Quarta-feira, 14 de Novembro de 1974

Ministério das Comunicações  
Departamento Nacional de Telecomunicações  
Comunicações

II - A presente autorização é concedida para a instalação e operação

CONTABILIDADE	VALORES	VALORES
1. Salário do titular	...	...
2. Salário do auxiliar	...	...
<b>TOTAL</b>	...	...

III - A Direção de Telecomunicações da União, por meio da seguinte

Diretor: Américo de Oliveira  
Diretor: Américo de Oliveira

IV - A presente autorização é concedida para a aprovação

do Departamento Nacional de Telecomunicações, de acordo com o que praticar  
no efetivar a operação de transmissão inercial da permissão, de conformar  
com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em  
conformidade com a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o  
Sistema Nacional de Telecomunicações, e demais normas regulamentadoras dos referidos serviços.

EUCLEDES QUANDT DE OLIVEIRA

Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 1.315 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1974

O Ministro de Estado das

COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve, de acordo com o artigo 19 do  
Decreto nº 70.488, de 19 de maio de 1973, e tendo em vista o que  
consta do processo nº 4.201/73:

RESOLVE:

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovada com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967, à Rádio Bom Jesus Ltda., para estabelecer, na cidade de Belém, Estado do Pará, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, utilizando a frequência 95,1 MHz, canal 230, classe "A", potência máxima e mínima de acordo com as Normas Técnicas para Estações de Radiodifusão Sonora em FM, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 197, de 23 de março de 1973, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de 1973, e horário de funcionamento diário, todo.

II - A presente permissão será regida pelas disposições da legislação nacional, em vigor, Normas Técnicas para Estações de Radiodifusão Sonora em FM, baixadas pela Portaria Ministerial nº 197/73, e condições estabelecidas em outras normas, por complementação e presente ato.

EUCLEDES QUANDT DE OLIVEIRA

Ministro de Estado das Comunicações

CLAUSULAS A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 1.315 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1974

I

Para outorgar a Rádio Bom Jesus Ltda., com sede e estabelecimento em Belém, Estado do Pará, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, utilizando a frequência de 95,1 MHz, canal 230, classe "A", potência máxima e mínima de acordo com as Normas Técnicas para Estações de Radiodifusão Sonora em FM, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 197, de 23 de março de 1973, e horário de funcionamento diário, todo.

Para outorgar a Rádio Bom Jesus Ltda., com sede e estabelecimento em Belém, Estado do Pará, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, utilizando a frequência de 95,1 MHz, canal 230, classe "A", potência máxima e mínima de acordo com as Normas Técnicas para Estações de Radiodifusão Sonora em FM, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 197, de 23 de março de 1973, e horário de funcionamento diário, todo.

1.

A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da publicação, no Diário Oficial da União, da presente autorização.

II

A permissão é obrigada a:

a) ter, no momento da outorga, quadro técnico constituido por pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

b) manter, no momento da outorga, quadro técnico constituido por pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

c) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

d) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

e) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

f) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

g) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

h) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

i) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

j) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

k) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

l) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

m) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

n) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

o) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

p) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

q) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

r) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

s) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

t) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

u) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

v) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

w) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

x) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

y) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

z) manter, efetivamente, no totalidade das horas previstas no plano de programação, o pessoal de nível superior, com qualificação adequada ao exercício da função, de acordo com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1967;

1315 de 28.11.74

2

PORTARIA Nº 198 , DE 24 DE MARÇO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.041525/2007, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2004, a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda., pela Portaria nº 1315, de 28 de novembro de 1974, publicada no Diário Oficial da União em 5 de dezembro 1974, renovada pela Portaria nº 466, de 26 de setembro de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 322, de 2008, publicado no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2008, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HÉLIO COSTA  
Ministro de Estado das Comunicações





Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 37, DE 2013**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO TRIBUNA DE PETRÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 175, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 38, DE 2013**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIO DIFUSORA BOAS NOVAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Difusora Boas Novas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 39, DE 2013**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA IMAGEM DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 841, de 22 de outubro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de junho de 2000, a permissão outorgada ao Sistema Imagem de Comunicação Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 40, DE 2013**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RAULAND BELEM SOM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 198, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de dezembro de 2004, a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 41, DE 2013**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO LIDERBRASIL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 518, de 11 de junho de 2010, que outorga permissão à Fundação Liderbrasil para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 42, DE 2013**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de agosto de 2006, a concessão outorgada à Rádio Mirante do Maranhão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 43, DE 2013**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PEDRA D'ÁGUA - ARCPD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seridó, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 441, de 28 de julho de 2009, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pedra D'água - ARCPD para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seridó, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 44, DE 2013**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO VALE DOS SINOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 436, de 24 de julho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 27 de setembro de 2005, a permissão outorgada à Rádio Vale dos Sinos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 45, DE 2013**

Aprova o ato que outorga permissão à LAMOGLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 929, de 18 de novembro de 2009, que outorga permissão à Lamoglia Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 46, DE 2013**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SOCIAL E PRESERVAÇÃO DE MOCAJUBA - ADECOSPEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mocauba, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 400, de 17 de agosto de 2006, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Social e Preservacionista de Mocauba - ADECOSPEM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mocauba, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

**Processo nº:** 53900.002678/2015-34  
**Entidade:** RAULAND BELÉM SOM LTDA.  
**CNPJ nº:** 04.963.633/0001-56  
**FISTEL nº:** : 08008005750  
**Localidade:** Belém/PA  
**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 03/03/2015

**Período:** 05/12/2014 a 05/12/2024

**Tipo de outorga a ser renovada:**

- ( ) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.  
(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.  
( ) Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 0399040 Págs. 1-3  Petição 10174827 Págs. 2-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 2-3	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 2-3	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Anexo Anatel 10269245 Págs. 1-4	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 5-6	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 7-8  Anexo TJPA 10380366	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Anexo Certidões Emitidas 10269246 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		F  Anexo Certidões Emitidas 10269246 Pág. 4		

6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	E Petição 0399040 Págs. 8-9	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		M Petição 0399040 Pág. 10		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Anexo Anatel 10269245 Pág. 6	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	INSS Anexo Certidões Emitidas 10269246 Pág. 4	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS Anexo Certidões Emitidas 10269246 Pág. 2		
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Anexo Certidões Emitidas 10269246 Pág. 3	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Petição 10174827 Págs. 11-14	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Anexo Anatel 10269245 Pág. 12	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	( ) Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	E-mail 10074023	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**



Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <b><u>está em conformidade</u></b> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 09/09/2022, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10266198** e o código CRC **E961B4CD**.

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 10945/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.002678/2015-34

INTERESSADA: RAULAND BELÉM SOM LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rauland Belém Som Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 04.963.633/0001-56** objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, vinculado ao **FISTEL nº 08008005750** referente ao período de 5 de dezembro de 2014 a 5 de dezembro de 2024.
2. Por meio das Notas Técnicas nº 29132/2016/SEI-MCTIC, nº 6902/2020/SEI-MCTIC e nº 8095/2022/SEI-MCOM, acompanhadas dos Ofícios nº 42497/2016/SEI-MCTIC, nº 13218/2020/MCTIC e nº 14037/2022/MCOM esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 1466538, 5362960, 10014897 e SEI 1466564, 5362971, 10014899).
3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 01250.010411/2016-08, nº 01250.026051/2020-34 e nº 53115.019225/2022-22).

### ANÁLISE

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se à Rauland Belém Som Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.315, de 28 de novembro de 1974, publicada no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1974 (SEI 10273411 - Pág. 1).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2004-2014**. De acordo com a Portaria nº 198, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 9 de abril de 2010, a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar de 5 de dezembro de 2004 (SEI 10273411 - Pág. 2). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 40 de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de janeiro de 2013 (SEI 10273411 - Pág. 3).

9. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **3 de março de 2015**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 0399040 - Págs. 1-3). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 5 de junho de 2014 e 5 de setembro de 2014.

10. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.**

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

11. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

12. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 10266198). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

**Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:**

(...)

**§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.**

**§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.**

**§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:**

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

13. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

14. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 10174827 - Págs. 5-6).

15. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 3 de agosto de 2022 (SEI 10269245 - Págs. 1-4).

16. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores Jarbas da Silva Ferreira e Raul dos Santos Ferreira Júnior não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

17. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI10269245 - Págs. 8-11). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 10074023).

18. A entidade apresentou certidão judicial cível positiva emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Comarca de Belém, atestando a existência de registro de ações cíveis. Contudo, cumpre informar que, apesar da certidão cível ostentar o status de "positiva", não foi identificado na listagem o registro de ações judiciais cujo assunto faça referência a procedimento de recuperação judicial ou falência em desfavor da interessada, conforme demonstram os andamentos processuais carreados aos autos (SEI10380366). Ademais, juntou-se, ainda, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 10266198).

19. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

20. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

21. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

22. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

23. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 15 de outubro de 2020, com validade até 5 de dezembro de 2024 (SEI 10269245 - Págs. 7 e 12).

24. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva acerca da renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 09/09/2022, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 09/09/2022, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 09/09/2022, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 09/09/2022, às 18:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10266919** e o código CRC **10F7840B**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

#### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

### MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº \_\_\_\_\_ - MCOM

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Belém, Estado do Pará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o

respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**  
Ministro de Estado das Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53900.002678/2015-34

SEI nº 10266919

Ofício Interno nº 25227/2022/MCOM

Brasília, 12 de Setembro de 2022

A Senhora  
**Carolina Scherer Bicca**  
Consultora Jurídica  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM (10266919)**

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM (10266919), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 12/09/2022, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10392763** e o código CRC **CD5C4428**.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

---

**PARECER n. 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53900.002678/2015-34**

**INTERESSADOS: RAULAND BELÉM SOM LTDA.**

**ASSUNTO:** Radiodifusão. Renovação de outorga.

**EMENTA:**

I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RAULAND BELÉM SOM LTDA.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará, pelo período de 05 de dezembro de 2014 a 05 de dezembro de 2024.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 10945/2022/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, desde que observado o disposto neste Parecer.

V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RAULAND BELÉM SOM LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará, no período de 05.12.2014 a 05.12.2024.

2.Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 10945/2022/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI 10266919**):

“7. No caso em apreço, conferiu-se à Rauland Belém Som Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.315, de 28 de novembro de 1974, publicada no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1974 (SEI [10273411](#) - Pág. 1).

8.Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2004-2014**. De acordo com a Portaria nº 198, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 9 de abril de 2010, a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar de 5 de dezembro de 2004 (SEI [10273411](#) - Pág. 2). O ato foi chancelado pelo Decreto Legislativo nº 40 de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de janeiro de 2013 (SEI [10273411](#) - Pág. 3).”

3.No requerimento protocolado em 03.03.2015 (**SEI 0399040, fls. 1/3**), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretária de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963"*.

4.É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais

5.Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6.Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7.Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8.Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

## II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período

da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 10945/2022/SEI-MCOM (SEI 10266919)**.

22. Quanto à tempestividade, o art. 4º da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, estabelecia que o requerimento deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo. No caso, o pedido é intempestivo, pois a permissão/concessão expirou em 05.12.2014 e o requerimento foi apresentado em 03.03.2015.

23. Contudo, o art. 2º da Lei 13.424/17, determinou o conhecimento de todos os pedidos de renovação intempestivos, nos seguintes termos:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de promulgação desta Lei.

24. Por esse motivo, a Secretaria de Radiodifusão, por meio da Nota Técnica 10945/2022 (SEI 10266919) conferiu prosseguimento ao processo, ao fundamento de que "(...) os pedidos de renovação de outorga da entidade foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Legislação, possuindo legitimidade e condição de procedibilidade, ante a "anistia" concedida quanto à tempestividade do pleito".

25. Anote-se que a petição foi subscrita pelo administrador da entidade Sr. Raul dos Santos Ferreira Júnior, designado para a função na Cláusula III- Oitava do Contrato Social consolidado na Alteração Contratual nº 14, registrada na Junta Comercial de São Paulo em 19.07.2004 (SEI 0399040, fls. 18).

26.Registre-se que houve ratificação do pleito em 4.5.2020 (SEI 10174827- fls.2/3), conforme novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém todas as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão. Todos os pedidos foram devidamente subscritos pelo Diretor Presidente da entidade, Sr. Raul dos Santos Ferreira Júnior.

27.No que se refere ao período anterior 2004-2014, houve a devida renovação da outorga, como sobredito.

28.Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI 10266198).

29.Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto n° 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#).

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\).](#)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\).](#)

30. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

“15. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 3 de agosto de 2022 (SEI [10269245](#) - Págs. 1-4).

16. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores Jarbas da Silva Ferreira e Raul dos Santos Ferreira Júnior não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

17. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10269245](#) - Págs. 8-11). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10074023](#)).

18. A entidade apresentou certidão judicial cível positiva emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Comarca de Belém, atestando a existência de registro de ações cíveis. Contudo, cumpre informar que, apesar da certidão cível ostentar o status de "positiva", não foi identificado na listagem o registro de ações judiciais cujo assunto faça referência a procedimento de recuperação judicial ou falência em desfavor da interessada, conforme demonstram os andamentos processuais carreados aos autos (SEI [10380366](#)). Ademais, juntou-se, ainda, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [10266198](#)).

19. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

[...]

23. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 15 de outubro de 2020, com validade até 5 de dezembro de 2024 (SEI [10269245](#) - Págs. 7 e 12).

24. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

31.Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (**SEI 0399040 – fl.05**); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (**SEI 10174827- fls.7/8**); prova de inscrição no CNPJ (**SEI 10269246- fl.01**); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (**SEI 10269246**), às Fazendas estadual (**SEI 0399040 – fls.8/9**) e municipal da sede da pessoa jurídica (**SEI 0399040- fl.10**); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (**SEI 10269245- fl.6**); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (**SEI 10269246- fl.2**); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (**SEI 10269246- fl.3**).

32.Observa-se que a maioria das certidões venceram no curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

33.No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em conformidade com as exigências normativas (**SEI 10174827- fls.2/3**).

**34.Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

“20.Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.



§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

21. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

22. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

23. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 15 de outubro de 2020, com validade até 5 de dezembro de 2024 (SEI [10269245](#) - Págs. 7 e 12).

24. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

35. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

“17. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10269245](#) - Págs. 8-11). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10074023](#)).”

36. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:



“15.A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 3 de agosto de 2022 (SEI [10269245](#) - Págs. 1-4).

16.Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores Jarbas da Silva Ferreira e Raul dos Santos Ferreira Júnior não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.”

37.Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

38.Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

39.Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

40.Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento, seguindo as orientações deste parecer.

À consideração superior.

Brasília, 23 de setembro de 2022.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
ADVOGADA DA UNIÃO  
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900002678201534 e da chave de acesso 9c14cf3e

---

Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com



certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 995014838 e chave de acesso 9c14cf3e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 23-09-2022 17:13. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02135/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 53900.002678/2015-34

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão – SERAD

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo o PARECER n. 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr<sup>a</sup>. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Rauland Belém Som Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, no período de 05 de dezembro de 2014 a 05 de dezembro de 2024.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 10945/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, concedida à entidade Rauland Belém Som Ltda.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 05 de dezembro de 2014 a 05 de dezembro de 2024.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Rauland Belém Som Ltda.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 24 de setembro de 2022.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA****ADVOGADO DA UNIÃO****COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES**

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900002678201534 e da chave de acesso 9c14cf3e



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 995455994 e chave de acesso 9c14cf3e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 26-09-2022 08:04. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00247/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53900.002678/2015-34**

**INTERESSADOS: RAULAND BELÉM SOM LTDA.**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

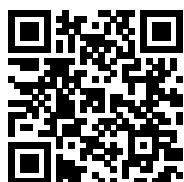
Aprovo, nos termos do **DESPACHO n. 02135/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, o **PARECER n. 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 26 de setembro de 2022.

CAROLINA SCHERER  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900002678201534 e da chave de acesso 9c14cf3e



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 995735408 e chave de acesso 9c14cf3e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 26-09-2022 09:06. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 6948, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10.945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/12/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10416357** e o código CRC **A81715D4**.

**Brasília, 26 de setembro de 2022.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10.945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.948, de 26 de setembro de 2022, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/12/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10416379** e o código CRC **98F729C0**.

Ofício Interno nº 25833/2022/MCOM

Brasília, 27 de Setembro de 2022

Ao Senhor  
**Wagner Primo Figueiredo Neto**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Portaria nº 6948/2022/SEI-MCOM (10416357) e Exposição de Motivos (10416379)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM (10266919) e no Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10416063), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 6948/2022/SEI-MCOM (10416357) e Exposição de Motivos (10416379), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 04/10/2022, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10419206** e o código CRC **C3F65598**.



Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 12/12/2022 15:58:03  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 9280290  
**Data prevista de publicação:** 13/12/2022  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

## Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20152919	PORTARIA MCOM NA 6332.rtf	a32094ea82aacb68db609550d17abbbf4	18,00	R\$ 700,56
20152920	PORTARIA MCOM NA 7082 - FABIO.rtf	c57d4fc0f4276ca83d6ffbc7fc4fb50b	8,00	R\$ 311,36
20152921	PORTARIA MCOM NA 7108 - FABIO.rtf	5b41d8045c780897771ab556f0c1410b	8,00	R\$ 311,36
20152922	PORTARIA MCOM NA 7109 - FABIO.rtf	e3d34387509bb71578cd3f0709a01579	8,00	R\$ 311,36
20152923	PORTARIA MCOM NA 7111 - FABIO.rtf	95cccb6df88b54261237323815b1fee	8,00	R\$ 311,36
20152924	PORTARIA MCOM NA 7146.rtf	7260bbf82fa2f57be44f4a3001a925b4	7,00	R\$ 272,44
20152925	PORTARIA MCOM NA 6811.rtf	36d9a89479a755f28aded549913fadb5	16,00	R\$ 622,72
20152926	PORTARIA MCOM NA 6815.rtf	102d645745d2a5c10dcf003f7624a00d	16,00	R\$ 622,72
20152927	PORTARIA MCOM NA 6948.rtf	cd184575a8cce6bb4b61e2d262faeebf	8,00	R\$ 311,36
20152928	PORTARIA MCOM NA 7003 - FABIO.rtf	7374f19a7047ce19d2ea0f562cfb8131	8,00	R\$ 311,36
20152929	PORTARIA MCOM NA 7012.rtf	1e817e6589b8585c19b387a1ffdaed33	7,00	R\$ 272,44
20152930	PORTARIA MCOM NA 7016 - FABIO.rtf	0ca728b8db47bd5f65aef2fa5a2697ac	8,00	R\$ 311,36
20152931	PORTARIA MCOM NA 7032.rtf	05da04a7c274392bfb49b9d83a00298d	8,00	R\$ 311,36
20152932	PORTARIA MCOM NA 7081.rtf	6ab56711722d32e570d8926a980b744f	8,00	R\$ 311,36
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>136,20</b>	<b>R\$ 5.293,12</b>

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 13/12/2022 | Edição: 233 | Seção: 1 | Página: 15

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 6.948, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10.945/2022/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Id solicitação: 57dbac2a94bd9

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RAULAND BELEM SOM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO RAULAND	
<b>Telefone:</b> (91) 32999050	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 04.963.633/0001-56	<b>Número do Fistel:</b> 08008005750
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 05/12/2024	
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARE	<b>Complemento:</b> ED. FELIZ, CONJ. 08, TÉRREO	
<b>Bairro:</b> NAZARE	<b>Numero:</b> 1223,	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035170

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA NAZARÉ	<b>Complemento:</b> EDIFÍCIO FELIZ - 16º ANDAR	
<b>Bairro:</b> NAZARÉ	<b>Numero:</b> 1223	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66035145

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Belém	<b>UF:</b> PA

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 236	<b>Frequência:</b> 95.1 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP Máxima:</b> 51.0628kW
<b>HCI:</b> 65 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

--

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 322766834	<b>Número Indicativo:</b> ZYD200
<b>Data Último Licenciamento:</b> 15/10/2020	<b>Número da Licença:</b> 53500.026682/2020-68

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 1° 27' 6.98" S	<b>Longitude:</b> 48° 28' 54.01" W	<b>Cota da base:</b> 22 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 068051811762	<b>Modelo:</b> SLIM4-05 FM
<b>Fabricante:</b> System Engineering Solutions S.r.L.	<b>Potência de Operação:</b> 18 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> HJ8-50B	<b>Fabricante:</b> ANDREW		
<b>Comprimento da Linha:</b> 37 m	<b>Atenuação:</b> 0.464 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> IFFMDC-6-95,1-30			<b>Fabricante:</b> I FAVARO JUNIOR FABRICAÇÃO DE ANTENAS LTDA – ME		
<b>Ganho:</b> 5.2 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 0 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 65 m	<b>ERP Máxima:</b> 51.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.17	5°: 0.2	10°: 0.23	15°: 0.26	20°: 0.29	25°: 0.32	30°: 0.35	35°: 0.36	40°: 0.37	45°: 0.37	50°: 0.36	55°: 0.35
60°: 0.33	65°: 0.3	70°: 0.26	75°: 0.22	80°: 0.19	85°: 0.16	90°: 0.13	95°: 0.1	100°: 0.07	105°: 0.05	110°: 0.03	115°: 0.02
120°: 0.01	125°: 0	130°: 0	135°: 0.01	140°: 0.02	145°: 0.03	150°: 0.04	155°: 0.07	160°: 0.1	165°: 0.12	170°: 0.15	175°: 0.18
180°: 0.22	185°: 0.26	190°: 0.29	195°: 0.33	200°: 0.36	205°: 0.39	210°: 0.42	215°: 0.43	220°: 0.44	225°: 0.44	230°: 0.43	235°: 0.41
240°: 0.38	245°: 0.35	250°: 0.32	255°: 0.28	260°: 0.24	265°: 0.2	270°: 0.17	275°: 0.13	280°: 0.1	285°: 0.07	290°: 0.05	295°: 0.03
300°: 0.02	305°: 0.01	310°: 0	315°: 0	320°: 0.01	325°: 0.02	330°: 0.03	335°: 0.04	340°: 0.06	345°: 0.08	350°: 0.11	355°: 0.14

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b> 007500501806	<b>Modelo:</b> RDFM 10000T
<b>Fabricante:</b> RF Telavo Telecomunicações Ltda	<b>Potência de Operação:</b> 10 kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b> HCA158-50JO	<b>Fabricante:</b> RFS		
<b>Comprimento da Linha:</b> 37 m	<b>Atenuação:</b> 0.658 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b> TEPEV/6L	<b>Fabricante:</b> TEEL TELE-ELETRÔNICA LTDA				
<b>Ganho:</b> 6.22 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 0 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 67 m	<b>ERP Máxima:</b> 51.06 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1315	Portaria	MC	28/11/1974	05/12/1974	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
779975	15203	Portaria	Dentel	16/09/1975	08/01/1976	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	277	Portaria	MC	17/02/1984	01/03/1984	Multa	Jurídico
9999	247	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Jurídico
9999	301286	Despacho	MC	30/12/1986		Multa	Jurídico
9999	100	Ofício	MC	08/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	2712	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	271288	Despacho	MC	27/12/1988		Advertência	Jurídico
9999	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Advertência	Jurídico
9999	3821	Ofício	MC	27/11/1989		Advertência	Jurídico
9999	671	Ofício	MC	05/04/1990		Advertência	Jurídico
9999	160890	Despacho	MC	16/08/1990		Advertência	Jurídico
9999	41290	Despacho	MC	04/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	271290	Despacho	MC	27/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	140191	Despacho	MC	14/01/1991		Advertência	Jurídico
9999	160491	Despacho	MC	16/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	181091	Despacho	MC	18/10/1991		Advertência	Jurídico
9999	739	Portaria	MC	20/06/1997		Multa	Jurídico
9999	466	Portaria	MC	26/09/1997	26/11/1997	Renovação	Jurídico
535690005932004	43467	Ato	ER	25/03/2004	29/03/2004	Autoriza a Alteração de Características	Técnico

9999	322	Decreto Legislativo	CN	24/11/2008	25/11/2008	Técnicas da Estação Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	276	Despacho	MC	27/12/2008		Advertência	Jurídico
9999	198	Portaria	MC	24/03/2010	09/04/2010	Renovação	Jurídico
9999	14	Despacho	DMC-SC	14/02/2012		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	40	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.069861/2017-94	11628	Ato	ORLE	25/08/2017	14/09/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535690025392015	1407	Despacho	MCTIC	02/08/2018	07/08/2018	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
012500564402018	1707	Despacho	MCTIC	24/09/2018	29/10/2018	Autoriza Equipamento	Técnico
53900002678201534	6948	Portaria	MC	07/12/2022	13/12/2022	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento

Ofício Interno nº 29010/2022/MCOM

Brasília, 19 de dezembro de 2022

À Senhora  
**Renata Machado Moreira**  
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10416379)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6948/2022/SEI-MCOM (10566209), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10416379), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 19/12/2022, às 18:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10579794** e o código CRC **F329FA9B**.

Brasília, 21 de Dezembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10.945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 6.948, de 26 de setembro de 2022, publicada em 13 de dezembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria*





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 33126/2022/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 53900.002678/2015-34.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 22/12/2022, às 16:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10587501** e o código CRC **E534E6AF**.

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

### DESPACHO

**PROCESSO: 53900.002678/2015-34**

**INTERESSADA: RAULAND BELÉM SOM LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.**

1. Por meio da Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 25227/2022/MCOM e do Parecer nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rauland Belém Som Ltda. (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, referente ao período de 5 de dezembro de 2014 a 5 de dezembro de 2024 (SUPER 10266919, 10392763 e 10416063).
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 6.948, de 26 de setembro de 2022, no Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro de 2022, renovando a permissão por novo período de 10 (dez) anos (SUPER10566209). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da(s) minuta(s) proposta(s) na referida Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM (SUPER 10266919).
3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionadas aos autos sob o SUPER10907137, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 19/05/2023, às 12:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10906870** e o código CRC **D096F277**.

---

#### Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (10907137)

# MINUTA

NOTA DE  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.948, de 26 de setembro de 2022, publicada em 13 de dezembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 40, de 2013, publicado em 4 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Belém, Estado do Pará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 19/05/2023, às 12:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10907137** e o código CRC **F31E6AC0**.

**Brasília, 23 de maio de 2023.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.948, de 26 de setembro de 2022, publicada em 13 de dezembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 40, de 2013, publicado em 4 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 02/06/2023, às 18:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10920879** e o código CRC **D93EEFCD**.

Ofício Interno nº 36347/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (10920879)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREP\_MCOM 10906870), encaminha a Exposição de Motivos (10920879), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 30/05/2023, às 16:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10920888** e o código CRC **B4B0A7AC**.

Ofício Interno nº 37190/2023/MCOM

Brasília, 10 de junho de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10920879)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP\_MCOM (10906870), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10920879), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 10/06/2023, às 15:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10947003** e o código CRC **C517CD5C**.

Brasília, 13 de junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 6.948, de 26 de setembro de 2022, publicada em 13 de dezembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 40, de 2013, publicado em 4 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 16181/2023/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.002678/2015-34.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 15/06/2023, às 00:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10953983** e o código CRC **21577A65**.

Brasília, 14 de Junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 6.948, de 26 de setembro de 2022, publicada em 13 de dezembro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 40, de 2013, publicado em 4 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**PARECER n. 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53900.002678/2015-34**

**INTERESSADOS: RAULAND BELÉM SOM LTDA.**

**ASSUNTO:** Radiodifusão. Renovação de outorga.

**EMENTA:**

I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RAULAND BELÉM SOM LTDA.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará, pelo período de 05 de dezembro de 2014 a 05 de dezembro de 2024.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 10945/2022/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, desde que observado o disposto neste Parecer.

V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

**I - RELATÓRIO**

I. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RAULAND BELÉM SOM LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará, no período de 05.12.2014 a 05.12.2024.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 10945/2022/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI 10266919**):

"7. No caso em apreço, conferiu-se à Rauland Belém Som Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.315, de 28 de novembro de 1974, publicada no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1974 (SEI [10273411](#) - Pág. 1).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2004-2014**. De acordo com a Portaria nº 198, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 9 de abril de 2010, a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar de 5 de dezembro de 2004 (SEI [10273411](#) - Pág. 2). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 40 de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de janeiro de 2013 (SEI [10273411](#) - Pág. 3)."

3. No requerimento protocolado em 03.03.2015 (**SEI 0399040, fls. 1/3**), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONfúR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretária de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, emji-equência modulada, na localidade de Belém/PA ,nos termos do art. 5º da Lei nc 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963 "*.

4. É o breve relatório, que pennite o exame do

caso. II - **ANÁLISE JURÍDICA**

### **11.1. Considerações iniciais**

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. **11**, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de **14** de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

## 11.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as prevíslões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período

da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### 11.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 10945/2022/SEI MCOM (SEI 10266919)**.

22. Quanto à tempestividade, o art. 4º da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, estabelecia que o requerimento deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo. No caso, o pedido é intempestivo, pois a permissão/concessão expirou em 05.12.2014 e o requerimento foi apresentado em 03.03.2015.

23. Contudo, o art. 2º da Lei 13.424/17, determinou o conhecimento de todos os pedidos de renovação intempestivos, nos seguintes termos:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de promulgação desta Lei.

24. Por esse motivo, a Secretaria de Radiodifusão, por meio da Nota Técnica 10945/2022 (SEI 10266919) conferiu prosseguimento ao processo, ao fundamento de que "(...) os pedidos de renovação de outorga da entidade foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Legislação, possuindo legitimidade e condição de procedibilidade, ante a "anistia" concedida quanto à tempestividade do pleito".

25. Anote-se que a petição foi subscrita pelo administrador da entidade Sr. Raul dos Santos Ferreira Júnior, designado para a função na Cláusula III- Oitava do Contrato Social consolidado na Alteração Contratual nº 14, registrada na Junta Comercial de São Paulo em 19.07.2004 (SEI 0399040, fls. 18).

26. Registre-se que houve ratificação do pleito em 4.5.2020 (SEI 10174827- fls.2/3), conforme novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém todas as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão. Todos os pedidos foram devidamente subscritos pelo Diretor Presidente da entidade, Sr. Raul dos Santos Ferreira Júnior.

27. No que se refere ao período anterior 2004-2014, houve a devida renovação da outorga, como sobredito.

28. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI 10266198).

29. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto n° 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1° de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

- t) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

30. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

"15. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO em 3 de agosto de 2022 (SEI [10269245](#) - Págs. 1-4).

16. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, a entidade explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores Jarbas da Silva Ferreira e Raul dos Santos Ferreira Júnior não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

17. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10269245](#) - Págs. 8-11). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10074023](#)).

18. A entidade apresentou certidão judicial cível positiva emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Estado do Pará, Comarca de Belém, atestando a existência de registro de ações cíveis. Contudo, cumpre informar que, apesar da certidão cível ostentar o status de "positiva", não foi identificado na listagem o registro de ações judiciais cujo assunto faça referência a procedimento de recuperação judicial ou falência em desfavor da interessada, conforme demonstram os andamentos processuais carreados aos autos (SEI [10380366](#)). Ademais, juntou-se, ainda, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [10266198](#)).

19. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

[...]

23. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 15 de outubro de 2020, com validade até 5 de dezembro de 2024 (SEI [10269245](#) - Págs. 7 e 12).

24. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963."



31.Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI 0399040 - tl.05); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI 10174827- tls.7/8 ); prova de inscrição no CNPJ (SEI 10269246- tl.01 ); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI 10269246), às Fazendas estadual (SEI 0399040 - tls.8/9) e municipal da sede da pessoa jurídica (SEI 0399040- tl.10 ); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL (SEI 10269245- tl.6); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI 10269246- tl.2 ); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI 10269246- tl.3 ).

32.Observa-se que a maioria das certidões venceram no curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

33.No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI 10174827- tls.2/3).

**34. Em relação à regularidade técnica,** um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

"20.Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatei.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

21. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

22. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

23. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 15 de outubro de 2020, com validade até 5 de dezembro de 2024 (SEI [10269245](#) - Págs. 7 e 12).

24. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém!PA, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963."

35. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

"17. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [10269245](#) - Págs. 8-11). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [10074023](#))."

36. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

"15.A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO em 3 de agosto de 2022 (SEI [10269245](#) - Págs. 1-4).

16.Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, a entidade explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores Jarbas da Silva Ferreira e Raul dos Santos Ferreira Júnior não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão."

37. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

38. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

39. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

40. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento, seguindo as orientações deste parecer.

À consideração superior.

Brasília, 23 de setembro de 2022.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
ADVOGADA DA UNIÃO  
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RADIODIFUSÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900002678201534 e da chave de acesso 9c14cf3e





certificado AI institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 995014838 e chave de acesso 9cl4cf3e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado AI institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 23-09-2022 17:13. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLvl.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES -  
CGRT

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:  
(61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02135/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 53900.002678/2015-34

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo o PARECER n. 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr<sup>ra</sup>. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Rauland Belém Som Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, no período de 05 de dezembro de 2014 a 05 de dezembro de 2024.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 10945/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, concedida à entidade Rauland Belém Som Ltda.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 05 de dezembro de 2014 a 05 de dezembro de 2024.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Rauland Belém Som Ltda.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão - SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 24 de setembro de

2022.



**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900002678201534 e da chave de acesso 9cl4cf3e



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 995455994 e chave de acesso 9cl4cf3e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 26-09-2022 08:04. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLvl.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00247/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53900.002678/2015-34**

**INTERESSADOS: RAULAND BELÉM SOM LTDA,.,**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

Aprovo, nos termos do **DESPACHO n. 02135/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, o PARECER n. 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 26 de setembro de 2022.

CAROLINA SCHERER

CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900002678201534 e da chave de acesso 9cl4cf3e



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 995735408 e chave de acesso 9cl4cf3e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 26-09-2022 09:06. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 13/12/2022 | Edição: 233 | Seção: 1 | Página: 15

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM N° 6.948, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que Lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10.945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, Leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos Legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**NOTA TÉCNICA Nº 10945/2022/SEI-MCOM****PROCESSO: 53900.002678/2015-34****INTERESSADA: RAULAND BELÉM SOM LTDA.****ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rauland Belém Som Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 04.963.633/0001-56**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, vinculado ao **FISTEL nº 08008005750**, referente ao período de 5 de dezembro de 2014 a 5 de dezembro de 2024.

2. Por meio das Notas Técnicas nº 29132/2016/SEI-MCTIC, nº 6902/2020/SEI-MCTIC e nº 8095/2022/SEI-MCOM, acompanhadas dos Ofícios nº 42497/2016/SEI-MCTIC, nº 13218/2020/MCTIC e nº 14037/2022/MCOM esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 1466538, 5362960, 10014897 e SEI 1466564, 5362971, 10014899).

3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 01250.010411/2016-08, nº 01250.026051/2020-34 e nº 53115.019225/2022-22).

**ANÁLISE**

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de

1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se à Rauland Belém Som Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.315, de 28 de novembro de 1974, publicada no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1974 (SEI 10273411 - Pág. 1).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2004-2014**. De acordo com a Portaria nº 198, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 9

de abril de 2010, a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar de 5 de dezembro de 2004 (SEI 10273411 - Pág. 2). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 40 de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de janeiro de 2013 (SEI 10273411 - Pág. 3).

9. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **3 de março de 2015**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 0399040 - Págs. 1-3). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 5 de junho de 2014 e 5 de setembro de 2014.

10. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.**

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

11. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

12. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 10266198). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

**Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:**

(...)

**§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.**

**§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.**

**§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município**

não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- I - certidão de antecedentes criminais;
- II - informações sobre pessoa jurídica;
- III - outras expressamente previstas em lei.

13. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

14. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 10174827 - Págs. 5-6).

15. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 3 de agosto de 2022 (SEI 10269245 - Págs. 1-4).

16. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, os sócios administradores Jarbas da Silva Ferreira e Raul dos Santos Ferreira Júnior não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

17. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 10269245 - Págs. 8-11). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 10074023).

18. A entidade apresentou certidão judicial cível positiva emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Comarca de Belém, atestando a existência de registro de ações cíveis. Contudo, cumpre informar que, apesar da certidão cível ostentar o status de "positiva", não foi identificado na listagem o registro de ações judiciais cujo assunto faça referência a procedimento de recuperação judicial ou falência em desfavor da interessada, conforme demonstram os andamentos processuais carreados aos autos (SEI 10380366). Ademais, juntou-se, ainda, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 10266198).

19. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

20. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

21. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

22. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

23. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 15 de outubro de 2020, com validade até 5 de dezembro de 2024 (SEI 10269245 - Págs. 7 e 12).

24. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Belém/PA, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

---

## CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva acerca da renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida



notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 09/09/2022, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 09/09/2022, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 09/09/2022, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 09/09/2022, às 18:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10266919** e o código CRC **10F7840B**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus

regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

### **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Belém, Estado do Pará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

---

Referência: Processo nº 53900.002678/2015-34

SEI nº 10266919

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 20 de novembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se de renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, da permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 253 2023 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 20/11/2023, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4747958** e o código CRC **6EA5C2E1** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4376/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 253/2023.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 253/2023 (4747919), do Ministério das Comunicações, referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, da permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda (CNPJ nº 04.963.633/0001-56), nos termos da Portaria nº 1.315, datada em 28 de novembro de 1974, publicada em 5 de dezembro de 1974, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 40, de 2013, publicado em 4 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 21/11/2023, às 20:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4748578** e o código CRC **97789551** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 253/2023 MCOM (4747919) acompanhada de pareceres anexos.

**Assunto:** Renovação da concessão de serviços de radiodifusão para a Rauland Belém Som Ltda.

**Trâmite do Processo:**

Despacho/DIPUBL/CODOC (4747958), para os protocolos da SAJ/CC, SAG/CC e CC/PR.

OFÍCIO Nº 4376/2023/GM/CC/PR (4748578) do Gabinete do Ministro da Casa Civil à Secretária-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 30/11/2023, às 21:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4786689** e o código CRC **5F1413BE** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.002678/2015-34

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 227 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	RAULAND BELÉM SOM LTDA
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo:</b>	53900.002678/2015-34

Senhor Secretário Especial Adjunto,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.002678/2015-34, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RAULAND BELÉM SOM LTDA**CNPJ nº 04.963.633/0001-56, na localidade de **Belém/PA**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Para fins de instrução processual, foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

## II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, em concordância com o que atesta a **NOTA TÉCNICA** Nº 10945/2022/SEI-MCOM (4747953), tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências,

tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 6.948, de 26 de setembro de 2022**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [\[2\]](#) a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [\[3\]](#). O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [\[4\]](#).

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.002678/2015-34, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**AMANDA MARQUES RIBEIRO**

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

*DE ACORDO.*

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Assessor da Secretaria Adjunta de Infraestrutura

*DE ACORDO.*

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

*APROVO.*

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

*(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)*

---

[\[1\]](#) A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[\[2\]](#) Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[\[3\]](#) RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do*

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 13/05/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 17/05/2024, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 17/05/2024, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 17/05/2024, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5735421** e o código CRC **B6F8BFE8** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 244/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53900.002678/2015-34.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00253/2023 MCOM, de 13 de junho de 2023, do Ministério das Comunicações.

**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Belém (PA).

- Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00253/2023 MCOM (4747698), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.002678/2015-34, acompanhado da [Portaria nº 6.948, de 26 de setembro de 2022](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2014, no município de Belém, estado do Pará, sem direito à exclusividade, para a empresa RAULAND BELÉM SOM LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 04.963.633/0001-56, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup>, em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)<sup>[2]</sup>.
- Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
- O Ministério das Comunicações (MCOM), por meio da Nota Técnica nº 10945/2022/SEI-MCOM, de 09 de setembro de 2022 (4747953), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD)<sup>[3]</sup>, posicionou-se pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora na localidade de Belém (PA), nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
- Por sua vez, o Parecer Jurídico nº 00776/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (4747683) posicionou-se pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, destacando que "*todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão*" (atual SECOE/MCOM).
- O quadro societário e diretoria da empresa [RAULAND BELÉM SOM LTDA](#) se encontra registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)<sup>[4]</sup>.
- A consulta ao [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

#### Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	04.963.633/0001-56
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	RAULAND BELEM SOM LIMITADA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$1.000.000,00 (Hum milhão de reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	RAUL DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	JARBAS DA SILVA FERREIRA
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 14/05/2024 às 17:37 (data e hora de Brasília).

7. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)<sup>[5]</sup>, cujo Relatório do Canal está disponível no sítio da [Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel](#).

8. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) a existência da Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial de 09 de setembro de 2022 (4747679), com a anotação de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

9. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**CRISTIANE LANDERDAHL DE ALBUQUERQUE**

Assessora  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**JORGE LUIZ ROCHA REGHINI RAMOS**

Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Landerdahl de Albuquerque, Assessor(a)**, em 22/07/2024, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 22/07/2024, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Secretário Especial substituto**, em 22/07/2024, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5745096** e o código CRC **3E3CB905** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

